



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**RAFAELLE MARIANA DE MEDEIROS OLIVEIRA**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO NO**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO (CDSA-**  
**UFCG)**

**SOUSA/PB**  
**2023**

**RAFAELLE MARIANA DE MEDEIROS OLIVEIRA**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO NO  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO (CDSA-  
UFCG)**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) ministrado no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.**

**Orientadora: Professora Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo.**

**SOUSA/PB**

**2023**

**RAFAELLE MARIANA DE MEDEIROS OLIVEIRA**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO NO  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO (CDSA-  
UFCG)**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) ministrado no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo**  
Orientadora e Presidente da banca examinadora  
PROFIAP/UFCG

---

**Prof. Dr. Carlos Alano Soares de Almeida**  
Examinador interno  
PROFIAP/UFERSA

---

**Profa. Dra. LillianCarpólingua Giesta Cabral**  
Examinadora externa  
PPGA/UFERSA

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de demonstrar minha gratidão e dedicar este trabalho a algumas pessoas, as quais faço questão de citar seus nomes.

Antes de tudo, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui e por ter atendido as minhas preces. Obrigada, meu Deus, por ter me presenteado com esse curso de mestrado e ter me mostrado as flores em meio ao caminho muitas vezes pedregoso.

Ao meu companheiro Ranoel, pelo incentivo e apoio fundamental na construção deste trabalho, e por sempre acreditar que é possível.

A minha preciosa filha Lavínia, meu grande amor verdadeiro, agradeço por me dar a oportunidade de vivenciar a maternidade e me fazer crescer espiritualmente.

A minha mãe Lucy-mére, por sempre estar ao meu lado. A ela todo o meu amor e gratidão por tudo que conquistei até aqui.

Aos meus irmãos Alysson, Anny e Polyanna, pela disponibilidade de sempre e por não soltar minhas mãos nos momentos mais cruciais desta caminhada.

A minha orientadora, Professora Thaiseany, por toda compreensão durante esse período de orientação. Agradeço por aceitar me orientar permitindo a realização desta pesquisa.

A todo corpo docente do Profiap, bem como à banca examinadora, por me ajudar a subir mais um degrau na escada do conhecimento.

Aos amigos e amigas do mestrado, pela parceria nessa jornada. Em especial agradeço a Fabiana Brito, minha conselheira nos momentos mais desafiadores do mestrado, e que por inúmeras vezes me auxiliou na realização das atividades do curso.

Aos colegas de trabalho, pela disponibilidade de tempo para participar da pesquisa, tornando possível a concretização deste projeto.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho.

## RESUMO

Atualmente, as instituições públicas são compelidas a reduzirem os impactos ambientais gerados em suas atividades, com o auxílio da Gestão Ambiental, o que gera possíveis mitigações da problemática socioambiental tendo como resultados diretos a eficácia e economicidade no serviço público. As Instituições Públicas, em especial as Instituições de Ensino Superior (IES) têm o dever de formar cidadãos críticos e responsáveis para além de suas profissões, uma vez que o motivo maior é o cuidado com o meio ambiente. Para isso, devem servir de modelo para toda a comunidade através de ações de sustentabilidade nas suas rotinas administrativas. Neste contexto, foi criada a Agenda A3P pelo Ministério do Meio Ambiente, que é um Programa Federal com adesão livre pelas instituições públicas que buscam incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública. Diante disso, o presente estudo objetiva analisar se o CDSA/UFCG promovia ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P. Para tanto, a pesquisa se valeu do método indutivo e se caracteriza como pesquisa quali-quantitativa, de natureza aplicada e caráter descritivo, sendo realizado um estudo de caso no Centro de Desenvolvimento do Semiárido (CDSA/UFCG), com vias a propor um plano de ação. Quanto à abordagem metodológica, foram considerados os preceitos da A3P com ênfase nos seis eixos temáticos, e o procedimento escolhido para a coleta de dados foi a pesquisa documental e aplicação de questionário junto aos servidores efetivos do Campus em estudo. Os resultados da pesquisa revelam que o CDSA não adota ações de sustentabilidade como política do campus, observando-se apenas ações pontuais de alguns setores; foi possível observar o não conhecimento de temas adotados como políticas de boas práticas de sustentabilidade por parte dos servidores, bem como percebeu-se o pouco empenho da gestão do CDSA em adotar práticas sustentáveis, pois que após 14 anos de iniciar as atividades na região, o CDSA precisa urgentemente passar por muitas mudanças concretas, em diversos aspectos estabelecidos pelos eixos da A3P, além de ampliações do que se tem de adoção de política de boas práticas de sustentabilidade. A partir do estudo realizado e com subsídio da teoria estudada, bem como considerando os critérios estabelecidos na Agenda A3P, foi possível propor ações viáveis, que possam vir a contribuir na melhoria contínua de práticas de sustentabilidade que viabilizem a adesão e implementação do Programa A3P no CDSA/UFCG.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Práticas sustentáveis. Meio ambiente. Agenda A3P. Instituições de Ensino Superior.

## ABSTRACT

Currently, public institutions are compelled to reduce the environmental impacts generated by their activities, with the help of Environmental Management, which generates possible mitigations of socio-environmental problems, having as direct results the effectiveness and economy of public services. Public Institutions, especially Higher Education Institutions (HEIs) have the duty to train critical and responsible citizens beyond their professions, since the main reason is care for the environment. To achieve this, they must serve as a model for the entire community through sustainability actions in their administrative routines. In this context, the A3P Agenda was created by the Ministry of the Environment, which is a Federal Program with free adherence by public institutions that seek to incorporate the principles of socio-environmental responsibility in public administration activities. Given this, the present study aims to analyze whether the CDSA/UFCG promoted actions or activities capable of enabling the development of sustainability practices aligned with the A3P guidelines. To this end, the research used the inductive method and is characterized as qualitative-quantitative research, of an applied nature and descriptive in nature, with a case study being carried out at the Semiarid Development Center (CDSA/UFCG), with a view to proposing a plan of action. As for the methodological approach, the precepts of A3P were considered with an emphasis on the six thematic axes, and the procedure chosen for data collection was documentary research and the application of a questionnaire to the permanent employees of the Campus under study. The research results reveal that the CDSA does not adopt sustainability actions as a campus policy, observing only specific actions from some sectors; it was possible to observe the lack of knowledge of topics adopted as good sustainability practice policies on the part of employees, as well as the lack of commitment from the CDSA management to adopt sustainable practices, as after 14 years of starting activities in the region, the CDSA urgently needs to undergo many concrete changes, in several aspects established by the A3P axes, in addition to expansions of the adoption of a policy of good sustainability practices. Based on the study carried out and supported by the theory studied, as well as considering the criteria established in the A3P Agenda, it was possible to propose viable actions that could contribute to the continuous improvement of sustainability practices that enable the adherence and implementation of the A3P Program in the CDSA/UFCG.

**Keywords:** Sustainability. Sustainable practices. Environment. A3P Agenda. Higher education institutions.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |       |
|---|-------|
| <b>Gráfico 1</b> - Respostas referentes ao perfil sociodemográfico dos servidores do CDSA/UFCG. Função que ocupa no CDSA/UFCG. ....                                       | 954   |
| <b>Gráfico 2</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”. ....                                       | 98    |
| <b>Gráfico 3</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Gestão adequada dos resíduos gerados no CDSA/UFCG”. ....  | 1032  |
| <b>Gráfico 4</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Qualidade de vida no ambiente de trabalho do CDSA/UFCG”. ....                                   | 1064  |
| <b>Gráfico 5</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Qualidade de vida no ambiente de trabalho do CDSA/UFCG”. ....                                   | 1086  |
| <b>Gráfico 6</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Qualidade de vida no ambiente de trabalho do CDSA/UFCG”. ....                                   | 11008 |
| <b>Gráfico 7</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Sensibilização e capacitação no CDSA/UFCG”. ....  | 11210 |
| <b>Gráfico 8</b> - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Licitações e Construções Sustentáveis no CDSA/UFCG”. ....                                       | 1142  |
| <b>Gráfico 9</b> - Respostas referentes à adesão à A3P: Percepção dos servidores com relação ao passo em que se encontra o CDSA/UFCG para aderir a A3P. ....              | 1175  |
| <b>Gráfico 10</b> - Respostas referentes à implementação à A3P: Percepção dos servidores com relação ao passo em que se encontra o CDSA/UFCG para implementar a A3P. .... | 12018 |
| <b>Gráfico 11</b> - Respostas referente a percepção dos servidores quanto às boas práticas de sustentabilidade adotadas pelo CDSA/UFCG. ....                              | 1220  |

## LISTA DE TABELAS

|   |  |
|---|--|
| <b>Tabela 1</b> - Eixo 6: Dinâmica Processual - Objetivos 9 e 10: Readequação dos fluxos processuais e Modernização da dinâmica operacional. .... |  |
| <b>Tabela 2</b> - Eixo 7: Recursos Humanos - Objetivo 11: Desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida no trabalho. ....                       |  |
| <b>Tabela 3</b> - Situação das Obras do PDI 2020-2024 – Campus Sumé. ....   |  |
| <b>Tabela 4</b> - Previsão de Obras do PDI 2020-2024 – Campus Sumé. ....  |  |
| <b>Tabela 5</b> - Diagnóstico geral por Campus (conclusão). ....  |  |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> - Foto frontal da entrada do campus, bem como uma foto aérea, além de mapa de Localização do Município de Sumé, Estado da Paraíba, Brasil. ....   | 38  |
| <b>Figura 2</b> - Eixos de atuação do PLS .....   | 56  |
| <b>Figura 3</b> - Respostas referente ao perfil sociodemográfico dos servidores do CDSA/UFCG. (A) Gênero; (B) Faixa etária; (C) Nível de escolaridade; (D) Tempo de serviço no CDSA/UFCG e (E) Setor em que atua no CDSA/UFCG. ....   | 932 |
| <b>Figura 4</b> - Respostas referentes aos documentos de organização institucional - Qual ou quais documentos de organização institucional os servidores já tiveram oportunidade de: A) Acessar o conteúdo; B) Participar da construção e C) Acredita que pode conter informações a respeito da A3P. .... | 96  |



## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Estudos Correlatos.....   | 300 |
| <b>Quadro 2</b> – Síntese da classificação metodológica da pesquisa.....  | 37  |
| <b>Quadro 3</b> – Público-alvo da pesquisa.....   | 40  |
| <b>Quadro 4</b> - Metas - PLS.....  | 57  |
| <b>Quadro 5</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Tecnologia em Agroecologia do CDSA.....   | 65  |
| <b>Quadro 6</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Engenharia de Biosistemas do CDSA.....  | 73  |
| <b>Quadro 7</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos do CDSA.....   | 76  |
| <b>Quadro 8</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Engenharia de Produção do CDSA.....   | 78  |
| <b>Quadro 9</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Licenciatura em Educação do Campo do CDSA.....  | 810 |
| <b>Quadro 10</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Tecnologia em Gestão Pública do CDSA.....  | 832 |
| <b>Quadro 11</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do CDSA.....  | 854 |
| <b>Quadro 12</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio- do CDSA.....                         | 87  |
| <b>Quadro 13</b> - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Mestrado Profissional Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede Nacional - ProfÁgua do CDSA..... | 88  |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| A3P     | Agenda Ambiental na Administração Pública                               |
| APCN    | Apresentação de Proposta para Curso Novo                                |
| CDSA    | Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido                      |
| CNUMAD  | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento |
| CNUMAH  | Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente Humano               |
| ECO-92  | Cúpula da Terra ou Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente   |
| IES     | Instituição de Ensino Superior  |
| MMA     | Ministério do Meio Ambiente   |
| PDI     | Plano de Desenvolvimento Institucional                                  |
| PGS     | Plano de Gestão Socioambiental  |
| PI      | Plano de Integridade  |
| PLS     | Plano de Logística Sustentável  |
| PNMA    | Política Nacional de Meio Ambiente                                      |
| PNRS    | Plano Nacional de Resíduos Sólidos                                      |
| PPC     | Projeto Pedagógico de Curso   |
| PUC     | Prefeitura Universitária do Campus                                      |
| SISNAMA | Sistema Nacional do Meio Ambiente                                       |
| UFMG    | Universidade Federal de Campina Grande                                  |
| US      | Universidade Sustentável  |
| 5R's    | Repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recuar                      |

# SUMÁRIO

|  |       |
|--|-------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | ..... |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA   | ..... |
| 1.2 OBJETIVOS  | ..... |
| 1.2.1 Objetivo geral   | ..... |
| 1.2.2 Objetivos específicos  | ..... |
| 1.3 RELEVÂNCIA PRÁTICA   | ..... |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>   | ..... |
| 2.1 Desenvolvimento Sustentável  | ..... |
| 2.2 Práticas de sustentabilidade   | ..... |
| 2.3 Gestão ambiental no âmbito público   | ..... |
| 2.4 Agenda ambiental da administração pública (A3P)  | ..... |
| 2.5 Estudos Correlatos   | ..... |
| <b>3. METODOLOGIA</b>  | ..... |
| 3.1 Método e abordagem metodológica  | ..... |
| 3.2 Local da pesquisa  | ..... |
| 3.3 Estratégia da pesquisa   | ..... |
| 3.4 Universo da pesquisa   | ..... |
| 3.5 Processo de coleta e procedimentos para análise de dados   | ..... |
| 3.6 Procedimentos éticos   | ..... |
| <b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>   | ..... |
| 4.1 Previsão de diretriz institucional, adesão e implementação de práticas de sustentabilidade no CDSA | ..... |
| 4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020/2024   | ..... |
| 4.3 Plano de Logística Sustentável (PLS)   | ..... |
| 4.4 Plano de Integridade   | ..... |
| 4.5 Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do CDSA/UFCG              | ..... |
| 4.5.1 Tecnologia em Agroecologia   | ..... |
| 4.5.2 Engenharia de Biosistemas  | ..... |
| 4.5.3 Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos   | ..... |
| 4.5.4 Engenharia de Produção   | ..... |
| 4.5.5 Licenciatura em Educação do Campo  | ..... |
| 4.5.6 Tecnologia em Gestão Pública   | ..... |
| 4.5.7 Licenciatura em Ciências Sociais   | ..... |
| 4.5.8 Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio                                 | ..... |
| 4.5.9 Mestrado Profissional Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede Nacional - ProfÁgua        | ..... |
| 4.6 Percepção dos servidores referente às práticas de sustentabilidade adotadas no CDSA/UFCG           | ..... |

- 4.6.1 Perfil sociodemográfico dos pesquisados .....
- 4.6.2 Análise da percepção dos servidores com relação aos documentos de organização institucional .....
- 4.6.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos .....
- 4.6.4 Gestão adequada de resíduos gerados .....
- 4.6.5 Qualidade de vida no ambiente de trabalho .....
- 4.6.6 Sensibilização e capacitação .....
- 4.6.7 Licitações e construções sustentáveis .....
- 4.6.8 Questões relacionadas à adesão e implementação da A3P e sobre política de boas práticas de sustentabilidade .....

## **5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....**

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....**

### **REFERÊNCIAS .....**

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DO CDSA/UFCG.**

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) APRESENTADO COM O QUESTIONÁRIO ON LINE.**

**ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DA PESQUISA .....**

**ANEXO B - MODELO DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE REFERENTE AO TERMO DE ADESÃO À A3P.**

**ANEXO C - MODELO DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE REFERENTE AO PLANO DE TRABALHO O QUAL DEVE SER PREENCHIDO E ENVIADO AO MMA.**

**ANEXO D - FOTO DA TELA PRINCIPAL DO PROCESSO SEI ABERTO COM A FINALIDADE DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO COMO EXIGÊNCIA PARA ADESÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NA UFCG. PROCESSO SEI Nº 23096.040914/2023-91.**

**ANEXO E - DOCUMENTO ENCAMINHADO A UFCG PARA NORTEAR A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NA UFCG. PROCESSO SEI Nº 23096.040914/2023-91.**

**ANEXO F - DESPACHO AO DIRETOR DO CDSA/UFCG PARA ELABORAR DIAGNÓSTICO PARA IMPLEMENTAR A A3P. PROCESSO SEI Nº 23096.040914/2023-91.**

**ANEXO G - FOTO DA TELA PRINCIPAL DO SITE DO MMA - REFERENTE ÀS INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NO ESTADO DA PARAÍBA QUE SÃO PARCEIRAS ATÉ, PELO MENOS, O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023.**

**ANEXO H - FOTO DE TELA DO SITE DO MMA - EXEMPLO DE ADESÃO UNILATERAL À A3P DE CAMPUS DO AGRESTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE E DO CAMPUS PALMARES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE. PARCEIRAS ATÉ, PELO MENOS, O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023.**

## 1. INTRODUÇÃO

A questão da responsabilidade socioambiental vem sendo discutida há anos em eventos nacionais e internacionais, como ocorreu na Cúpula da Terra ou Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO-92). Em episódios como esse, tem-se abordado sobre a questão climática e as relações do homem com o ambiente natural, com destaque para o comportamento das corporações e entidades governamentais.

A preocupação com a preservação do meio ambiente tem sido palco de debates, merecendo destaque as Instituições de Ensino Superior (IES), que tem papel fundamental no estímulo às práticas sustentáveis e a promoção da responsabilidade sociomabiental, em detrimento ao crescimento desmedido da degradação ambiental que decorre de ações relativas aos padrões de consumo da sociedade em geral (BRASIL, 2020).

Embora haja adesão dos gestores das universidades com algumas políticas de sustentabilidade, ainda é paulatina a inclusão na agenda das IESs de políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; MARCO *et al.*, 2010). Segundo Otero (2010), diversos autores em conformidade entendem que é necessária uma Política Ambiental institucional para dar início ao processo de implantação da gestão ambiental nas IES.

Nesse contexto, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P - foi implementado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1999, e tem o propósito de criar uma cultura de responsabilidade socioambiental voltada à administração pública (ALMEIDA, 2020). O Programa A3P tem a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público, a partir da prática de ações sustentáveis com foco em seis eixos temáticos, quais sejam: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis, fundamentados na política dos 5R's, quais sejam repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar (BRASIL, 2020).

Dessa forma, as instituições se apresentam de diversas maneiras, quando se trata de sustentabilidade, e uma das formas de engajamento da questão tem sido o Programa A3P, pelo que várias IESs vem implementando ações previstas com o propósito de estabelecer um modelo de gestão socioambiental dos seus campi (OLIVEIRA, 2009; MARINHO, 2014;

BONIFÁCIO, 2016). Entretanto, em IESs multicampi as dificuldades para implantar a A3P se tornam maiores, uma vez que aumentam os custos, bem como o diálogo com a gestão central se torna mais limitado (OTERO, 2010; VIEIRA, 2014; GAUDIANO; MEIRA-CARTEA; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, 2015). Assim, é um desafio propor a adesão de um campus fora de sede ao programa A3P, e até mesmo a mudança da política universitária no sentido de engajamento às práticas socioambientais em conformidade ao que preconiza o programa.

Ante o exposto, salienta-se que embora a aderência a A3P seja voluntária, a sua implementação pelos entes públicos tem sido recomendada e incentivada pelo MMA. Dentre os principais incentivos observados, tem-se o Selo A3P, o Certificado de adesão e o Prêmio A3P para as melhores práticas de sustentabilidade. No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), a implementação dos eixos temáticos da A3P vem sendo incentivada de forma diferenciada, por serem introduzidas como requisito essencial para uma formação socialmente responsável (ALMEIDA, 2020). Ademais, essas instituições também podem servir de modelo para as demais, uma vez que, são centros de propagação do conhecimento, sendo instituições habilitadas a disseminar suas ações, tornando-se exemplos de sustentabilidade à toda sociedade (KRUGER *et al.*, 2011). Nesse contexto, compreender os problemas ambientais como uma questão de política pública se torna um imperativo complexo a ser observado.

Reconhecendo o valor dessa temática, o presente estudo considera os eixos da A3P como pontos de análise. Para tanto, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), fica definido como objeto de pesquisa, em razão do acesso a informações e por já ter sido identificado resquícios de responsabilidade socioambiental desde a proposição do campus. Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado por meio da Resolução nº 04/2020, bem como o Plano de Logística Sustentável (PLS), aprovado mediante a Resolução nº 09/2020, dentre outros documentos, são instrumentos legais da UFCG, e que, de certa forma, buscam estimular a gestão ambiental.

Justifica-se, portanto, a escolha do tema desta pesquisa, visto que o estudo se mostra atual e pertinente, e espera-se ampliar o debate acerca da sustentabilidade para, assim, contribuir para o desenvolvimento do tema, oferecendo, além de uma discussão e relatos de experiências bem-sucedidas, orientações para a promoção da sustentabilidade no Campus, com a verificação do que pode ser melhorado ou incorporado na sua política universitária,

organização e atividades no que concerne às práticas sustentáveis, em paralelo às diretrizes estabelecidas pela A3P.

Diante do exposto, tal pesquisa justifica-se pela importância de conhecer mais sobre a A3P, sua aderência, limitações, e principalmente, sua eficiência dentro das IES, levando conhecimento à comunidade acadêmica, bem como servir de modelo à população local, haja vista que o objetivo proposto nesta pesquisa envolve a sustentabilidade, impactando diretamente o meio ambiente, a sociedade e a economia.

## **1.1 PROBLEMA DE PESQUISA**

Com o intuito de dar continuidade aos compromissos assumidos pelo Brasil frente à comunidade internacional nos pós Rio-92, percebeu-se a necessidade de a Administração Pública Brasileira ser chamada a contribuir com o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; SANTOS; CABRAL, 2021). Tudo isso, por meio de práticas de sustentabilidade capazes de minimizar os danos causados ao meio ambiente e viabilizar o desenvolvimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento da qualidade de vida. Nesse contexto, foi criado o programa de A3P, pelo MMA, cujo propósito consiste em incentivar os órgãos públicos a desenvolverem práticas de sustentabilidade (GUTTIERRES; CABRAL; SILVA, 2019).

OLIVEIRA, SANTOS e CABRAL (2021) também destacam que todas as organizações públicas estão sendo pressionadas a trazer respostas aos problemas ambientais, em especial as IES. Nesse contexto, as universidades públicas são convidadas a compor lugares de excelência junto ao programa A3P, uma vez que elas são responsáveis pela produção e disseminação do conhecimento inerentes às suas atividades. Logo, são apontadas como órgãos compelidos a se engajar nas ações de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social (BATISTA, *et al.*, 2019).

Ante ao exposto, destaca-se a necessidade de adesão voluntária das IES à normas, regulamentos, programas ou projetos voltados à sustentabilidade socioambiental. Para Lara (2012) as IES têm um importante papel no desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental, uma vez que elas devem colocar em prática tudo aquilo que ensinam. Com isso, esse tipo de organização pode se tornar um modelo de gestão sustentável, considerando suas políticas de incentivo e ação voltadas à efetivação de práticas sustentáveis.

A A3P se fundamenta em seis eixos temáticos que buscam a transformação na rotina das instituições, sendo eles: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente do trabalho, sensibilização e

capacitação dos servidores e compras públicas sustentáveis (LIMA, 2021). Nesse contexto, o presente estudo tem a finalidade de contribuir com a implementação de práticas sustentáveis em IES, e para isso adota a seguinte questão de pesquisa: **O CDSA/UFCG promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar se o CDSA/UFCG promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar se na implementação do CDSA/UFCG já havia alguma diretriz institucional capaz de promover a implementação de práticas de sustentabilidade previstas na A3P;
- Avaliar os documentos institucionais quanto a adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P;
- Identificar qual a percepção dos servidores do CDSA/UFCG quanto a adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P;
- Propor um plano de ação capaz de promover a adesão e implementação da A3P no CDSA/UFCG.

## 1.3 RELEVÂNCIA PRÁTICA

Já se tornou compreensível que a sustentabilidade é uma matéria com estudo em evidência ocupando destaque dentro da temática socioambiental. Diante dessa perspectiva, inserem-se as universidades como centros de grande referência e exemplos a dar a outros órgãos no processo de construção de uma cultura de sustentabilidade, uma vez que são elas que promovem conhecimento e aprendizagem e é nesse ambiente que a universidade se propõe a viver esse grande desafio, que é praticar o que é ensinado.

Embora haja adesão dos gestores das universidades com algumas políticas de sustentabilidade, ainda é paulatina a inclusão na agenda das IESs de políticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental (TAUCHEN; BRANDLI, 2006; MARCO *et al.*, 2010). Segundo Otero (2010), diversos autores em conformidade entendem que é necessária uma Política Ambiental institucional para dar início ao processo de implantação da gestão ambiental nas IES. Dessa forma, as instituições se apresentam de diversas maneiras, quando



se trata de sustentabilidade, e uma das formas de engajamento da questão tem sido o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa criado pelo MMA em 1999, pelo que várias IESs vem implementando ações previstas com o propósito de implementar um modelo de gestão socioambiental dos seus campi (OLIVEIRA, 2009; MARINHO, 2014; BONIFÁCIO, 2016). Entretanto, em IESs multicampi as dificuldades para implantar a A3P se tornam maiores, uma vez que aumentam os custos, bem como o diálogo com a gestão central se torna mais limitado (OTERO, 2010; VIEIRA, 2014; GAUDIANO; MEIRA-CARTEA; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, 2015). Assim, é um desafio propor a adesão de um campus fora de sede ao programa A3P, e até mesmo a mudança da política universitária no sentido de engajamento às práticas socioambientais em conformidade ao que preconiza o programa.

A UFCG é uma IES com estrutura multicampi e oferta à sociedade o ensino, pesquisa e extensão, e tem ampla produção acadêmico-científica. Seu campus sede está localizado em Campina Grande. O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA – situado em Sumé-PB, é um dos 06 (seis) campi fora de sede, e também lócus da pesquisa, e que tem como objetivo contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido (CDSA/UFCG, 2017). Entretanto, no campus não existe uma Política ambiental formalizada institucionalmente, o que faz com que as questões socioambientais sejam deixadas para um outro momento.

Ademais, o campus foi implementado com as perspectivas de adoção de universidade sustentável, pelo que se viu necessária a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido, que se baseasse, por um lado, em políticas públicas eficientes e permanentes voltadas para a “convivência” com a seca e, por outro, em uma verdadeira revolução científica e educacional capaz de difundir em seu meio o desenvolvimento sustentável para a população (UFCG, 2009). Dessa forma, o desafio foi posto no sentido de construir um espaço permanente que contribuísse para a elaboração e implementação de um projeto que contemplasse políticas públicas que contribuíssem para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido.

Justifica-se, portanto, a escolha do tema desta pesquisa, visto que o estudo se mostra atual e pertinente, e espera-se ampliar o debate acerca da sustentabilidade para, assim, contribuir para o desenvolvimento do tema, oferecendo, além de uma discussão e relatos de experiências bem-sucedidas, orientações para a promoção da sustentabilidade no Campus, com a verificação do que pode ser melhorado ou incorporado na sua política universitária, organização e atividades no que concerne a gestão adequada dos resíduos gerados.

Diante do exposto, tal pesquisa justifica-se pela importância de conhecer mais sobre a A3P, sua aderência, limitações, e principalmente, sua eficiência dentro das IES, levando conhecimento à comunidade acadêmica, bem como servir de modelo à população local, haja vista que o objetivo proposto nesta pesquisa envolve a sustentabilidade, impactando diretamente o meio ambiente, a sociedade e a economia.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nessa seção serão apresentados os aspectos conceituais e constructos relacionados à gestão ambiental, de modo a apresentar elementos que expliquem e sustentem as escolhas pertinentes às variáveis de pesquisa. Para tanto, serão apresentados aspectos inerentes ao desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, Gestão Ambiental no âmbito Público e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Ademais, também serão apresentados os principais estudos correlatos à temática, de modo a demonstrar como o assunto já foi operacionalizado em outras pesquisas.

### **2.1 Desenvolvimento Sustentável**

O final da década de 1980 ficou marcado pelo fenômeno da globalização, e as questões ambientais tornaram-se foco de preocupação no mundo nesse período, ocorrendo a reunião de vários países, através de um movimento global para tratar sobre meio ambiente, resultou em vários encontros, conferências, tratados e acordos assinados pelos países (DIAS, 2019).

O termo desenvolvimento sustentável ganhou amplitude em 1987, através do Relatório de Brundtland, com a definição “Nosso Futuro Comum”. De acordo com o referido relatório, o desenvolvimento sustentável é definido como um “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de atender as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987, p. 41, tradução nossa). Tal documento também criou mecanismos para a responsabilização dos Estados com relação aos impactos ambientais causados (DIAS, 2019).

Feil e Schreiber (2017) analisaram os termos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável relacionando-os como conceitos diferentes entre si, mas com objetivos semelhantes, que seria o alcance da ideia de sistema ambiental humano sustentável. Os autores afirmam que as estratégias para se alcançar um sistema ambiental humano

sustentável se materializam por meio do desenvolvimento sustentável, e que a sustentabilidade é um termo que demonstra a preocupação com os aspectos ambiental e humano, abrangendo também o social e econômico.

Em 1992, no Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). onde o conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado e aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No ano de 2002 ocorreu em Johannesburgo na África do Sul, a Conferência da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, promovida pela ONU, tendo por objetivo calcular o impacto das medidas propostas na CNUMAD-92 sobre o meio ambiente global. Nesta oportunidade, tratou-se do desenvolvimento sustentável através de três pilares essenciais: o ambiental, o social e o econômico, que foi definido como *triple bottom line* (FEIL; SCHREIBER, 2017). Além disso, foram firmados dois documentos importantes, como a Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Compromisso de Johannesburgo para um desenvolvimento sustentável.

De forma simultânea, com a criação de várias organizações ecológicas, a difusão da consciência ambiental ocorreu em paralelo com o avanço na área da tecnologia da informação e pelos novos meios de comunicação, ocorrendo a realização de campanhas com o forma de incentivo às ações dos governos para o desenvolvimento de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável (DIAS, 2019).

Como bem enfatiza Souza (2017), o qual afirma que a superação da contradição entre os termos desenvolvimento e sustentabilidade do conceito inicial foi superada na apresentação da teoria do triple bottom line, a qual distingue o equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental para se chegar sustentabilidade. observa-se que também deve ocorrer mudanças no comportamento da humanidade.

O Relatório “Nosso Futuro Comum”, invoca em seu texto para que seja feito “um esforço comum e a novas normas de comportamento em todos os níveis e no interesse de todos.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987). Feil e Schreiber (2017) asseveram que uma gestão integrada e holística do sistema ambiental humano permite que a sustentabilidade seja alcançada.

## 2.2 Práticas de sustentabilidade

O meio ambiente e as transformações ocorridas nele ao longo dos anos fizeram com que dirigentes de todo o mundo se mobilizassem no sentido de discutir uma agenda voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e propor soluções. O conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, resultante do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, e foi definido como aquele que atende às necessidades do presente sem afetar a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (BRUNDTLAND *et. al.*, 1991, p. 46).

O referido relatório aventa que o “desenvolvimento sustentável” deveria ser a base norteadora da ação política e econômica internacional, pelo que desde então a discussão sobre essa nova forma de desenvolvimento tomou destaque e foi rapidamente incorporada ao discurso das bases governamentais e empresariais. Assim sendo, o documento apresenta termos e conceitos que se interligam e mostram a causa dos problemas sócio-econômicos de todo o mundo. Ao tratar de sociedade, economia, tecnologia, política, dentre outros assuntos, é enfatizada a questão da adoção de uma postura ética que deve ser voltada para toda a sociedade atual, bem como que sejam atendidas algumas medidas a serem tomadas a nível tanto nacional como internacional, pelo que as organizações devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável. (CAVALCANTI, 1994, pág. 17).

Desse modo, o termo sustentabilidade já não é desconhecido pela coletividade, pois vem sendo ponto de discussão nos últimos anos em decorrência das exigências de uma sociedade contemporânea mais informada, porém não menos causadora de impactos ambientais. Assim, não por não ser um assunto recente, hoje se tem mais zelo em cuidar de questões ambientais, uma vez que há maior preocupação com o comportamento ligado aos padrões de produção e consumo, afirma Kruger *et al.* (2011).

Sabe-se da grande importância da sustentabilidade para o mundo, pelo que os governos e organizações no geral buscam meios de garantir um desenvolvimento equilibrado através de ações ambientais. Assim, as práticas ambientais são apregoadas, exercendo importante função nos ambientes organizacionais. De acordo com Ribeiro *et al.* (2018, p. 152):

No âmbito da administração pública brasileira, verifica-se que já existem estímulos legais e voluntários para a inserção da sustentabilidade no ambiente organizacional. Entre os instrumentos abordados nesta pesquisa, destaca-se o decreto nº 7.746/2012, que instituiu o Plano de Gestão de

Logística Sustentável (PLS). O PLS é uma ferramenta de planejamento que busca inserir a temática da sustentabilidade nas organizações públicas, ao viabilizar uma gestão mais sustentável pela elaboração de ações, com metas, prazos e mecanismos de monitoramento. Por ser de caráter legal, instituído por decreto, sua elaboração e aplicação pelos órgãos públicos são obrigatórias e de extrema relevância para o alcance de uma gestão pública mais sustentável.

Ao ser demonstrada a importância e necessidade, o foco sobre a temática do desenvolvimento sustentável passou a ser de interesse mundial, sendo pauta de discussão no âmbito privado e público, sendo que, voltando-se para o aspecto dos órgãos governamentais, DE SÁ PEIXOTO *et al.* (2019, pág. 233) pontua que as organizações públicas vêm incorporando práticas de gestão conforme os conceitos de sustentabilidade, uma vez que já é uma demanda da sociedade que se busque comportamento ambientalmente mais consciente. A própria Constituição de 1988, em seu artigo 25, já tratava da questão ambiental, bem como da responsabilidade do Poder Público em preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Ou seja, com a referida normativa percebe-se que a administração pública naquele momento já estava alerta às preocupações ambientais.

Por conseguinte, importante frisar que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada pela ONU no Rio de Janeiro. O evento conhecido como Rio 92, trouxe grandes contribuições para a temática da sustentabilidade, sendo criada a “Agenda 21: Programa de ação global”, com conteúdo voltado para a formulação de políticas e práticas de proteção ambiental, como a adoção de padrões de consumo mais sustentáveis, sendo também criados vários programas e leis, para guiar gestores públicos na aplicação de práticas sustentáveis em suas rotinas de trabalho, enfatiza DE SÁ PEIXOTO, *et al.* (2019, pág. 235).

Nesse campo de estudo sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade inserem-se as práticas de sustentabilidade que, segundo a Instrução Normativa (IN) nº 10, de 12 de novembro de 2012, são conceituadas como “ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública” (art. 2º, inc. III, BRASIL, 2012, p. 113). Nesse contexto conceitual, compreende-se que os órgãos públicos devem adotar nas suas atividades de rotina alguns critérios de caráter sustentáveis, elaborando e desenvolveram estratégias e ações no seu cotidiano na busca por práticas sustentáveis que, para BARROS *et al.* (2021), estão cada vez mais presentes e vinculadas às atividades operacionais das

organizações públicas e privadas, não apenas como estratégias de agregação de valor, mas também como pré-requisito para continuidade das organizações.

Dentre os órgãos da administração pública, destacam-se as Instituições de Ensino Superior (IES) que tem crucial importância na propagação do pensamento sustentável e no alcance concreto sustentabilidade, visto que são órgãos disseminadores de conhecimento e formadores de opinião, servindo de espelho à sociedade, pelo que deve agregar os conceitos do desenvolvimento sustentável através da aplicação de modelos sustentáveis no âmbito administrativo e rotinas de trabalho laboral (GAZZONNI *et al.*, 2018). Dessa forma, depreende-se que a aplicação das práticas sustentáveis nas IES contribuem para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas ações e das ações de outras organizações.

VIEGAS, *et. al* (2015) apresenta em seu trabalho uma análise de como a temática da sustentabilidade na educação superior tem sido abordada nas Instituições de Ensino Superior no Brasil e no mundo; ou melhor, como essas organizações incorporam a questão socioambiental e a sustentabilidade em seus modelos de gestão, e como são enfatizadas as práticas de sustentabilidade na cultura organizacional das instituições. Para a autora, o estudo das práticas sustentáveis nas IES avalia se gestão das organizações estudadas incorporou a sustentabilidade, entendida como um “novo valor”. Busca, assim, identificar práticas sustentáveis dentro das organizações, que contribuem para diminuir os impactos ambientais causados pelas ações das mesmas.

Outrossim, observa-se, em pesquisa realizada por RIBEIRO (2018), que as Instituições de Ensino Superior Federais Brasileiras que abordam o tema sustentabilidade em suas práticas de divulgação, conscientização e capacitação aderiram a uma gestão mais sustentável nos últimos anos, destacando-se um compilado de práticas sustentáveis que podem ser adaptadas por outras instituições. A autora também ressalta a importância da realização de outras pesquisas que auxiliem na elaboração de novas propostas de relacionamento entre as áreas de gestão universitária, pesquisa e extensão em torno da temática da sustentabilidade, bem como formas de divulgação das práticas sustentáveis que possam ser adotadas pelas instituições de ensino superior de maneira ampla.

Mediante o exposto, consoante PEIXOTO *et al.* (2019), para que se promovam práticas de sustentabilidade nas organizações e instituições, se torna imperiosa a implantação da cultura de sustentabilidade na Administração Pública, que não tem sido uma tarefa fácil, uma vez que antes é preciso mudança de hábitos e da forma de pensar a Gestão Pública.

### 2.3 Gestão ambiental no âmbito público

Em termos teórico e prático constata-se que a temática sobre sustentabilidade já ganhou espaço nos vários estudos científicos nas mais diversas áreas do conhecimento. A discussão acadêmica tem tratado sobre o tema de forma extenuante frente à demanda pelo alcance da sustentabilidade, abrangendo assim o conceito de gestão ambiental, definido como uma ferramenta que delibera, planeja e executa ações da organização que visam a redução de impactos ambientais resultantes de suas atividades diárias (DIAS, 2006).

No Brasil há uma vasta legislação que versa sobre a defesa do meio ambiente, pelo que se tem a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) como modelo de gestão ambiental adotado no país. Disciplinada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a PNMA foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, regulamentando também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que tem a finalidade de estabelecer regras e práticas específicas para a melhoria da qualidade da gestão ambiental no país. A lei da PNMA estimulou a consciência coletiva sobre a importância das questões ambientais e criou as bases para o desenvolvimento das políticas atuais, e também foi passo inicial para a criação de outras legislações semelhantes.

Segundo Dias (2006), é por meio da gestão ambiental que as organizações podem alcançar a sustentabilidade, sendo aquela um dos instrumentos mais importantes para se chegar ao desenvolvimento sustentável. A gestão ambiental, por ser inerente às relações humanas, envolve aspectos além de ambientais, também sociais, econômicos e políticos, sendo necessárias normas e leis que tratem do tema. Porém, a literatura disponível que trata sobre política ambiental e gestão ambiental nos órgãos públicos ainda é escassa, afirma AZEVEDO e TEIXEIRA (2013), que dizem que a normatização legal é recente, pelo que não há ainda pesquisas sobre a avaliação dos resultados da utilização dessa nova instrumentalização.

Assevera FERNANDES *et al.* (2012), que a gestão ambiental desfruta de vários instrumentos de comando e de controle, econômicos, participativos de informação e educação, de planejamento e de fortalecimento institucional que embasam uma política ambiental com foco no alcance de um desenvolvimento sustentável.

Sobre os estudos da temática dentro das Instituições de ensino, Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) abordaram a gestão ambiental em seus vários aspectos, inclusive apresentando diferentes trabalhos já realizados em algumas instituições de ensino, tanto no contexto nacional como internacional. No que atine ao contexto nacional, pode-se apontar os

estudos de Boff; Oro e Beuren (2008) que analisaram a gestão ambiental em uma Instituição de Ensino Superior; já Bolzan; Weber e Löbler (2010) pesquisaram sobre o tratamento dos resíduos sólidos em uma instituição pública. Paula e Mendonça (2010) deram enfoque à gestão socioambiental das IES; Dias (2014) realizou estudo na Universidade Federal da Bahia, identificou algumas práticas em conformidade com o que preconiza o princípio da sustentabilidade, mas que ainda precisavam se adequar à gestão ambiental almejada pela sociedade.

A partir disso, observando a importância da gestão ambiental no contexto das instituições de ensino superior, Krugger *et al.* (2011, p. 47-48) afirmam:

*Observa-se, então, que tratar de gestão ambiental e sustentabilidade, não se restringe a organizações privadas, mas observa-se que sociedade civil, organizações privadas e poder público se complementam na execução e promoção da sustentabilidade.*

Nesse sentido, na esfera pública federal os entes públicos tem o dever de promover uma política sustentável no desempenho das suas funções, conforme disposto no Decreto n. 7.746/2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, bem como dispôs sobre a exigibilidade do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) aos órgãos e entidades federais. Diante disso, constata-se que a administração pública já criou estímulos legais para a inclusão da sustentabilidade nos seus órgãos.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) foi regulamentado pela Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro de 2012 aos órgãos e entidades federais e se apresenta como instrumento de transparência, e quando é adequadamente posto, corresponde ao que dispõe as normas para acompanhamento das atividades desses órgãos por parte de seus usuários, garantindo assim um controle mais efetivo pelos órgãos de fiscalização e demais interessados. Barros *et al.* (2021) mostra em suas pesquisas que o PLS carece de maior convergência entre o que é estabelecido pela IN n.10/2012 citada acima e o que é praticado nos órgãos públicos, pelo que as iniciativas sustentáveis devem ser mais bem difundidas para efetivação do que preconiza a referida norma. O PLS é tido como documento importante de uma instituição, pois busca promover uma gestão sustentável nas organizações públicas, destacando-se as universidades federais pelo seu relevante papel na promoção de uma sociedade mais sustentável, pois é ela a formadora de profissionais das diversas áreas.



No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), diagnóstico apresentado no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição aponta que a mesma não dispõe de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos e outras práticas condizentes à gestão ambiental almejada. Considerando os diagnósticos apontados, percebe-se que a UFCG precisa implementar algumas práticas de gestão ambientalmente adequada. Conforme assevera Maio (2017, p. 13) “as universidades contribuem para produzir e disseminar conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável, mas na maioria das vezes não internalizam essas práticas de gestão em seus campi.

Nos últimos anos, as Instituições de Ensino Superior têm implementado práticas sustentáveis através de sua gestão, com ações desenvolvidas por meio de atividades de pesquisa, extensão, e outras práticas previstas no PLS, e que podem servir de modelo para outras instituições. Com exigibilidade instituída pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) se destaca por ser uma norma que tem a finalidade de melhorar o desempenho ambiental no âmbito da administração pública federal, através do planejamento, controle e monitoramento de ações e planos, sempre tendo por fim avanços significativos na sustentabilidade (RIBEIRO *et al.*, 2018).

Outra norma de grande patamar, que tem relação direta com a gestão ambiental, é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida pela Lei 12.305/2010, que traz aspectos legais relacionados às responsabilidades na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, priorizando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010). Essa lei versa sobre alguns aspectos ligados às mudanças de hábitos, esclarece princípios, objetivos e instrumentos no que se refere à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, e também trata de infrações.

Por fim, as IES são responsáveis por levar informação à comunidade acadêmica, promovendo assim conhecimento sobre o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, com a proposição e aplicação de modelos de práticas de gestão ambiental, seja por meio de planos de gestão ambiental elaborados para atender uma Política Ambiental institucional para os *campi*, ou por meio de ações ambientais isoladas. Ressalte-se que a conscientização de como se deve tratar a gestão ambiental não deve se limitar a questões relacionadas apenas ao meio ambiente, qual seja a fauna e a flora, mas começar pelo ambiente de trabalho dos servidores. Enfatiza BARATA (2007, p. 169) que as empresas e instituições do setor público, particularmente as que têm como missão direta promover o bem-estar da sociedade, deveriam ser as primeiras a tomar a iniciativa de implantar um sistema eficiente de gestão ambiental.

Dessa forma, para a implantação de uma gestão ambiental nas IESs é preciso que se institucionalize uma Política Ambiental, e que esta esteja inserida no planejamento estratégico da instituição e que todos os segmentos da instituição participem do processo, sendo esse pensamento consenso entre os estudiosos da área, afirma OTERO (2010). Nesse sentido, seria interessante as universidades federais adequarem sua gestão, e até mesmo seu ensino, às legislações ambientais em vigência, e implementar iniciativas que visem à sustentabilidade como ação principal.

#### **2.4 Agenda ambiental da administração pública (A3P)**

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente que tem por objetivo incentivar as instituições públicas a implementarem ações ambientais voltadas à sustentabilidade. A A3P foi materializada no ano de 1999 e tem como principal foco “estimular a ética e promover a autoestima dos servidores públicos; e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras”. A adoção da A3P evidencia a preocupação do órgão em obter eficiência na rotina da atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2017).

O Programa A3P engloba as três esferas da administração pública: federal, estadual e municipal, e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. Sendo de adesão voluntária, o programa governamental visa alinhar os entes da administração pública às novas práticas que tenham como princípio o desenvolvimento sustentável. O Programa auxilia as instituições públicas a trabalharem a gestão com responsabilidade socioambiental, pelo que apresenta um conjunto de diretrizes socioambientais para adoção pelos órgãos públicos, segundo a cartilha do governo (BRASIL, 2017). Ainda de acordo com a cartilha, tem-se como objetivos específicos da A3P: a sensibilização dos gestores públicos para as questões socioambientais; melhoria da qualidade de vida dos servidores; estimular o uso consciente e racional dos recursos naturais e a redução nos gastos do erário público; contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade dentro da administração pública; reduzir o impacto socioambiental decorrente das atividades administrativas e operacionais.

Ademais, o Programa foca em seis eixos temáticos que abrangem as dimensões sócio-econômica-ambiental, premissas para o desenvolvimento sustentável, e são fundamentados no repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar (5R's). A A3P tem o propósito de criar

uma cultura de responsabilidade socioambiental voltada à administração pública. Nesse contexto, compreender os problemas ambientais como uma questão de política pública se torna imperativo complexo a ser observado. (ALMEIDA, 2020).

O primeiro eixo se baseia no uso racional dos recursos naturais e bens públicos, com o objetivo de auxiliar os órgãos nas ações de economicidade do gasto, evitando o desperdício e otimizando o uso dos recursos naturais e bens públicos, como também auxilia na redução do desperdício nas atividades realizadas diariamente pela administração. Desta forma, importante se faz a racionalização no uso de materiais, evitando o uso indiscriminado de água, energia, papel, copos plásticos dentre outros materiais de consumo.

O segundo eixo trata da gestão adequada dos resíduos gerados, que tem por objetivo auxiliar no controle, redução da geração e destinação correta dos mesmos; para isso, incentivar a redução do consumo buscando o reaproveitamento de materiais como forma de destinação adequada ao resíduo (BRASIL, 2017).

O Eixo 3 é fundamentado na qualidade de vida no ambiente de trabalho, voltando-se o olhar para bem-estar e a segurança dos servidores; nesse eixo evidencia-se o incentivo a ações que visem o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, investindo assim em melhores condições de trabalho, saúde e segurança, bem como no desenvolvimento de suas capacidades (BRASIL, 2017).

Já o eixo 4 aborda a questão da sensibilização e capacitação dos servidores, pelo que se busca conscientizar acerca da responsabilidade socioambiental, através de ações de informação sobre mudanças de hábitos e padrões de consumo, valorização e engajamento dos servidores (BRASIL, 2017).

O eixo 5 é sobre compras públicas sustentáveis, que se relaciona ao processo de aquisição de bens e contratação de serviços causando o mínimo de impacto socioambiental. Para isso, a base deve ser a sustentabilidade em conjunto com várias ações relacionadas, como por exemplo a compra de material com melhor custo/benefício através de empresa que adote meios sustentáveis na produção de produtos e prestação de serviços, sendo a melhor escolha para a administração pública.

Por fim, tem-se o eixo 6 abordando construções, reformas e ampliações sustentáveis, que visa a sustentabilidade nas obras através da adoção de medidas que causem menos impacto na natureza, através de menor utilização de recursos naturais (BRASIL, 2017). Dessa forma, quanto menos se explora os recursos naturais e se economiza no uso dos recursos públicos está-se atendendo aos preceitos socioambientais previstos não só no último eixo, mas no conjunto dos eixos abordados no programa em estudo.

No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), a implementação dos eixos temáticos da A3P vem sendo incentivada de forma diferenciada, por serem introduzidas como requisito essencial para uma formação socialmente responsável (ALMEIDA, 2020). Ademais, essas instituições também podem servir de modelo para as demais, uma vez que são centros de propagação do conhecimento, sendo instituições habilitadas a disseminar suas ações, tornando-se exemplos de sustentabilidade à toda sociedade (KRUGER *et al.*, 2011).

Neste sentido, a administração pública, além de normatizar e fiscalizar as ações provenientes da iniciativa privada, no sentido de promover a sustentabilidade, deve também ser agente ativo nas ações que permitam o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a administração pública é tão promotora da sustentabilidade ambiental quanto à iniciativa privada. Assim, com base nesta premissa, o Governo Brasileiro, por meio do Ministério do Meio-Ambiente (MMA) criou a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Tal agenda baseia-se nas diretrizes propostas pela Agenda 21 e é aplicável a administração pública direta e indireta, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal. Embora não seja regulamentada por força de Lei e, portanto, sua adoção não seja compulsória, a A3P é recomendada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, órgão responsável pelo gerenciamento das políticas públicas direcionadas a implantação e manutenção da A3P (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011a). Concomitantemente, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enquanto entes integrantes da administração pública, também, podem aderir ao desenvolvimento da A3P. (Freitas, Borgert e Pfitscher, 2011).

Isto posto, saliente-se que a A3P é direcionada exclusivamente para órgãos e entidades públicos, sendo para isso necessária a formalização da adesão através de Termo de Adesão entre o órgão interessado e o MMA para após seguir com a implantação da Agenda, o que demanda comprometimento institucional, coletivo e individual. Para tanto, preconiza o programa que é necessário seguir alguns passos para a sua implementação, que seria, primeiro, criar a comissão gestora que teria a incumbência de sensibilizar os gestores sobre a importância do programa, bem como planejar, executar e monitorar as ações da agenda; segundo, elaborar um diagnóstico, fazendo um levantamento de dados do contexto socioambiental da instituição; terceiro, seguir com a elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental (PGS) contendo as ações, os objetivos e as metas, bem como os recursos físicos e financeiros adequados; mobilizar e sensibilizar os servidores, incentivando a adoção de uma postura socioambiental adequada por parte de todos os envolvidos. E por fim, não

menos importante é a avaliação e monitoramento das ações, que identifica falhas e desenvolve novas abordagens para as atividades que não atingiram os resultados esperados.

Salienta-se que embora a aderência à A3P seja voluntária, a sua implementação pelos entes públicos tem sido recomendada e incentivada pelo MMA. Dentre os principais incentivos observados, tem-se o Selo A3P, o Certificado de adesão e o Prêmio A3P para as Melhores práticas de sustentabilidade, que são eventos que tem como objetivo promover e impulsionar as instituições públicas a adotarem e implementarem ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades.

Ainda sendo um desafio para as organizações, a implantação de uma gestão ambiental eficiente para que se gerencie e diminua os impactos ambientais em todas as repartições públicas ainda é almejada pelos estudiosos do assunto. O poder público se coloca como gestor principal do processo da sustentabilidade ambiental, pelo que mantendo-se ativo na interação com a aplicação da legislação pertinente, o ganho para a sociedade será tida como consequência (LUIZ, *et al.*, 2013). A legislação ambiental garante o direito de se ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, não obstante o Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), tenha criado a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que é baseada nas diretrizes da Agenda 21, visando garantir uma excelência na gestão ambiental através de práticas que visam a preservação do meio ambiente. (GUTIERRES *et al.*, 2019).

Ademais, assevera LUIZ, *et al.* (2013, p. 55) que:

*Em termos pragmáticos, agir com responsabilidade junto ao meio ambiente é ter a certeza de que tudo o que dele for retirado não supera sua capacidade de renovação, e tudo o que nele for depositado não vai prejudicá-lo. Uma das maneiras mais eficazes de contribuir para preservação do meio ambiente é aderir no cotidiano o Princípio dos 5R's, uma política que além de tratar a questão da destinação dos resíduos sólidos, também induz a uma reflexão crítica sobre o consumismo exagerado.*

Embora as instituições adotem as ações recomendadas pela A3P, elas não cumprem de forma integral suas diretrizes. Mesmo que do ponto de vista social, atuem junto às práticas que visem a qualidade de vida para os servidores; do ponto de vista ambiental, se implante a coleta seletiva de resíduos sólidos, bem como outras ações, ainda assim tem-se muito a se fazer no sentido de cumprir os mandamentos que preconizam o programa. Algumas ações sustentáveis recomendadas pela A3P demandam investimentos, sejam em serviços ou aquisições (OLIVEIRA, 2021).

Ante o exposto, a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública nas instituições públicas representa considerável avanço da responsabilidade socioambiental quando bem aplicada pelos usuários da instituição, pelo que pode também servir como modelo para os demais segmentos da sociedade. Segundo (SOUZA, 2017), um dos principais efeitos da adesão da instituição à A3P é a presença de valores socioambientais guiando a atuação diária dos servidores dentro e fora do ambiente de trabalho (SOUZA, 2017). sendo que a adoção da agenda incentiva a sociedade como um todo a seguir as diretrizes ambientais ali definidas, bem como ajuda a própria instituição pública a atingir as metas socioambientais definidas.

## 2.5 Estudos Correlatos

O estudo da A3P vem sendo evidenciado nos mais diversos ambientes da administração pública, com destaque para as instituições de ensino. A seguir serão apresentados resumos de estudos correlatos relacionados à adesão da A3P e suas implicações no âmbito público, descritos no Quadro 1.

**Quadro 1 – Estudos Correlatos.**

| <b>AUTORES</b>                       | <b>ANO</b> | <b>OBJETIVO DE ESTUDO</b>  | <b>METODOLOGIA</b>  | <b>RESULTADOS</b>  | <b>SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS</b>  |
|--------------------------------------|------------|--|---|--|--|
| Santos, Fernanda Lopes <i>et al.</i> | 2017       | Analisar a adesão à A3P, ou a potencialidade de sua aplicação, em cinco secretarias do município de Vilhena, Rondônia. | Pesquisa aplicada, de campo e estudo de caso. A coleta de dados principal deu-se através de entrevistas por meio da aplicação de checklist com dois formulários adaptados, direcionados aos gestores das secretarias. | Os resultados evidenciaram que o município atende parcialmente aos requisitos da A3P, com poucas ações desenvolvidas nesse sentido. A secretaria com maior adesão é a de Meio Ambiente e | Recomenda-se a aplicação de estudos comparativos em municípios do estado de Rondônia e de outros estados, apontando aspectos específicos da A3P e que se tornaram críticos na pesquisa em questão. |

|                                 |      |   |   |  |   |
|---------------------------------|------|---|---|--|---|
|                                 |      |   |   | a de menor, a de Obras. Porém, há capacidade e potencial de implantar a A3P.   |   |
| Luiz <i>et al.</i>              | 2013 | Analisar a aplicação da A3P e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. | Estudo de caso, com abordagem qualitativa, com aplicação de um check-list contendo 52 perguntas, subdivididas em cinco eixos temáticos. | Ficou evidente que a Instituição desenvolve poucas ações de conscientização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados. A Instituição apresentou poucas ações de conscientização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados. | Recomendou-se a aplicação de estudos desta natureza em outras instituições públicas com a finalidade de verificar o quantitativo de organizações que aderem a A3P e as práticas por eles aplicadas. Também podem ser realizados estudos que evidenciem métodos apropriados de edição de desempenho ambiental. |
| VIEGA S, S. F. S. <i>et al.</i> | 2015 | Analisar as ações de uma Instituição de Ensino Superior Federal - IFES em   | Estudo qualitativo, com pesquisa documental e aplicação de questionário junto aos gestores da   | Os resultados mostram que a adequação da IFES à A3P é parcial,   | Corroborando estudos desenvolvidos em outras IES no Brasil, viu-se que no caso estudado há pouca congruência entre o conteúdo das ações e o conteúdo dos diplomas legais e orientações  |

|                                 |      |   |  |   |  |
|---------------------------------|------|---|--|---|--|
|                                 |      | relação às diretivas da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, que expressa inclusão da temática ambiental na gestão.   | organização. Utilização do modelo de <i>check-list</i> , o estudo se baseou em documentos e em informações obtidas em entrevistas realizadas junto aos gestores da IFES. | principalmente quanto à destinação de resíduos, à utilização dos recursos naturais e às compras sustentáveis. Maior congruência entre as diretivas da A3P e as ações da IFES pesquisada foi identificada nas ações que evidenciam qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho. | institucionais, em vigor no Brasil. Estudos mais aprofundados devem ser realizados acerca dos fatores que explicam tais fatos.   |
| Lanzari n, Jovani <i>et al.</i> | 2018 | Analisar o nível de adesão à agenda A3P de três instituições de ensino superior situadas no estado de Santa Catarina (UFFS, IFSC, UFSC) em comparação às práticas estabelecidas na Agenda | A coleta de dados utilizou como instrumento o questionário, constante do estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).  | Foi possível identificar que a UFFS apresenta um índice de adesão global a A3P de 76%; o IFSC apresentou um índice de adesão global de 51% e a UFSC apresentou  | Como sugestões para trabalhos futuros, sugere-se que se faça um reexame do instrumento de pesquisa para que as questões mais nebulosas sejam melhor operacionalizadas. Sugeriu-se, ainda, uma abordagem distinta do uso de questionários para verificação da adesão das instituições a A3P, como a <i>visita in loco</i> para o uso da técnica que Vergara (2012) chama de observação em campo. A conferência pessoal por parte do |



|  |      |   |  |  |   |
|--|------|---|--|--|---|
|  |      | Ambiental da Administração Públicas (A3P).  |  | um índice de adesão global de 69%. Para o eixo (1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos e no (3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho, as três instituições apresentaram desempenho relativamente similar. Nos demais três eixos, as instituições analisadas apresentaram comportamento bastante discrepante. | pesquisador pode eliminar certas dúvidas em que o respondente pode não ter tido acesso a informação suficiente nas instituições para responder.   |
| Oliveira, Lizy Manayra Santos; Dos Santos, Sandra Maria; De Aquino Cabral, Augusto | 2021 | Investigar as ações socioambientais das Instituições Federais de Ensino Superior no Ceará, tendo como parâmetros os eixos temáticos | Estudo qualitativo em quatro instituições federais de ensino superior. | Os resultados indicam que as ações e práticas mais incidentes estão relacionadas ao eixo qualidade de vida no  | Como contribuição, este estudo evidencia que a A3P é adequada para o tratamento da questão ambiental no âmbito das instituições de ensino, pois possibilita uma reflexão crítica sobre o tema na medida em que envolve uma análise sobre como estas instituições têm trabalhado suas ações socioambientais. |

|   |      |   |  |  |   |
|---|------|---|--|--|---|
| Cézar.  |      | da A3P.   |  | ambiente de trabalho. Na análise referente às construções sustentáveis, foi evidenciada a preocupação com a realização de adaptações sustentáveis. Por fim, constata-se que o corte orçamentário dificulta a inserção de ações e práticas socioambientais. |   |
| MARIA DE ARAÚJO, Selma; SANTANA DE FREITAS, Lúcia; GUIMARÃES ROCHA, Vânia Sueli | 2017 | identificar práticas de gestão ambiental realizadas numa Universidade Federal, de estrutura <i>multicampi</i> (UFCEG), tendo como base o modelo de gestão do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa, a partir de informações obtidas em documentos institucionais e da aplicação de questionário junto aos prefeitos e subprefeitos dos <i>campi</i> da UFCEG. | apenas dois <i>campi</i> têm Plano de Gestão Ambiental (PGA), um deles nos moldes do Programa A3P, e que a maioria realiza práticas ambientais de forma isolada.   | Há necessidade de definição de uma Política Ambiental institucional, que venha constituir a base do planejamento estratégico da IFES frente às questões de sustentabilidade e criação de uma Comissão que tenha como missão desenvolver e implantar um PGA. |
| FREITAS, C. L.;   | 2011 | Analisar a aderência de uma   | Pesquisa exploratória-descritiva.  | Os resultados mostram  | Como as conclusões obtidas pela pesquisa se referiram à realidade da  |

|                               |      |  |  |  |   |
|-------------------------------|------|--|--|--|---|
| BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. |      | Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), da região sul do Brasil, as diretrizes propostas pela A3P | Estudo de caso, com abordagem qualitativa do problema. com entrevista semi-estruturada junto ao coordenador responsável pelas políticas ambientais da IFES, acompanhada da aplicação de um <i>check-list</i> . | que a IFES não possui aderência total a A3P, O estudo mostra também que apesar de aderir parcialmente e às diretrizes propostas pela A3P, a IFES não possui políticas ambientais claramente definidas, sendo isoladas as ações de caráter socioambiental desenvolvidas por algumas unidades da IFES. | IFES com base na percepção apenas do Coordenador de CGI, não pôde ser generalizada a demais instituições. Com base nessa limitação, entendeu-se sobre a necessidade de novas pesquisas sobre a temática explorando aspectos específicos da A3P, como os que se mostraram mais críticos na IFES. |
| KRUGER <i>et al.</i>          | 2011 | analisar a aderência de uma instituição comunitária de ensino superior a A3P                             | revisão de literatura; <i>check-list</i> junto aos responsáveis pela administração central da instituição e, por fim, análise de resultados  | A instituição atende parcialmente e os critérios estabelecidos em cada eixo observando-se a necessidade e de melhoria nas ações no que se refere a   | Recomendou-se o aprofundamento da temática através do estudo pormenorizado e aprofundado do desenvolvimento da agenda através de cada eixo específico, assim como a confirmação de sua efetividade, através da replicação do estudo em circunstâncias passíveis de comparabilidade.             |

|  |  |  |  |   |  |
|--|--|--|--|---|--|
|  |  |  |  | <p>qualidade de vida dos colaboradores da instituição. Assim como se observa que o gargalo na gestão ambiental da instituição, encontra-se no que se refere às compras sustentáveis, a qual foi identificada como inexistente na organização.</p> |  |
|--|--|--|--|---|--|

**Fonte:** Elaboração própria (2023).

### 3. METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para responder ao problema de pesquisa proposto. Para tanto, apresenta-se as particularidades inerentes ao método e abordagem metodológica do estudo, além das estratégias utilizadas para a coleta e análise de dados. Aqui também são apresentados os principais pontos pertinentes ao objeto de estudo.

#### 3.1 Método e abordagem metodológica

O método de pesquisa e abordagem metodológica orientam o processo de coleta de dados e compreensão sobre o desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, destaca-se que o presente estudo objetiva analisar se o CDSA/UFCG promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva (GIL, 2021), com foco especificamente nas ações de sustentabilidade socioambiental que são ou poderão ser desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA – *campus* da UFCG, as quais podem possibilitar a implantação da A3P na instituição. Dessa forma, o estudo de caso será utilizado como método de pesquisa.

Deste modo, o método indutivo será aplicado, uma vez que é utilizado quando se observa um caso em concreto, e de acordo com Ferreira (1998), seu resultado pode levar a generalizações. Logo, o raciocínio indutivo segue premissas que vão do particular ao geral. Nesse contexto, o estudo verifica se há práticas sustentáveis compatíveis com a A3P, observáveis no CDSA/UFCG, com vias a propor um plano de ação.

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa será pautada na abordagem mista, uma vez que o objeto de estudo precisa ser explorado (GODOY, 1995) a partir do levantamento das ações de sustentabilidade socioambiental praticadas pelo *campus* de Sumé e do levantamento do conhecimento dos servidores da instituição a respeito de práticas abordadas no Programa A3P e adoção de práticas sustentáveis no *campus* investigado.

Quanto à abordagem metodológica, o estudo fundamenta-se no empirismo, conforme é possível verificar no que se valida da experiência da pesquisadora ou dos pesquisados para analisar um fato observável (GIL, 2008). Nesse sentido, são considerados os conceitos estabelecidos pela A3P com ênfase nos seis eixos temáticos, e outros documentos institucionais para avaliar a viabilidade da adoção da A3P. Para tanto, foi avaliada a percepção dos servidores do CDSA/UFCG quanto ao desenvolvimento de práticas sustentáveis alinhadas às diretrizes da A3P.

Por fim, para melhor entendimento é possível observar no Quadro 02 um resumo das classificações metodológicas, as quais são adotadas na referida pesquisa. █

**Quadro 2** – Síntese da classificação metodológica da pesquisa.

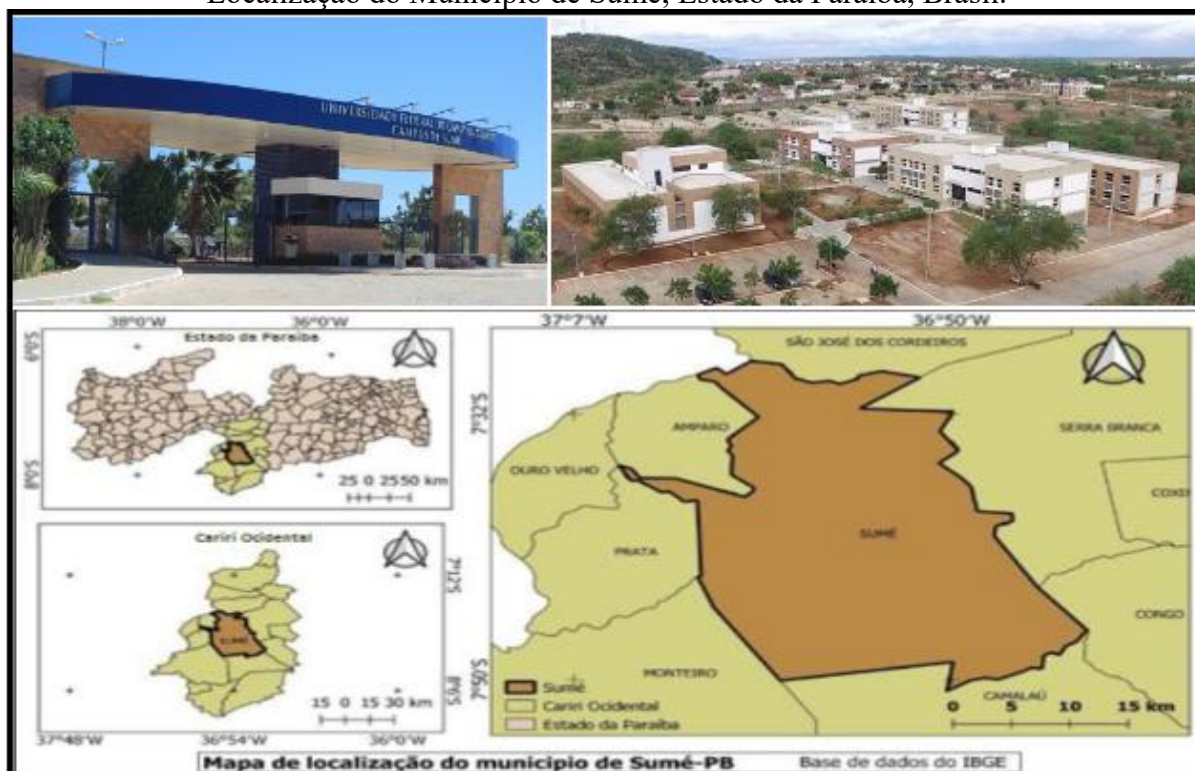
| Classificação metodológica |                                  |
|----------------------------|----------------------------------|
| Abordagem                  | Empirismo                        |
| Natureza                   | Pesquisa aplicada                |
| Objetivos                  | Pesquisa descritiva              |
| Procedimentos              | Método indutivo – estudo de caso |

**Fonte:** Elaboração própria (2023).

### 3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, campus fora de sede da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, localizado no município de Sumé – PB, o qual se localiza na microrregião do Cariri Ocidental (Figura 1).

**Figura 1** - Foto frontal da entrada do campus, bem como uma foto aérea, além de mapa de Localização do Município de Sumé, Estado da Paraíba, Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2023).

### 3.3 Estratégia da pesquisa

A estratégia de pesquisa consistiu em apontar quais táticas são necessárias para que o pesquisador adote, com a finalidade de responder ao problema de pesquisa proposto. Seguindo essa lógica e considerando os objetivos específicos, a presente pesquisa seguiu os preceitos do estudo de caso, da pesquisa documental e descritiva. Ademais, considerou as perspectivas abordadas em estudos que se valem do levantamento e diagnóstico, para com isso subsidiar a proposição de um plano ou programa, foco principal do presente estudo.

Via de regra, os estudos de caso se caracterizam pelo estudo aprofundado ou exaustivo de um único caso, como salienta Gil (2008). Nesse sentido, realizou uma pesquisa

concentrada no CDSA/UFCG, de modo a analisar se o campus promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P.

Para tanto, o estudo se apoiou na análise documental e avaliação dos dados coletados oriundos da aplicação de questionário, podendo, desta forma, a identificação da percepção dos servidores quanto ao desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental.

A pesquisa documental se fundamentou na análise de material escrito e sobre o qual ainda não houve um tratamento analítico ou sistemático sobre o assunto, como revela Gil (2008). Seguindo essa lógica, o estudo se valeu da análise dos principais instrumentos de organizacional institucional, tais como: Projeto Acadêmico de implantação do Campus investigado, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Logística Sustentável (PLS) e PI (Plano de Integridade), além de análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de graduação e pós-graduação CDSA e pesquisa a normativos que pudessem subsidiar na elaboração do presente estudo .

A adoção de um estudo descritivo se deu em razão da necessidade de descrever o caso estudado, a fim de subsidiar o desenvolvimento do levantamento de dados e diagnóstico dos problemas. Nesse sentido, como aponta Gil (2008), foram adotadas técnicas padronizadas para a coleta de dados e consequente caracterização do ambiente de estudo. O levantamento foi observado com a identificação da percepção dos servidores do CDSA/UFCG quanto à existência de ações ou atividades que viabilizem o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P. A estratégia de diagnóstico se dá em razão da exploração do ambiente, com vias e detectar um problema prático, o que ocorre ao se considerar a demanda da A3P e seus eixos temáticos.

Considerando os pontos levantados, destaca-se que ao atender a premissa do programa de pós-graduação, que exige a proposição de uma solução para um problema prático e real, compreendeu-se pela necessidade de adoção de uma estratégia voltada à proposição de um plano. Segundo Martins e Theóphilo (2007), a proposição de um plano ou programa é essencial para estudos que fazem uso da estratégia de diagnóstico e que buscam, com base na teoria, elementos que ajudem a compreender ou modificar o ambiente sob estudo. Logo, como o estudo tem como idéia central propor um plano de ação, com vias a auxiliar a gestão do CDSA/UFCG na adesão à A3P, faz-se uso do diagnóstico e da proposição como estratégias.

### 3.4 Universo da pesquisa

Como a presente pesquisa é exploratória e se vale de um estudo de caso, o público-alvo foram todos servidores públicos que compõem o quadro efetivo da instituição e que desenvolvem atividades acadêmicas, administrativas ou de assessoria, ou seja, docentes e técnicos administrativos (Quadro 03). Ademais, em razão de os terceirizados serem contratados para atividades temporárias e de pouca interferência nas decisões institucionais quanto ao desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental, eles foram excluídos da amostra, bem como possíveis estagiários em atividade no CDSA/UFCG.

Na pesquisa tentou-se a participação de servidores que atuem em todos os setores institucionais do Campus de Sumé, pois entende-se que todos esses setores têm ligação direta com o planejamento e desenvolvimento de práticas de gestão socioambiental. Assim, os seguintes setores do CDSA/UFCG os quais tiveram servidores participantes, sem excluir, portanto, docentes e técnicos que não exerçam as funções, conforme pode ser observado no Quadro 03.

**Quadro 3** – Público-alvo da pesquisa.

| Atividades              | Setor                                     | Função                             |
|-------------------------|---|------------------------------------|
| Acadêmica               | Coordenação de curso de graduação         | Coordenador/a de curso             |
|                         |   | Professores de magistério superior |
|                         | Coordenação de curso de pós-graduação     | Coordenador/a de curso             |
|                         | Coordenação de pesquisa e extensão        | Coordenador/a                      |
| Administrativa          | Direção de Centro<br>Secretaria de Centro | Diretor/a                          |
|                         |   | Vice-diretor/a                     |
|                         |   | Secretário/a de Centro             |
| Assessoria              | Protocolo                                 | Agente de protocolo                |
|                         | Gerência de Assuntos Estudantis (GAE)     | Assistente Social                  |
|                         |   | Técnico em Assuntos Educacionais   |
|                         |   | Psicólogo                          |
|                         | Restaurante universitário                 | Nutricionista                      |
|                         | Prefeitura universitária                  | Prefeito/a                         |
|                         |   |                                    |
| Núcleo de tecnologia da | Analista de tecnologia da                 |                                    |



|  | informação           | informação                          |
|--|----------------------|-------------------------------------|
|  |                      | Técnico de tecnologia da informação |
|  | Divisão de materiais | Chefe                               |
|  | Patrimônio           | Chefe                               |
|  | Licitação            | Pregoeiro                           |
|  | Gestão de contratos  | Gestor/a                            |
|  | SCDP                 | Chefe                               |
|  | Financeiro           | Chefe                               |
|  | Almoxarifado         | Chefe                               |
|  | Setor de transporte  | Chefe                               |
|  | Biblioteca Setorial  | Bibliotecário/a                     |

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

A participação dos sujeitos da pesquisa se efetivou através de respostas aos questionários elaborados para fins dessa pesquisa, baseados nas diretrizes do Programa A3P e em pesquisas anteriores.

Em levantamento realizado no setor de recursos humanos foi disponibilizado os dados referentes a quantidade de servidores no momento da realização da aplicação do questionário, onde contava com um quadro de 96 (noventa e seis) docentes do magistério superior e 47 (quarenta e sete) técnicos administrativo, totalizando um total de servidores de 143 (cento e quarenta e três). Para todo esse grupo de servidores públicos, os quais estariam passíveis de responderem, foi enviado o questionário por intermédio do e-mail institucional, de modo a aplicar tal instrumento de pesquisa à quantidade que apresentasse uma amostra representativa da população de servidores, sendo essa amostra definida pela fórmula de cálculo de amostras para populações finitas proposta por Gil (2008), sendo esta:

$$n = (\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N) / | e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q |$$

em que: n = Tamanho da amostra;

$\sigma^2$  = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

q = Percentagem com a qual o fenômeno não se verifica;

N = Tamanho da população;

$e^2$  = Erro máximo permitido.

Para possibilitar a aplicação dessa fórmula base, foram estabelecidos os seguintes critérios, conforme já adotados por Pinto (2022) em estudo semelhante:

- a) A população corresponde a 143 servidores ativos;
- b) Como não é possível estimar previamente quem adota práticas de sustentabilidade, considera-se, neste estudo, que  $p = q$ . Ou seja, cada um deles tem a mesma probabilidade de ocorrência, correspondendo a 50%;
- c) Foi considerado um margem de erro amostral de 5%;
- d) O grau de confiança é de 95%.

Assim, foi obtido as seguintes variáveis para o cálculo da amostra:

$n$  = tamanho da amostra que deveria ser coletada os dados  
 $\sigma^2 = 95\%$  (equivalente a 1,96 desvios-padrões)  
 $p = 50\%$   
 $q = 50\%$   
 $N = 143$   
 $e^2 = 5\%$

Sendo o cálculo da amostra de servidores de:

$$n = (1,96^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 143) / | 0,05^2 \times (143 - 1) + 1,96^2 \times 0,5 \times 0,5 | = 104,41 \approx 105$$

Realizado o cálculo, chegou-se a uma amostra de aproximadamente 105 (cento e cinco) servidores, quantidade a qual seria a amostra representativa da população para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, pretendeu-se aplicar o questionário a, pelo menos, cento e cinco servidores ativos da CDSA/UFCG, selecionados de forma aleatória, ou seja, aquele que por vontade própria tivesse respondido o questionário.

Ao término da coleta de dados, foi observado que apenas 91 (noventa e um) questionários foram respondidos, sendo estes aptos para análise. Embora este número de

questionário tenha sido inferior aos 105 (cento e cinco) desejáveis para atendimento das precisões acima apresentadas ( $n$ ,  $\sigma^2$ ,  $p$ ,  $q$  e  $e^2$ ), mesmo após todas tentativas possíveis de envio de mensagens de e-mail e ligações para todos servidores que ainda não tinham respondido o questionário, é possível observar, conforme novo cálculo abaixo que, embora não tenha alcançado os 95% do grau de confiança, o número de questionários obtido foi bem superior se considerar ao que seria obtido considerando um grau de confiança de 90%, conforme pode ser observado em cálculos realizados abaixo.

Assim, para possibilitar tal afirmação, foi utilizada a mesma fórmula, porém considerando margem de erro amostral de 10%, com grau de confiança de 90% e 50% de quantidade de acerto esperado. Em resumo, os números foram os seguintes:

$n$  = tamanho da amostra que deveria ser coletada os dados  
 $\sigma^2 = 90\%$  (equivalente a 1,64 desvios-padrões)  
 $p = 50\%$   
 $q = 50\%$   
 $N = 143$   
 $e^2 = 10\%$

Estabelecidos esses novos parâmetros, obteve-se quantidade menor da amostra de servidores:

$$n = (1,64^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 143) / | 0,1^2 \times (143 - 1) + 1,64^2 \times 0,5 \times 0,5 | = 45,95 \cong 46$$

Considerando a adoção da metodologia quali-quantitativa adotada, é possível entender que os servidores participantes atendeu aos preceitos sugeridos por Gil (2008). Em consonância, Creswell (2010) destaca que a pesquisa qualitativa permite a seleção intencional dos participantes que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão da pesquisa. Por outro lado, quanto à parte quantitativa da pesquisa, ele evidencia que um dos caminhos possíveis seria selecionar uma amostra aleatória, em que cada servidor ativo do órgão tenha uma probabilidade igual de ser selecionado, com a finalidade de garantir que a amostra seja representativa da população. Assim, com relação à caracterização da amostra, é

possível uma melhor avaliação pelo perfil dos servidores que responderam os questionários, conforme é possível ver na subseção referentes ao perfil sociodemográfico contido na seção de resultados e discussão.

### **3.5 Processo de coleta e procedimentos para análise de dados**

O estudo considerou a adoção dos seguintes instrumentos de coleta de dados: análise documental e questionário. O uso de *checklist* aplica-se a pesquisas que fazem uso da análise de documentos, com vias a identificar se há algum tipo de informação disponível sobre uma determinada temática. Nesse sentido, o presente estudo avalia se há previsão normativa quanto ao desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade ambiental no CDSA/UFCG, como preconiza a A3P. Nesta pesquisa, foi utilizado o Portal A3P e demais materiais gráficos (cartilhas) que versam sobre as diretrizes, objetivos, eixos temáticos e implantação do Programa A3P (Objetivo específico a). Outras fontes documentais como as leis e normas jurídicas que tratam de questões socioambientais, como a análise documental da versão revista e atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFCG, que identifica e descreve as diretrizes de sustentabilidade que têm relação com o tema deste estudo também serão exploradas. Assim, buscou-se verificar os preceitos sustentáveis que constam no planejamento estratégico da instituição e o comprometimento do CDSA – *campus* de Sumé - com o desenvolvimento sustentável.

Em um segundo momento, foi aplicado um questionário junto aos servidores, de modo a verificar suas quanto a adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P (Objetivo específico c). Assim, é oportuno destacar a utilização do questionário com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (GIL, 2008).

Inicialmente, na tentativa de viabilizar a pesquisa, foi encaminhado convite, questionário e instruções para o preenchimento deste, em uma única oportunidade, por meio do e-mail institucional, a todos os servidores públicos que se encontrassem na condição de ativos, distribuídos em todas as unidades administrativas, conforme apresentado no Apêndice A.

Diante da pouca quantidade de respostas de questionários, foi necessário repetir o procedimento por mais vezes via envio de mensagens pelo e-mail institucional e também via outros canais internos e externos de comunicação, como telefonemas e mensagens em grupos

de rede sociais. Em todas essas oportunidades, foi reforçado a apresentação da pesquisa e disponibilizado o link para preenchimento do questionário. Após todos esses esforços e considerando o lapso de 76 (setenta e seis) dias decorrido entre 05 de junho e 21 de agosto de 2023, período em que foi possível responder ao questionário da pesquisa, optou-se por trabalhar com os dados já coletados.

O questionário foi disponibilizado por formato eletrônico, utilizando a ferramenta *Google Forms*. Para a definição do conjunto de questões, recorreu-se ao questionário utilizado por Peixoto (2019), o qual foi adequado à instituição em análise neste trabalho. A elaboração com a finalidade de aplicação na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, precisamente no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA, por ocasião do desenvolvimento de pesquisa acadêmica, realizada como pré-requisito para obtenção do título de mestre no Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFIAP-UFCG, sob orientação da Professora Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo. A pesquisa em questão explora a temática das práticas sustentáveis e tem como objetivo geral analisar como ocorrem as práticas sustentáveis de acordo com o que orienta os seis eixos da A3P.

Ainda com relação ao questionário, o mesmo foi dividido em sete blocos, onde no primeiro, buscou-se traçar um perfil sociodemográfico dos pesquisados, de modo a possibilitar a caracterização da amostra, por meio de questões de múltipla escolha em que se indagava gênero, faixa etária, nível de escolaridade, tempo de serviço no CDSA/UFCG, setor em que atua no CDSA/UFCG e função em que ocupa no CDSA/UFCG. No segundo bloco, por meios de questões de múltipla escolha, a busca foi de verificar aspectos relacionados aos documentos de organização institucional. Do terceiro ao sexto bloco foram abordados os aspectos relacionados aos eixos temáticos da A3P, sendo eles: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada de resíduos gerados, qualidade de vida, sensibilização e capacitação no ambiente de trabalho, licitações e construções sustentáveis. Para estes no intuito de se permitir a avaliação, foi utilizada a escala Likert de frequência de cinco pontos (1 = Nunca; 2 = Raramente; 3 = Às vezes; 4 = Frequentemente; 5 = Sempre). No último bloco, por meio de questões de múltipla escolha, buscou-se verificar a percepção dos servidores sobre as questões relacionadas à adesão e implementação da A3P. Por fim, informou-se que se o respondente tivesse interesse em receber o resultado da pesquisa deveria disponibilizar o e-mail para envio. O instrumento de pesquisa na íntegra pode ser verificado no Apêndice A.

Os dados obtidos por meio da aplicação do questionário foram compilados e organizados em figuras, gráficos e textos explicativos, de maneira a possibilitar a

interpretação dos dados quantificados. Para tanto, recorreu-se à Estatística Descritiva, cujos procedimentos permitem verificar como os indivíduos se distribuem quanto a determinadas variáveis e, a partir daí, estabelecer relações entre essas variáveis (GIL, 2008), além de permitir comparações com outros resultados obtidos em pesquisas semelhantes realizadas por outros pesquisadores.

### **3.6 Procedimentos éticos**

A referida pesquisa foi submetida à aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal de Campina Grande, instituição designada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), em cumprimento aos princípios éticos aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais constantes na Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, sob o CAAE (certificado de apresentação de apreciação ética) n.º 68902723.7.0000.0205, tendo sido aprovado em 25 de abril de 2023, através do Parecer de n.º 6.021.323.

A pesquisadora se comprometeu explicitamente em somente dar início à pesquisa após a obtenção da referida aprovação, o que de fato ocorreu. Além disso, foi obtida a Carta de Anuência (Anexo A) com a autoridade institucional competente para consentir a realização da pesquisa, de modo a permitir acesso aos dados e informações utilizados na instrumentalização desta.

Por ocasião do envio do questionário e apresentação da pesquisa, os servidores foram informados sobre as diretrizes gerais para participação. Em seguida, foi também disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a participação em pesquisa, em observância aos aspectos éticos e objetivando resguardar o anonimato e a livre decisão em participar do estudo (Apêndice B). O TCLE foi disponibilizado em formato eletrônico, já que esta parte da pesquisa foi realizada neste formato. Vale lembrar que, no referido termo, constam todos os contatos da pesquisadora, de maneira que os participantes puderam tirar dúvidas em qualquer fase do estudo.

Por fim, a pesquisadora em questão assumiu a responsabilidade frente à privacidade e à confidencialidade dos relatos apresentados, preservando integralmente o anonimato dos participantes.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados neste tópico os resultados obtidos através dos dados coletados resultantes da análise documental e da aplicação dos questionários.

Conforme já apresentado em tópico anterior, esta pesquisa propõe-se a averiguar a adesão às práticas de sustentabilidade no CDSA/UFCG sob a perspectiva das diretrizes definidas pelos seis eixos da A3P. Portanto, na busca de alcançar esse propósito, os resultados serão apresentados em conformidade com os objetivos estabelecidos.

A UFCG é uma instituição de ensino pública federal autárquica ligada ao ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com âmbito de atuação no Estado da Paraíba, e sua organização e funcionamento estão regidos pela legislação federal atinente, Estatuto, Regimento Geral e por normas complementares (UFCG, 2020).

A UFCG, que apresenta o lema “Acima de tudo, brilha a luz”, traz os princípios fundamentais com alinhamento às bases constitucionais, que são: ética, cidadania, desenvolvimento local, planejamento democrático, racionalidade, natureza pública e gratuita, transparência e publicidade, eficiência, impessoalidade, laicidade, multicampia e transdisciplinaridade, não podendo esquecer da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Já como missão, a instituição apresenta a produção e promoção do conhecimento de vanguarda e transformação social.

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, bem como a responsabilidade social, são compromissos da UFCG definidos na aprovação dos seus documentos, constando no seu Regimento, Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a seguinte Missão e Visão, quais sejam:

1. O inciso VII, do art. 10, do Estatuto, que trata dos princípios da UFCG na organização e no desenvolvimento de suas atividades, traz o seguinte: “a contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico, técnico-científico, político, cultural, artístico e **ambiental** do Estado, da região, do país e do mundo” (UFCG, 2018, grifo nosso);

2. O inciso IV, do art. 11, do Estatuto, aborda uma das finalidades da UFCG como “promover a paz, a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e a **preservação do meio ambiente**” (UFCG, 2018, p.16, grifo nosso);

3. O inciso VIII, do art. 97, do Regimento Geral, que trata da extensão universitária articulado de forma indissociável à pesquisa e ao ensino, realizado sob a forma de “projetos que estimulem a **preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável**” (UFCG, 2018, grifo nosso).

Desse modo, este tópico será dividido em subtópicos, sendo abordados na sequência, aspectos relacionados à avaliação de documentos institucionais que possibilite constatar se houve alguma diretriz institucional no ato da implementação do CDSA/UFCG capaz de promover a implantação de práticas de sustentabilidade previstas na A3P, bem como averiguar a adesão e implementação destas, se estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas na A3P. Na sequência serão apresentadas a análise dos seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Logística Sustentável (PLS), Plano de Integridade (PI) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). No último subtópico, analisa-se o grau de percepção dos servidores do CDSA/UFCG quanto à adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P.

#### **4.1 Previsão de diretriz institucional, adesão e implementação de práticas de sustentabilidade no CDSA**

Na fase de Criação do Campus de Sumé, o estudo a que chegou a comissão formada por conselheiros da Câmara Superior de Ensino da UFCG foi de que a sua implantação deveria ser focada no desenvolvimento sustentável do semi-árido, considerando, por um lado, suas potencialidades econômico-produtivas e, por outro, suas vulnerabilidades ambientais, sociais e educacionais. Dando prosseguimento ao processo de expansão, o Colegiado Pleno do Conselho Universitário da UFCG autorizou através da Resolução 05/2008 a implantação do campus Sumé. Já a Resolução 06/2008 cria o Centro de Desenvolvimento do Semiárido (CDSA).

Com a justificativa da necessidade de iniciar um projeto de desenvolvimento que levasse em conta os recursos ambientais, o contingente populacional e os indicadores sócio-econômicos, resultando numa proposta verdadeiramente sustentável, renovadora e socialmente justa, o objetivo da Instituição para a criação do *campus* de Sumé, foi expandir o ensino, pesquisa e extensão, além formar profissionais de nível superior e contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para a população.

O CDSA/UFCG passou a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas do conhecimento científico fundamentais para o desenvolvimento sustentável, destacando-se:



A tecnologia voltada para o desenvolvimento e revitalização das potencialidades econômicas do semi-árido brasileiro, considerando suas vulnerabilidades naturais – o que supõe um compromisso de responsabilidade ambiental –, seus processos produtivos – o que determina um desenvolvimento de Ciência e Tecnologia sobretudo inovador – e suas dramáticas contradições socioeconômicas – o que impõe a perspectiva de um projeto produtivo renovador e socialmente justo.

O Projeto de criação do campus também enfatizou as características da região em que o campus atualmente está inserido, e descreveu o perfil ambiental da região, associando as dificuldades vivenciadas pelos seus habitantes, mas também ressaltando que os recursos naturais disponíveis viabilizam atividades produtivas rentáveis e sustentáveis.

Após análise minuciosa, foi possível verificar que no projeto acadêmico de criação do campus, já havia a preocupação acerca da implementação de ações pedagógicas no sentido de formar e capacitar pessoas para transformá-los em agentes multiplicadores das experiências construídas, tendo como pano de fundo a elaboração e implantação de projetos produtivos que visassem a sustentabilidade regional. A proposição da implantação do campus de Sumé, foi apresentada no projeto de criação como compromisso primordial de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, e promover uma agricultura familiar autônoma e uma formação voltada para as necessidades e interesses dos atores sociais.

O desafio, portanto, é construir um espaço permanente que contribua para a elaboração e implementação de um verdadeiro projeto de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar nordestina, contemplando as políticas públicas para o setor, baseando-o na interação entre as perspectivas, interesses e projetos dos agricultores familiares e de suas organizações com o referencial teórico, analítico e prático das disciplinas universitárias. (Projeto Acadêmico (UFCG, 2008)

Com relação à proposição de estratégias para o desenvolvimento sustentável do semiárido e a criação do campus de Sumé, vislumbrou-se no projeto de criação do campus:

É possível, dentro do quadro ambiental existente, mudar a forma de apropriação e uso dos recursos ambientais, e mesmo, promover a recuperação ou reabilitação de alguns, desde que seja entendido o cosmopolitismo da região, as suas tipologias e a capacidade de resposta da população em face das inovações tecnológicas que possam mitigar, minimizar, ou mesmo, eliminar processos negativos de antropização.

Neste sentido, há que se evocar uma nova “estratégia” de desenvolvimento para essa região, uma espécie “Programa” que regerá a criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (CDSA/UFCG), que passamos a descrever em linhas gerais. (UFCG, 2008)

Ademais, foi identificado no projeto em análise a intenção na criação do campus, pautada em três princípios, dentre eles:

O fomento de um modelo de desenvolvimento baseado nos preceitos da sustentabilidade (Brüseke, 1995; Romeiro, 1998), isto é, uma estratégia para a promoção da melhoria de vida das populações atuais pautada pela reflexão sobre as gerações futuras, em que estão concatenados desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano e responsabilidade ambiental (Almeida & Navarro, 1996; Paschoal, 1995; Tonneau, 2004).

Ao analisar o projeto de criação do campus de Sumé, bem como ao consultar a legislação atinente aos aspectos relacionados à implementação do CDSA/UFCG, foi constatada a intenção em se promover atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas do conhecimento científico para o desenvolvimento sustentável.

#### 4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020/2024

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, bem como a responsabilidade social, são compromissos da UFCG definidos na aprovação dos seus documentos, constando no seu Regimento, Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a seguinte Missão e Visão, quais sejam:

1. O inciso VII, do art. 10, do Estatuto, que trata dos princípios da UFCG na organização e no desenvolvimento de suas atividades, traz o seguinte: “a contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico, técnico-científico, político, cultural, artístico e ambiental do Estado, da região, do país e do mundo” (UFCG, 2018, grifo nosso);

2. O inciso IV, do art. 11, do Estatuto, aborda uma das finalidades da UFCG como “promover a paz, a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e **a preservação do meio ambiente**” (UFCG, 2018, p.16, grifo nosso);

3. O inciso VIII, do art. 97, do Regimento Geral, que trata da extensão universitária articulado de forma indissociável à pesquisa e ao ensino, realizado sob a forma de “projetos que estimulem **a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável**” (UFCG, 2018, grifo nosso),

O PDI 2020-2024, quando trata da Missão e da Visão, dispõe que:

*a. no tocante à Missão:*

Objetivando potencializar a missão da UFCG, propomos um novo modelo de gestão e ações para avanços em oito eixos estratégicos, estruturados no Projeto Pedagógico Institucional, no Plano de Gestão e no Plano de Obras. (UFCG, 2020, p.4).

*b. No que se refere à Visão:*

Tornar-se referência nacional na formação acadêmica e na produção de ciência e tecnologia, com foco no desenvolvimento sustentável e socioeconômico. (UFCG, 2020, p.11).

Entendendo-se por Missão o propósito básico da instituição, e observando que no seu Estatuto que uma das finalidades da UFCG é a preservação do meio ambiente, ao tratar desse tema no PDI 2020-2024, observa-se que a temática da questão socioambiental é estabelecida frente à inserção no desenvolvimento regional.

Destaque-se o trecho que trata da visão institucional, que diz “com foco no desenvolvimento sustentável e socioeconômico” mostra o objetivo que a UFCG tem com relação a sua atuação frente ao desenvolvimento sustentável e a aspiração de ser reconhecida como instituição *multicampi*, comprometida com a construção de um modelo de sociedade sustentável, com promoção da justiça social e da ética ambiental.

Importante frisar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), inserido no PDI, que é um instrumento que define algumas estratégias e ações acadêmico-pedagógicas – no campo do ensino, pesquisa e extensão – a partir de diretrizes, sendo assim um instrumento de gestão voltado para as atividades da Universidade, estabelecendo diretrizes que levem ao progresso da instituição. O plano propõe um modelo de gestão e ações para avanços em oito eixos estratégicos, estruturados no Projeto Pedagógico Institucional, no Plano de Gestão e no Plano de Obras. Dessa forma, pode-se afirmar que o plano apresenta políticas e ações estratégicas estruturadas em objetivos, indicadores de monitoramento e metas para o cumprimento da missão institucional.

Ressalte-se que no PDI cada eixo de monitoramento conta com pelo menos um objetivo, que por sua vez possui uma série de metas adequadas ao interesse da instituição. As ações recomendadas objetivam o cumprimento dessas metas, fomentando os indicadores de monitoramento. Assim, seguindo esses preceitos, foram realizadas buscas no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável na UFCG, sendo identificado no Eixo 6 – Dinâmica processual, o objetivo 9, que trata da Readequação dos fluxos processuais; bem como o objetivo 10, sobre a modernização da dinâmica operacional, com destaque para a meta 32, observados a seguir (Tabela 1):

**Tabela 1** - Eixo 6: Dinâmica Processual - *Objetivos 9 e 10: Readequação dos fluxos processuais e Modernização da dinâmica operacional.*

|                           |  |
|---------------------------|--|
| <b>Metas</b>              | M29. Revisar 100% dos processos críticos institucionais<br>M30. Implementar 100% dos processos internos em plataforma digital<br>M31. Digitalizar 100% dos documentos institucionais |
| <b>Ações Estratégicas</b> | a. Padronizar, manualizar e publicizar os fluxos processuais<br>b. Regulamentar o tempo de resposta dos processos<br>c. Contratar serviços de digitalização                          |
| <b>Metas</b>              | M32. Implementar 100% das metas previstas do Plano de Logística Sustentável (PLS)  |
| <b>Ações Estratégicas</b> | a. Padronizar, manualizar e publicizar os fluxos processuais<br>b. Regulamentar o tempo de resposta dos processos<br>c. Contratar serviços de digitalização                          |

Fonte: PDI 2020-2024

Com vigência de cinco anos, o PDI deve ser revisado pelo menos uma vez por ano e, caso necessário, atualizado, conforme Instrução Normativa nº 24/2020 do Ministério da Economia. A atualização sugerida deve ter como base os resultados obtidos a partir da evolução dos indicadores estratégicos e as metas previamente definidas.

Dessa forma, foi criado o Monitoramento do PDI (2020-2024), documento que tem por objetivo expor os resultados alcançados a partir da realização do monitoramento no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCG, pelo que se constatou no eixo de atuação sobre Readequação dos fluxos processuais e Modernização da Dinâmica Operacional, Com relação à meta M29, por exemplo, a UFCG aderiu, ainda em 2021, ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), desenvolvido pelo Ministério das Economia e, em consequência disso, está em fase avançada de construção da Cadeia de Valor Integrada, Plano de Dados Abertos e implantação dos SIGs em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ainda sobre a referida meta, o mapeamento dos processos críticos segue em andamento, sendo realizado pelos estagiários da UFCG, com o supervisionamento do STI (UFCG, 2023, p.18).

Com relação a M30, o relatório de monitoramento informa o pleno cumprimento da M30, pelo que foi implementado 100% dos processos internos em plataforma digital. Já referente à meta M31, que trata sobre digitalização dos processos da Universidade, observou-se que os documentos funcionais, de servidores ativos e inativos da instituição, que cabe à SRH, bem como outros tipos de documentos, encontram-se em andamento (UFCG, 2023, p.18).

Referente ao cumprimento da meta M32, consta no relatório de monitoramento que foi possível identificar a prática de ações que impactam diretamente no cumprimento das metas relacionadas aos eixos temáticos do Plano de Logística Sustentável (PLS), como, por exemplo, a implantação de painéis fotovoltaicos, manutenção preventiva na rede de iluminação, melhorias relacionadas à acessibilidade, paisagismo e urbanização e a criação de uma Comissão de gestão ambiental para tratar dos resíduos Sólidos. Porém, não foi identificado registro de Política Ambiental definida para a UFCG, e mais especificamente, constatou-se que no *campus* de Sumé não tem Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), tampouco Licenciamento Ambiental, pelo que nota-se que o CDSA está em desconformidade com as Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos e de Meio Ambiente e com o Decreto nº 7.746/2012, respectivamente.

Já no eixo 7, relacionado a Recursos humanos, no **Objetivo 11 que é o Desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida no trabalho**, observou-se as seguintes metas (Tabela 2):

**Tabela 2** - Eixo 7: Recursos Humanos - *Objetivo 11: Desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida no trabalho.*

|                           |   |
|---------------------------|---|
| <b>Metas</b>              | <p>M38. Criar um instrumento para avaliar a qualidade de vida no trabalho</p> <p>M39. Capacitar 1.800 servidores</p> <p>M40. Criar uma política de atenção aos servidores</p> <p>M41. Criar uma política de atenção aos prestadores de serviços terceirizados</p>   |
| <b>Ações Estratégicas</b> | <p>a. Instituir comissão para criar instrumento de avaliação da qualidade de vida</p> <p>b. Melhorar as estruturas e condições de trabalho</p> <p>c. Diagnosticar necessidades e fixar calendário de capacitação e qualificação do servidor</p> <p>d. Incentivar a capacitação do corpo técnico-administrativo</p> <p>e. Acolher e orientar novos servidores e ocupantes de novas funções</p> |

**Fonte:** PDI 2020-2024

Consta no documento de monitoramento que as metas M38 e M39 encontram-se em andamento, pois que ainda será diligenciado junto ao SIASS a composição de uma equipe de trabalho para elaborar proposta de instrumento para avaliação na qualidade de vida dos servidores., bem como encontra-se em execução ações de capacitação para atender as necessidades do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (UFCEG 2023, p.22).

No que se refere à meta M40, com base no relatório de monitoramento, verificou-se que a UFCEG/SRH/SIASS está desenvolvendo o Programa de Qualidade de Vida, para todos os campi de sua competência. No que tange a meta M41, foi proposta a realização de uma parceria entre os setores SIASS, SRH e Prefeitura Universitária, conjuntamente com as empresas terceirizadas, com o intuito de desenvolverem caminhos e mecanismos hábeis, a fim de proporcionar assistência institucional aos colaboradores terceirizados (UFCEG, 2023, p. 23)

Com relação ao Plano de Obras contido no PDI em análise, foi apresentado um diagnóstico estrutural das obras em execução durante a vigência do PDI 2014-2019, bem como informações sobre o cronograma, a situação processual e o custo das obras. O campus de Sumé se apresentou da seguinte forma durante o período (Tabela 3):

**Tabela 3 - Situação das Obras do PDI 2020-2024 – Campus Sumé.**

| <b>Obra</b>                                    | <b>Início</b> | <b>Término</b> | <b>Status</b> | <b>Execução(%)</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|---------------|----------------|---------------|--------------------|--------------------|
| <b>Construção do Restaurante Universitário</b> | 25/11/2014    | 26/10/2015     | Concluída     | 100                | 988.537,44         |

**Fonte:** PDI 2020-2024

Também consta no PDI um levantamento, baseado nas consultas à comunidade acadêmica e nos objetivos institucionais, das principais demandas institucionais para o quinquênio atual (2020-2024), pelo que consta para o campus de Sumé (Tabela 4):

**Tabela 4 - Previsão de Obras do PDI 2020-2024 – Campus Sumé.**

| <b>Obra</b>               | <b>Status</b>         |
|---------------------------|-----------------------|
| SM1 - Ginásio de Esportes | Elaboração de Projeto |
| SM2 - Passarelas          | Em Execução           |
| SM3 - Centro de Vivência  | Em Planejamento       |
| SM4 - Sede Administrativa | Em Planejamento       |

**Fonte:** PDI 2020-2024

Com relação a construção do Ginásio de Esportes, a obra já tinha sido licitada, porém não foi executada, uma vez que constatou-se uma grande disparidade nos percentuais de serviços e de valores nas diversas etapas de realização proposto no cronograma físico-financeiro pela empresa em relação ao previsto no cronograma do edital de licitação, não atendendo de forma satisfatória as necessidades para a execução do objeto, como pode ser observado no Processo SEI nº 23096.028065/2019-11. Posteriormente foi aberto outro processo novo com a mesma finalidade, pelo que conclui-se que a obra encontra-se em fase de licitação para assim iniciar nova demanda para esse fim, conforme Processo Sei nº 23096.060277/2023-70.

Com relação às passarelas, observou-se, através do Processo Sei nº 23096.019892/2019-14, que os serviços e obras foram executados 100%.

Já o Centro de Vivência e a Sede Administrativa que estão previstas no PDI analisado ainda encontram-se em fase de planejamento, uma vez que o CDSA não recebeu nenhuma demanda/autorização para iniciar a contratação dos serviços e obras.

#### **4.3 Plano de Logística Sustentável (PLS)**

Segundo a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, o Plano de Gestão de Logística Sustentável é uma ferramenta focada na atual realidade institucional, e que tem objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite à UFCG estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (UFCG, 2020).

A execução do PLS ajuda a criar uma cultura de práticas sustentáveis nos órgãos e entidades públicos, uma vez que as universidades atuam no sentido de transmitir saberes para toda a sociedade. Dessa forma, as IES públicas federais são contempladas na referida norma, contando com uma grande importância, uma vez que, além do caráter educacional, o quadro de pessoal inserido na comunidade acadêmica como um todo (servidores técnico-administrativos, docentes, discentes e terceirizados) é numeroso e tem grande impacto nas ações de sustentabilidade refletindo em toda a sociedade. (FRANCO et al., 2017).

Nesse sentido, apesar de o PLS cumprir o papel de definir as diretrizes estratégicas para as contratações e logística no âmbito do órgão/entidade, e também nortear a elaboração

do plano de contratações anual, estudos técnicos preliminares, anteprojetos, projetos básicos e termos de referência das contratações, o mesmo não substitui a A3P, e vice-versa, entretanto são agendas que se complementam. O PLS possui um escopo bem amplo e estratégico, cabendo a cada órgão/entidade decidir se a equipe da A3P também será responsável pelo PLS, mas é importante que haja uma formalização para que as atribuições fiquem bem definidas (BRASIL, 2020).

O PLS da UFCG, aprovado em 14 de dezembro de 2020, no Conselho Universitário do Colegiado Pleno, por intermédio da Resolução nº 09/2020, tem vigência para o quinquênio 2020-2024, e tem ligação direta com o PDI da universidade. As metas e indicadores foram elaborados para cada eixo temático do Plano, respeitando-se os diagnósticos e o nível institucional de atuação – autonomia dos campi e suas capacidades de execução. Assim sendo, são definidos os seguintes eixos de atuação do PLS:

**Figura 2 - Eixos de atuação do PLS**



**Fonte:** PLS 2020/2024.

O PLS apresenta um diagnóstico geral por campus, pelo que o CDSA está consolidado da seguinte forma:



**Tabela 5 - Diagnóstico geral por Campus (conclusão).**

| <b>Campus Sumé</b>   |   |
|----------------------|---|
| Localização          | Cariri<br>Composto pelo CDSA.<br>Apesar de recentes, as edificações necessitam de manutenção.   |
| Infraestrutura       | Abastecimento de água realizado pela concessionária local.<br>Esgotamento sanitário em fossas sépticas.<br>Não possui geração própria de energia, sendo atendido pela concessionária local.   |
| Transporte           | Possui oito veículos com tempo de uso superior a 11 anos.<br>Algumas edificações com necessidade de reparo e manutenção.<br>Urbanização precária na área frontal e no entorno do campus.<br>Ausência de um ginásio poliesportivo.   |
| Principais Carências | Necessidade de estruturar o Restaurante Universitário.<br>Espaços inadequados em termos de acessibilidade.<br>Investimentos insuficientes para instalações voltadas para captação e armazenamento de água.<br>Necessidade de revisão dos contratos de fornecimento de energia.<br>Ausência de planos de urbanização e de gerenciamento de resíduos sólidos. |

**Fonte:** PLS 2020/2024.

Com relação ao Plano de ação, foram identificadas algumas ações voltadas para a eficiência e sustentabilidade, e segundo o PLS, capazes de modificar o paradigma institucional vigente, visando assim atender às prerrogativas estabelecidas na IN 10/2012. Posto isto, destacam-se as seguintes metas de acordo com cada eixo temático do Plano(Quadro 4):

**Quadro 4 - Metas - PLS**

|           |     |  |
|-----------|-----|--|
| E01-<br>2 | M6  | Realizar uma campanha educativa anual para a redução do consumo de copos descartáveis            |
| E01-<br>4 | M9  | Revisar o processo de aquisição de produtos de limpeza priorizando critérios de sustentabilidade |
|           | M10 | Fomentar um projeto de desenvolvimento institucional para produção de materiais de limpeza       |

|       |     |   |
|-------|-----|---|
|       |     | biodegradáveis  |
| E01-6 | M12 | Substituir 100% das lâmpadas fluorescentes por LED  |
|       | M13 | Implementar um modelo de logística reversa para lâmpadas  |
| E02-1 | M16 | Fomentar um projeto para geração e uso de energias renováveis   |
|       | M17 | Implantar quatro matrizes para geração alternativa de energia   |
| E02-2 | M18 | Realizar uma campanha educativa anual para o uso racional de energia elétrica                               |
|       | M19 | Realizar manutenção das instalações elétricas em 100% dos campi   |
|       | M20 | Revisar o processo de aquisição de equipamentos considerando critérios de qualidade e eficiência energética |
|       | M21 | Revisar 100% dos contratos com as concessionárias de fornecimento de energia                                |
|       | M22 | Implementar sistemas de monitoramento do consumo de energia em 100% dos campi                               |
|       | M23 | Instalar sensores de presença para iluminação em 100% dos banheiros e corredores da UFCG                    |
| E03-1 | M24 | Implementar sistema de monitoramento do consumo de água em 100% dos campi                                   |
|       | M25 | Realizar uma campanha educativa anual para o uso racional da água   |
|       | M26 | Revisar os sistemas de abastecimento de água em 100% dos campi  |
| E04-1 | M33 | Firmar sete parcerias com cooperativas de catadores (uma para cada campi)                                   |
|       | M34 | Implementar um modelo de logística reversa para os resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010)                    |
|       | M35 | Implementar a coleta seletiva em todos os campi   |
| E04-2 | M37 | Elaborar sete planos de gerenciamento de resíduos sólidos (um para cada campi)                              |
|       | M38 | Implantar sete unidades de armazenamento temporário de resíduos (uma para cada campi)                       |
|       | M39 | Manter um contrato com empresa especializada para coleta de resíduos perigosos da UFCG                      |
| E05-1 | M41 | Estabelecer um calendário anual de cursos de capacitação para servidores                                    |
|       | M42 | Estabelecer um calendário anual de atividades integrativas para servidores                                  |
| E06-1 | M46 | Estabelecer um calendário anual para a realização de compras compartilhadas                                 |
| E09-1 | M59 | Estabelecer um calendário para capacitações em educação ambiental   |
| E09-  | M60 | Aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)  |

|       |     |   |
|-------|-----|---|
| 2     |     |   |
| E09-2 | M61 | Aderir ao Pacto Global Rede Brasil - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) |

**Fonte:** PLS 2020/2024.

Com relação ao status da infraestrutura do CDSA, notado na figura anterior, e considerando no PLS da UFCG (2020-2024) o eixo temático “Energia Elétrica”, em que são estabelecidas as seguintes metas: - M12 - Substituir 100% das lâmpadas fluorescentes por LED; - M16 - Fomentar um projeto para geração e uso de energias renováveis; - M17 - Implantar quatro matrizes para geração alternativa de energia; - M18 - Realizar uma campanha educativa anual para o uso racional de energia elétrica; - M19 - Realizar manutenção das instalações elétricas em 100% dos campi; - M20 - Revisar o processo de aquisição de equipamentos considerando critérios de qualidade e eficiência energética; - M21 - Revisar 100% dos contratos com as concessionárias de fornecimento de energia; - M22 - Implementar sistemas de monitoramento do consumo de energia em 100% dos campi; e - M23 - Instalar sensores de presença para iluminação em 100% dos banheiros e corredores da UFCG.

No tocante a energia elétrica, um dos eixos de atuação do PLS, já existe um Processo (Sei nº 23096.011362/2023-12), que trata da formalização de demanda para o processo licitatório para contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica visando dar continuidade às atividades do campus de Sumé. Porém, ocorreu a suspensão temporária desse processo em função da contratação de adequação da subestação de energia para instalação do sistema fotovoltaico.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) recebeu os equipamentos para a montagem de uma usina de energia solar (fotovoltaica). O projeto de geração de energia da UFCG inclui painéis solares e inversores que serão instalados em pontos estratégicos para a geração de energia, permitindo reduzir o custo com o consumo de energia elétrica na instituição. O processo SEI nº 23096.030397/2023-42 trata da aquisição de material de consumo, acompanhado de

instalação, desinstalação e parametrização, com a finalidade de fazer as adequações necessárias na subestação de energia, para a instalação e funcionamento da usina solar fotovoltaica do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, em decorrência da necessidade de adequação da subestação de energia para a instalação e funcionamento da usina solar fotovoltaica no Campus de Sumé da UFCG, de acordo com o art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Recentemente, foi homologado o pregão, tido como FRACASSADO, por não haver propostas em condições de atender às exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

No âmbito alusivo à “Água e esgoto”, um dos eixos do PLS, já há a preocupação por parte da UFCG com algumas ações acerca do consumo desse inestimável recurso natural, de maneira que, em seu PLS (2020-2023), a UFCG instituiu ótimas metas a serem buscadas, como visto na figura anterior, quais sejam: - M24 - Implementar sistema de monitoramento do consumo de água em 100% dos campi; - M25 - Realizar uma campanha educativa anual para o uso racional da água; - M26 - Revisar os sistemas de abastecimento de água em 100% dos campi; - M27 - Automatizar os sistemas de irrigação em 100% dos campi; - M28 - Elaborar sete projetos de sistemas de reúso de água para jardinagem (um para cada campi); - M29 - Elaborar sete projetos de sistemas de captação de águas pluviais (um para cada campi); - M30 - Estabelecer um calendário anual para limpeza de reservatórios.

No campus de Sumé, está em andamento a demanda de contratação para fornecimento continuado de água tratada e esgotos, buscando tomar as providências necessárias para formalização contratual de serviço, que atualmente é realizado sem cobertura contratual. Deste modo, para garantir a manutenção do fornecimento de água tratada e esgotos para o Campus, e conseqüentemente, da melhoria da relação fornecimento e consumo, é imprescindível a contratação, conforme orientações constantes no Processo Sei nº 23096.070331/2023-95.

Na área de “Paisagismo e Acessibilidade” do PLS (2020-2024), as metas propostas são as seguintes: - M54 - Fomentar sete projetos para promoção da acessibilidade na instituição (um para cada campi); - M55 - Duplicar o percentual de

recursos aportados em acessibilidade; - M57 - Elaborar sete projetos de sinalização horizontal e vertical (um para cada campi); e - M58 - Elaborar um estudo para identificar áreas com infraestrutura inadequada.

De acordo com a página eletrônica do CDSA, o setor de Arborização do Campus desenvolve as atividades em parceria com a Prefeitura Universitária (PUC) desde 2010, quando teve início a arborização do Campus. Além da manutenção dos espaços já consolidados, que envolve a poda (de formação, condução ou limpeza), observações e identificação de árvores doentes, substituição ou extração de árvores, enriquecimento dos espaços com composto orgânico, o Setor continua com as atividades de implantação de jardins, áreas de convivência e praças (UFCG, 2023).

Com relação à práticas sustentáveis compatíveis com o eixo temático “Compras sustentáveis”, verificou-se no PLS da UFCG as seguintes metas:

- M1 - Elaborar um regulamento institucional para fornecimento de papel A4; - M3 - Revisar o processo de aquisição de papel A4 priorizando critérios de sustentabilidade; - M5 - Elaborar um estudo sobre o consumo de copos descartáveis; - M7 - Adotar o modelo de outsourcing de impressão, cópia e digitalização em 100% dos campi da UFCG; - M9 - Revisar o processo de aquisição de produtos de limpeza priorizando critérios de sustentabilidade; - M11 - Revisar o processo de aquisição de itens de higiene considerando critérios de qualidade; - M46 - Estabelecer um calendário anual para a realização de compras compartilhadas; - M47 - Implementar um sistema de avaliação de desempenho institucional; e - M48 - Atualizar o inventário patrimonial.

Não obstante existam metas para a área de compras e contratações com o objetivo de priorizar critérios de sustentabilidade, é possível notar ações de melhoria com relação aos parâmetros usados em todas as aquisições referentes a materiais de consumo e outros itens, pelo que se vê preocupação referente a questão sustentável nas compras realizadas na universidade. De acordo com a pesquisa de Oliveira (2021), o CDSA adota critérios de sustentabilidade em seus editais, porém ainda insuficientes frente ao volume de compras efetuadas, pelo que é necessário a adoção de regras que levem a instituição a ampliar as contratações sustentáveis.

Com relação às práticas sustentáveis compatíveis com o eixo temático “Resíduos”, as metas são as seguintes: - M8 - Implementar um modelo de logística reversa para equipamentos e componentes de impressão, cópia e digitalização; - M13 - Implementar um modelo de logística reversa para lâmpadas; - M33 - Firmar sete parcerias com cooperativas de catadores (uma para cada campi); - M34 - Implementar um modelo de logística reversa para os resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010); - M35 - Implementar a coleta seletiva em todos os campi; - M36 - Criar um setor para reparo de mobiliários; - M37 - Elaborar sete planos de gerenciamento de resíduos sólidos (um para cada campi); - M38 - Implantar sete unidades de armazenamento temporário de resíduos (uma para cada campi); - M39 - Manter um contrato com empresa especializada para coleta de resíduos perigosos da UFCG; e - M40 - Criar procedimento operacional padronizado para o desfazimento de bens inservíveis.

No que toca à área de resíduos, observa-se que há importantes metas no PLS da UFCG, que caso sejam postas em prática, trarão grandes contribuições na área de desenvolvimento sustentável para a universidade. No entanto, através das pesquisas realizadas acerca de resíduos sólidos, um dos eixos de atuação da PLS, não foram detectadas ações na área de resíduos no campus CDSA, sejam eles orgânicos, químicos, biológicos ou recicláveis. Em sua pesquisa, Souto Neto (2017) afirma que não existem práticas sustentáveis no campus acerca da logística reversa de resíduos, sob a ótica da sustentabilidade, pelo que há a necessidade de implantação de um novo modelo de gerenciamento dos seus recursos naturais, como a reutilização da água, e diminuição do seu desperdício, além, da otimização dos seus recursos energéticos.

Assim, observando o que prevê o PLS em vigência da UFCG, pôde-se notar que o CDSA não atua de forma satisfatória na grande maioria dos temas abordados pelos seis eixos de atuação do PLS. Percebe-se que o campus vem construindo sua história de gestão ambiental de forma lenta, e que apesar de a criação de um Plano de Logística Sustentável ser uma imposição normativa, as ações sustentáveis até então identificadas já são um passo na caminhada ambiental do campus., pois caso as metas previstas no PLS sejam colocadas em prática, as atividades do campus terão considerável impacto na contribuição para um meio ambiente sustentável.

#### 4.4 Plano de Integridade

O Plano de Integridade da UFCG é um documento que contém um conjunto organizado de medidas que devem ser implementadas e monitoradas, em um período determinado, com a finalidade de prevenir, detectar, punir e remediar as ocorrências de quebra de integridade. Instituído através da Portaria 119/2022, com vigência 2023-2024, em seu conteúdo consta algumas informações acerca de como atuar em casos de corrupção na instituição. As medidas contidas no plano tem sua base estabelecida no Estatuto, Regimento Geral e no Plano de Desenvolvimento Institucional. O referido plano tem previsão no decreto 9.203/2017, que trata da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (UFCG, 2023).

O termo integridade, como descreve o próprio documento, é um dos fundamentos estabelecidos na política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, instituída pelo Decreto n.º 9.203/2017. Logo, as referidas instituições têm o dever de constituir programa de integridade, tendo como objetivo “promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.” (Art. 19 do Decreto n.º 9.203/2017).

Consta no referido Plano os principais instrumentos legais internos relativos à área de integridade, dentre eles:

- a) Resolução n.º 05/2002 do Conselho Universitário da UFCG, que aprova o Estatuto da UFCG;
- b) Resolução n.º 04/2004 do Colegiado Pleno da UFCG, que aprova o Regimento Geral da UFCG;
- c) Resolução n.º 05/2014 do Colegiado Pleno da UFCG, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCG e dá outras providências.

Quanto ao setor responsável pelo Plano de Integridade, cabe ao Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) da UFCG, designado por meio da Portaria n.º 95 do Gabinete da Reitoria da UFCG, no dia 11 de novembro de 2022, as funções de estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2023).

Ocorre que não foi realizado monitoramento realizado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento da UFCG – SEPLAN deste ano, bem como não foi encontrado nenhum relatório ou avaliação acerca da atuação frente a alguma questão ambiental, de modo

que não foi possível verificar se houve cumprimento de ações que a necessidade de ajustes nas ações recomendadas.

#### **4.5 Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do CDSA/UFCG**

Com a finalidade de verificar se há a presença de elementos ligados à temática de sustentabilidade às atividades de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação integrantes do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da UFCG, serão analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos. De acordo com Rodrigues (2019, p. 34), “o Projeto Político Pedagógico é um documento que definirá diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino consiga atingir os objetivos a que se propõe”. O PPP apresenta aspectos legais do sistema de ensino, contendo a justificativa, os objetivos e os princípios pedagógicos dos cursos, bem como o perfil que se espera do aluno egresso e as disciplinas constantes da estrutura curricular do curso, incluindo também as ementas.

São 07 (sete) cursos de graduação integrantes do CDSA, sendo eles: Tecnologia em Agroecologia, Engenharia de Biosistemas, Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, Engenharia de Produção, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnologia em Gestão Pública e Licenciatura em Ciências Sociais. E são 02 (dois) cursos de pós-graduação: ProfÁgua e ProfSócio. Foram analisados os PPCs dos referidos cursos, pelo que buscou-se na análise identificar junto ao texto dos documentos assuntos relacionados a desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, voltando-se para os eixos temáticos constantes da A3P..

Assim, para a análise dos projetos pedagógicos do curso foi elaborado um quadro com a finalidade de organizar as principais informações sobre cada curso.

##### **4.5.1 Tecnologia em Agroecologia**

Na apresentação inicial do documento, o texto trata da implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia no semiárido paraibano (região da Borborema, microrregião do Cariri Ocidental) pelo CDSA/UFCG como uma resposta propositiva desta Universidade para a formação de profissionais voltados para a inovação tecnológica, visando o desenvolvimento rural sustentável. Ademais, o plano trata da agroecologia como a ciência que orienta a aplicação dos princípios e conceitos ecológicos ao desenho e gestão de agroecossistemas sustentáveis. Como princípio, o texto apresenta a necessidade de entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e revalorizar os conhecimentos e capacidades dos



atores locais para, a partir disso, desenhar sistemas agrícolas sustentáveis. O curso também visa o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do semiárido nas diferentes categorias sociais da Agricultura Familiar.

Uma das justificativas para a existência do curso em análise, ressaltou-se a necessidade de implementação de ações pedagógicas no sentido de formar e capacitar os atores sociais vinculados à agricultura familiar no semiárido para transformá-los em agentes multiplicadores das experiências construídas, tendo como pano de fundo a elaboração e implantação de projetos produtivos que visem à sustentabilidade regional.

É apresentado no PPC do curso como referencial teórico-político do projeto a discussão acerca da ocupação do Semiárido brasileiro, o “confronto” entre o conhecimento local da população e os planejamentos concebidos por diversas instituições, governamentais ou não, que passaram ao largo da sustentabilidade ambiental, denotado pelos sucessivos ciclos econômicos. Ainda trata a região caracterizada por sua susceptibilidade ao processo social da desertificação, necessitando de um projeto de desenvolvimento que leve em conta os recursos ambientais, o contingente populacional e os indicadores sócio-econômicos, resultando numa proposta verdadeiramente sustentável, renovadora e socialmente justa.

Com relação a organização curricular do curso, a sua estruturação foi formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do mesmo, contemplando o pleno desenvolvimento de competências profissionais gerais e específicas deste eixo tecnológico, buscando contribuir para a formação de um tecnólogo apto a desenvolver de forma plena e inovadora, suas atividades profissionais.

O PPC em análise, ao tratar do perfil do aluno egresso do curso de Agroecologia, também traz abordagem ambiental, uma vez que, de acordo com o documento, o curso busca a formação de um cidadão que viabilizará soluções, sendo capaz de planejar, executar e monitorar os sistemas de produção agropecuária, integrado aos aspectos de sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Outrossim, uma das competências esperadas da formação do profissional da Agroecologia é a aptidão ao planejamento e execução do manejo dos fatores microclimáticos, hídricos e florísticos, segundo uma visão sistêmica da unidade produtiva rural, de suas relações com o entorno, e da sustentabilidade em suas dimensões ecológica, econômica, social e energética.

Considerando os elementos meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade contidos nos componentes curriculares de graduação em Agroecologia, das 71 disciplinas que compõem a matriz curricular, as quais 44 são obrigatórias e 27 optativas,

foram identificadas 13 com referência expressa a componentes relacionados à sustentabilidade, pelo que descreveu-se no recortes dos principais enfoques (Quadro 5):

**Quadro 5** - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Tecnologia em Agroecologia do CDSA.

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória)                                       | Ementa   | Objetivos   |
|--|--|---|
| DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES (obrigatória) | Origens e principais enfoques do conceito de território.<br>Espaçogeográfico, região e território político-cultural. Organização e paisagem rural. A formação do território brasileiro e sua relação com a construção de identidades. Análise das territorialidades na modernidade brasileira. A noção de identidade: múltiplas dimensões e concepções, Matrizes Identitárias Modernas: indivíduo, classe e nação. | Compreender o conceito de Desenvolvimento Sustentável: Natureza, sociedade e cultura. Dimensões do desenvolvimento sustentável. O trabalho, a transformação da natureza e a tecnologia. As repercussões do progresso tecnológico. História do Desenvolvimento Sustentável: o ecodesenvolvimento, o relatório de Brundtland; as conferências do Rio de Janeiro (Eco 92) e de Johannesburgo; o protocolo de Kioto; a Agenda 21. |
| BIOLOGIA DO SEMIÁRIDO (obrigatória)  | Fundamentos de biologia. O semiárido brasileiro e o bioma Caatinga. As terras secas e seus recursos bióticos. Inter-relações entre ambiente e os organismos vivos em ecossistemas semiáridos. O  | Após cursar a disciplina o aluno deverá ser capaz de dominar os conhecimentos básicos relacionados com o estudo da vida no semiárido brasileiro, conhecer as características físicas e dos recursos bióticos da região semiárida e do bioma Caatinga,   |

|  |   |  |
|--|---|--|
|  | <p>papel dos elementos biológicos para a estabilidade dos sistemas ecológicos. Valoração da diversidade biológica e sua importância para a sustentabilidade no semiárido. Os organismos vivos e os impactos ambientais. Bases e estratégias de conservação. A etnobiologia e sua importância para o estudo e a conservação da vida na região semiárida brasileira</p> | <p>interpretar os processos de interação dos organismos vivos com os elementos abióticos no contexto regional, entender a relevância dos componentes biológicos para a funcionalidade dos sistemas ecológicos, identificar os elementos que definem os valores da biodiversidade e suas potencialidades para a sustentabilidade do semiárido, compreender de forma crítica e reflexiva as ações impactantes e ainda as estratégias e mecanismos de conservação dos elementos bióticos.</p> |
| <p>ECOLOGIA DO SEMIÁRIDO (obrigatória)</p> | <p>Ecosistemas: aspectos estruturais e funcionais. Transferência de matéria e energia. Ciclos biogeoquímicos. Aspectos ecológicos da estabilidade/resiliência. Diversidade de espécies no ecossistema. Ecologia de populações e de comunidade. Principais ecorregiões geográficas. Ações antrópicas negativas e seus efeitos no meio ambiente. Bases e</p>            | <p>Difundir conhecimentos básicos e aplicados da ciência do ambiente e da ecologia geral, possibilitando conseqüentemente ao aluno a compreensão e o reconhecimento da importância de questões que envolvem o cenário ambiental, além de proporcionar as definições teóricas e práticas para os processos de intervenção e manejo dos sistemas ecológicos no semiárido brasileiro.</p>   |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | <p>estratégias de conservação. Etnoecologia e sua importância para o estudo e a conservação da vida. O semiárido brasileiro e o bioma Caatinga: características e potencialidades naturais. Estudos de Caso.</p>   |  |
| <p>FUNDAMENTOS DA PESQUISA AMBIENTAL (obrigatória)</p> | <p>Panorama ambiental global e brasileiro. Mudanças de paradigma. Conceitos de meio ambiente. “Questão ambiental” como campo de pesquisas. Pensamento sistêmico. Análise de sistemas. Método de formulação de problemas e busca de soluções. Método de elaboração de sistemas (modelos) para representação de ambientes.</p> | <p>O objetivo geral desta disciplina é treinar o estudante para pensar sistemicamente e equacionar problemas ambientais.</p>                                 |
| <p>USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE (obrigatória)</p> | <p>Análise das ameaças globais relacionadas ao uso inadequado de recursos naturais e perda da biodiversidade. Avaliação de ações prioritárias para conservação da biodiversidade nos diferentes biomas</p>   | <p>Contribuir para a valoração das potencialidades e o uso sustentável dos recursos naturais no Brasil e especificamente na região Semiárida brasileira.</p> |

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | <p>brasileiros. O etnoconhecimento e sua importância para o estudo e a conservação da vida.</p> <p>Uso sustentável da biodiversidade. Introdução à elaboração de projetos, estudos e planos de manejo e conservação da biodiversidade.</p>  |   |
| <p>DIREITO AGRÁRIO E AMBIENTAL<br/>(obrigatória)</p> | <p>Direito Ambiental.</p> <p>Competências Legislativas e Administrativas em Matéria Ambiental.</p> <p>Proteção à Fauna e à Flora.</p> <p>Proteção às Florestas.</p> <p>Proteção às Águas e Potenciais de Energia.</p> <p>Estudo de Impacto Ambiental. Relatório de Impacto Ambiental.</p> <p>Controle e Combate à Poluição.</p> | <p>Conhecer e interpretar as principais leis brasileiras relacionadas ao meio ambiente; compreender a necessidade da adequação à legislação ambiental nas práticas de gestão.</p> |

|   |  |  |
|---|--|--|
| <p>ÉTICA,<br/>SUSTENTABILIDADE E<br/>PROCESSOS<br/>PRODUTIVOS (optativa)</p>            | <p>Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Processos produtivos e sustentabilidade. Os novos paradigmas de gestão e desenvolvimento sustentável para as organizações: 'the triple bottom line'. Princípios orientadores e desafios para o futuro. A política dos 3R: Reduzir, Reaproveitar e Reciclar. Tecnologias ambientalmente justas.</p>                   | <p>Despertar a consciência ética fundada no valor da vida, assumindo a pessoa humana e a natureza como pontos de referência. Conscientizar-se da verdadeira dimensão dos problemas sociais e ecológicos.</p> |
| <p>AGROECOLOGIA,<br/>AGRICULTURA<br/>FAMILIAR E<br/>SUSTENTABILIDADE<br/>(optativa)</p> | <p>A sustentabilidade do desenvolvimento e o papel da agricultura familiar na atualidade: perspectivas do desenvolvimento em Agroecologia e a transição agroecológica para sistemas agrícolas sustentáveis ambientalmente, socialmente, culturalmente, economicamente, politicamente e eticamente. A relação entre sustentabilidade e sistemas de produção agrícolas</p> | <p>Desenvolver o estudo sistemático das abordagens teóricas em relação a agricultura familiar e seus vínculos com a sustentabilidade ambiental na perspectiva do semiárido.</p>                              |

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | familiares no Semiárido.  |   |
| DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTABILIDADE (opativa) | <p>Consequências ambientais do desenvolvimento econômico. Evolução da questão ambiental no mundo. Teoria da sustentabilidade. Sociedades sustentáveis. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável _ DLIS. Conservação da biodiversidade. Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Agenda 21. Novas tecnologias para sociedades sustentáveis.</p> | <p>Conhecer as teorias de desenvolvimento agrícola e repercussões espaciais; Compreender o Binômio: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade rural e o papel da Agroecologia</p>  |
| MEIO AMBIENTE E TURISMO AGROECOLÓGICO (optativa)   | <p>Aspectos econômicos e sócio-culturais. Os impactos ambientais.</p>   | <p>Instruir o aluno sobre a evolução e diversificação do turismo no espaço rural, no contexto histórico de políticas públicas nacionais, e modelos internacionais, abordando planejamento, ordenamento, estruturação, promoção e comercialização. Proporcionar condições para a análise e tomada de posição frente à implementação de empreendimentos turísticos no espaço rural. Reconhecer a variedade paisagística e</p> |

|   |  |   |
|---|--|---|
|   |  | heterogeneidade ecossistêmica do semiárido.   |
| TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (optativa) | Conceitos de Tecnologia Social e de Desenvolvimento Sustentável. Tecnologias alternativas e tecnologias sociais. Economia solidária e tecnologia social. Agroecologia e Tecnologias sociais. Tecnologias sociais e o desenvolvimento do Semi-árido: perspectiva de transformação social. | Apresentar os conceitos de Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável, contextualizando-os para a convivência com o Semi-árido, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida.                       |
| ALTERNATIVAS E POTENCIALIDADES DA CAATINGA (optativa)             | Biodiversidade e fisionomias da Caatinga. Impactos ambientais na Caatinga. Bases e estratégias de conservação ambiental na Caatinga. Estratégias de convivência.   | Conhecer as potencialidades do bioma Caatinga, desenvolvendo práticas sustentáveis de convívio. Estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa para a região e alternativas de exploração sustentável. |
| INTRODUÇÃO À AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (optativa)          | Conceitos básicos. Descrição, qualificação e quantificação de impactos ambientais. Documentos para licenciamento ambiental. O EIA e o RIMA. Perfil da equipe elaboradora de um estudo de impacto ambiental.  | Introduzir conhecimentos teóricos e práticos para avaliação de impactos ambientais.   |



|  |   |  |
|--|---|--|
|  | <p>Métodos de avaliação de impactos ambientais.</p> <p>Evolução das metodologias de avaliação de impactos ambientais. Etapas da elaboração e aprovação de um estudo de impacto ambiental.</p> |  |
|--|---|--|

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

#### 4.5.2 Engenharia de Biosistemas

O presente Projeto Político Pedagógico do curso de Engenharia de Biosistemas teve seu texto elaborado em 2010 e apresenta alguns preceitos relacionados à temática ambiental.

Conforme o PPC, uma das justificativas para a elaboração do mesmo foi a capacitação de jovens camponeses de 20 municípios do Cariri paraibano na elaboração, desenvolvimento e gestão de projetos produtivos a partir da perspectiva agroecológica e da metodologia da “pesquisa-ação”, bem como também o *empoderamento* dos educandos junto à sociedade local e aos fóruns deliberativos de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento rural e territorial.

Ademais, segundo o documento em análise, além do objetivo imediato de possibilitar a inúmeros jovens o direito a uma formação profissional de nível superior, a inserção da Universidade Federal de Campina Grande nessa região tem como objetivo, a médio prazo, contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do Semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo. Destaque-se no PPC que a Universidade Federal de Campina Grande através do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido propôs o Curso de Bacharelado em Engenharia de Biosistemas, tendo como compromisso primordial contribuir de forma inovadora para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo uma agricultura familiar autônoma através do resgate e do cultivo do *ethos camponês* entendido como base da identidade, fonte da auto-estima e vetor da autodeterminação dos agricultores familiares, e, por outro lado, uma formação tecnológica voltada para as necessidades e interesses desses atores sociais.

O PPC apresenta o perfil profissional do engenheiro de biossistemas o qual deve ser uma pessoa envolvida na preservação dos recursos naturais e produção sustentável de alimentos, fibras e utilização de energias alternativas. Com isso, o curso possibilitará ao aluno desenvolver durante a sua formação, algumas competências e habilidades para o pleno exercício das suas atividades profissionais, quais sejam: estudar a viabilidade técnica e econômica de projetos ambiental; especificar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente atividades relacionadas à produção de alimentos, fibras e energia no intuito de fomentar a sustentabilidade. Em resumo, a formação do engenheiro de biossistemas se apóia na aquisição de conhecimentos fundamentais e tem caráter multidisciplinar e interdisciplinar, uma vez que o objetivo da Engenharia de Biossistemas é estudar temas aplicados à recuperação de áreas degradadas, a produção sustentável de alimentos, fibras e energia, dentre outros.

Dentre as 90 disciplinas componentes curriculares do curso de Engenharia de Biossistema, foram identificadas 6 (seis) disciplinas que envolvem matérias de conteúdo relacionado ao meio ambiente e à sustentabilidade, conforme descrito no Quadro x:

**Quadro 6 - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Engenharia de Biossistemas do CDSA.**

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória)  | Ementa  | Objetivos   |
|---------------------------------------|---|---|
| Ciências do Ambiente<br>(obrigatória) | Ecosistemas: aspectos estruturais e funcionais. Diversidade de espécies no ecossistema. Ecologia de populações e de comunidade. Ações antrópicas negativas e seus efeitos no meio ambiente. Bases e estratégias de conservação. O semiárido brasileiro e o bioma Caatinga: características e potencialidades naturais. Estudos de Caso. | Difundir conhecimentos básicos e aplicados da ciência do ambiente e da ecologia geral, possibilitando consequentemente ao aluno a compreensão e o reconhecimento da importância de questões que envolvem o cenário ambiental, além de proporcionar as definições teóricas e práticas para os processos de intervenção e manejo dos sistemas ecológicos. |
| Gestão Ambiental<br>(obrigatória)     | Meio ambiente e os recursos naturais. Desenvolvimento sustentável. Gestão   | Proporcionar ao aluno a compreensão dos conceitos, princípios e instrumentos  |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  | <p>ambiental: Conceito, histórico e princípios. Aspectos legais. Sistemas de gestão dos recursos naturais. Instrumentos de gestão: regulatórios, econômicos, técnicos e educacionais.</p>  | <p>voltados para a gestão ambiental, Além disso, as discussões irão oferecer ferramentas para a compreensão e análise das questões ambientais atuais, e sua relação com as questões econômicas, tecnológicas e sociais do desenvolvimento sustentável.</p>  |
| Indicadores de Sustentabilidade (optativa)               | <p>O contexto da sustentabilidade: as conferências de desenvolvimento humano. Conceito e dimensões de sustentabilidade ambiental. Indicadores e Índices de Sustentabilidade. Conceitos e metodologias nacionais e internacionais de indicadores de sustentabilidade para subsidiar o planejamento público.</p> | <p>Familiarizar o aluno com questões importantes para o desenvolvimento sustentável, capacitando-o para o entendimento de processos de deterioração ambiental e suas implicações para o bem-estar humano. Identificar as conexões entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e outros como: qualidade de vida, pobreza, desigualdades sociais, qualidade ambiental, vulnerabilidade sócio-ambiental.</p> |
| Gestão de recursos hídricos (optativa)                   | <p>Introdução. A água e o meio ambiente. Conceitos e princípios da Gestão de Recursos Hídricos. Política Nacional dos Recursos Hídricos Aspectos legais. Aspectos institucionais. Instrumentos de gestão. Plano de Bacias Hidrográficas. Comitês de Bacias Hidrográficas.</p>                                  | <p>Apresentar o atual sistema de gestão de recursos hídricos e a importância da aplicabilidade de seus instrumentos em bacias hidrográficas para eficiência de planejamento e gerenciamento integrado das águas em seus múltiplos usos.</p>   |
| Introdução à avaliação de impactos ambientais (optativa) | <p>Conceitos básicos. O estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental. Métodos de avaliação de impactos ambientais. Perfil da equipe elaboradora de um estudo de impacto ambiental. Etapas da elaboração e aprovação de um estudo de impacto</p>  | <p>Introduzir conhecimentos teóricos e práticos para avaliação de impactos ambientais.</p>  |

|   |  |   |
|---|--|---|
|   | ambiental.   |   |
| Tratamento de resíduos sólidos (optativa) | Aspectos do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. Classificação dos resíduos sólidos urbanos. Caracterização. Geração. Acondicionamento. Coleta. Transporte. Tratamento. Disposição final. Aterro sanitário. Reciclagem. Compostagem. Biorremediação de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos. | Fornecer aos alunos os principais conceitos sobre o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e descrever as técnicas associadas aos processos de destino final de resíduos e recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos. |

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

#### 4.5.3 Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos

O Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos apresenta no texto inicial a sua importância, notadamente para áreas do conhecimento de forte ritmo de mudança e inovação pelo que o presente projeto de curso propõe formar recursos humanos com perfil profissional capazes de conceber, projetar, inovar e desenvolver tecnologias, produtos e processos biotecnológicos (bioprocessos), de modo a reconhecer problemas e buscar soluções para o desenvolvimento sustentável, conciliando desenvolvimento tecnológico com preservação ambiental.

O referido documento ainda trata sobre o perfil do profissional a ser formado com ênfase em Biotecnologia, ressaltando que a grande multidisciplinaridade do CDSA (Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido) propicia um meio fértil para um modo interdisciplinar de ação fortemente acoplado em que dois ou mais assuntos são intencionalmente aproximados para solucionar problemas, identificando o caminho para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro com vistas ao progresso centrado ao bem viver das comunidades local, regional e nacional.

Como justificativa, o PPC enfatiza que o objetivo imediato seria possibilitar a inúmeros jovens o direito a uma formação profissional de nível superior na área da biotecnologia, e que a inserção da Universidade Federal de Campina Grande nessas regiões teria como objetivo, em médio prazo, contribuir para a construção de um novo paradigma

científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo.

Considerando os elementos meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade contidos nos componentes curriculares de graduação em Biotecnologia, das 80 disciplinas que compõem a matriz curricular, as quais 60 são obrigatórias e 20 optativas, foram identificadas 2 (duas) com referência expressa a componentes relacionados à sustentabilidade, pelo que descreve-se no quadro abaixo recortes dos principais enfoques:

**Quadro 7-** Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos do CDSA.

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória)            | Ementa   | Objetivos  |
|---|--|--|
| Uso sustentável da biodiversidade (obrigatória) | Análise das ameaças globais relacionadas ao uso inadequado de recursos naturais e perda da biodiversidade. Avaliação de ações prioritárias para conservação da biodiversidade nos diferentes biomas brasileiros. Uso sustentável da biodiversidade.  | Contribuir para o entendimento dos elementos básicos que regem a diversidade da vida e fortalecer assim a formação de profissionais voltados para a inovação tecnológica, visando a conservação ecossistêmica, valoração das potencialidades e o uso sustentável dos recursos naturais no Brasil e especificamente na região Semiárida brasileira. |
| Tratamento de resíduos sólidos (optativa)       | Aspectos do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. Classificação dos resíduos sólidos urbanos. Caracterização. Geração. Acondicionamento. Coleta. Transporte. Tratamento. Disposição final. Aterro sanitário. Reciclagem. Compostagem. Biorremediação de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos. | Fornecer aos alunos principais conceitos sobre o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e descrever as técnicas associadas aos processos de destino final de resíduos e recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos.   |

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

#### 4.5.4 Engenharia de Produção

O curso de Engenharia de Produção do CDSA (criado pela Resolução CSE/UFCG no 21/2009, de 27 de julho de 2009), de acordo com o PPC, tem por objetivo proporcionar meios para que ocorra um desenvolvimento de forma sustentável das atividades produtivas do Cariri Paraibano, de modo a alcançar os objetivos estratégicos de desempenho da produção e de responsabilidade social, pressupondo assim um projeto produtivo inovador e socialmente justo.

O PPC apresenta alguns aspectos quanto aos objetivos do Curso de Graduação em Engenharia de Produção do CDSA/UFCG. objetiva formar Engenheiros com sólida formação científica e profissional, instrumentalizando-os para absorver e desenvolver novas tecnologias e atuar de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas de Engenharia, e estimular a adoção dos princípios da sustentabilidade em todas as propostas e ações.

Com relação a formação do Engenheiro de Produção formado no CDSA, o PPC apresenta que o profissional deverá, dentre várias características, ser um profissional com responsabilidade social no tocante a sustentabilidade ambiental e que o desenvolvimento de pesquisas estimule a cooperação entre o Curso e o setor produtivo, através da extensão e da prestação de serviços, além de consolidar experiências e disseminar modelos a partir de eventos conjuntos, para que assim se crie bases para assegurar a sustentabilidade acadêmica do Curso. Ademais, o PPC aborda sobre as competências e habilidades que devem alcançar o perfil profissional desejado, possibilitando ao aluno compreender a inter-relação dos sistemas de produção com o meio ambiente, preocupando-se com os recursos naturais disponíveis, a disposição final de resíduos e rejeitos, e a produção de bens/serviços de maneira racional e sustentável.

Com relação a matriz curricular do curso de graduação em Engenharia de Produção, foram encontradas disciplinas com abordagem ambiental em suas ementas, conforme especificadas no quadro abaixo:

**Quadro 8** - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Engenharia de Produção do CDSA.

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória)      | Ementa   | Objetivos                                       |
|---|--|---|
| Introdução à agricultura<br>(obrigatória) | Formação do modelo familiar e sua importância; | Desenvolver o estudo sistemático das abordagens |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  | <p>características do sistema de produção; relação da agricultura familiar com o mercado; formas organizacionais; política agrícola e o pequeno produtor rural; preservação da agricultura familiar.</p>   | <p>teóricas em relação a agricultura familiar e seus vínculos com a sustentabilidade ambiental.</p>   |
| <p>Gestão Ambiental (obrigatória)</p>                | <p>Meio ambiente e os recursos naturais. Desenvolvimento sustentável. Gestão ambiental: Conceito, histórico e princípios. Aspectos legais. Problemas ambientais em escala global e local. Avaliação de impactos ambientais. Relações entre conservação dos recursos naturais e gestão ambiental.</p> | <p>Proporcionar ao aluno a compreensão dos conceitos, princípios e instrumentos voltados para a gestão ambiental, desenvolvendo uma abordagem interdisciplinar e holística do gerenciamento integrado e participativo dos recursos naturais. Oferecer ferramentas para a compreensão e análise das questões ambientais atuais, e sua relação com as questões econômicas, tecnológicas e sociais do desenvolvimento sustentável, permitindo assim transformar os desafios da gestão ambiental em ações práticas de intervenção e manejo de ecossistemas.</p> |
| <p>Introdução à avaliação de impactos ambientais</p> | <p>O estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental. Métodos de avaliação de impactos ambientais. Perfil da equipe elaboradora de um estudo de impacto ambiental. Etapas da elaboração e aprovação de um estudo de impacto ambiental.</p>  | <p>Introduzir conhecimentos teóricos e práticos para avaliação de impactos ambientais.</p>  |
| <p>Indicadores de sustentabilidade</p>               | <p>Crescimento econômico e preservação ambiental. O contexto da sustentabilidade: as conferências de desenvolvimento humano. Conceito e dimensões de sustentabilidade ambiental.</p>   | <p>Familiarizar o aluno com questões importantes para o desenvolvimento sustentável, capacitando-o para o entendimento de processos de deterioração ambiental e suas implicações</p>  |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | Indicadores e Índices de Sustentabilidade. Conceitos e metodologias nacionais e internacionais de indicadores de sustentabilidade para subsidiar o planejamento público. | para o bem-estar humano. Identificar as conexões entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e outros como: qualidade de vida, pobreza, desigualdades sociais, qualidade ambiental, vulnerabilidade sócio-ambiental. |
|--|--|--|

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

#### 4.5.5 Licenciatura em Educação do Campo

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus de Sumé, trata da questão ambiental como um dos desafios para a Universidade enquanto espaço de pesquisa e produção do conhecimento, conseqüentemente, como formadora de profissionais e educadores (as) que possam contribuir para a construção de referenciais e práticas de um desenvolvimento sustentável para a região. Destaca assim que espera-se do corpo docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, lhes sendo atribuída a responsabilidade pelo planejamento e operacionalização do ensino, pesquisa e extensão, a construção de projetos que visem a construção de alternativas sustentáveis sob os vários pontos de vista, dentre eles o ambiental.

Outro aspecto importante no que diz respeito ao tratamento acerca das questões ambientais no respectivo PPC é que no tópico referente aos objetivos do curso, um dos objetivos específicos é formar educadores (as) para atuação na Educação Básica com competências a fazerem à gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

O PPC ainda enfatiza que a concepção adotada pelo curso almeja formar educadores (as) para atuação na Educação Básica nas Escolas do Campo, com o seguinte perfil profissional: Conhecedor da realidade do Semiárido brasileiro em suas faces sociais, culturais, educacionais, econômicas, políticas e ambientais e capaz de ensinar, pesquisar e atuar nesta realidade com espírito crítico, investigativo e comprometido com a construção do desenvolvimento sustentável.



Tratando-se das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo, foram analisadas aquelas em que as ementas trazem elementos relacionados ao meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, pelo que apresenta-se no quadro a seguir:

**Quadro 9** - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Licenciatura em Educação do Campo do CDSA.

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória) | Ementa   | Objetivos   |
|--------------------------------------|--|---|
| Educação Ambiental<br>(Optativa)     | A evolução histórica e teórica da Educação Ambiental. Complexidade ambiental. Princípios e estratégias de educação ambiental. A Educação Ambiental como eixo do Desenvolvimento Sustentável. Características, funções e objetivos da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.  | A disciplina visa abordar e aprofundar os princípios antropológicos, ecológicos, econômicos, éticos, epistemológicos, sociológicos e políticos da Educação Ambiental.   |
| Extensão Rural                       | As perspectivas da Extensão Rural frente às mudanças ocorridas no rural brasileiro, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Experiências de trabalho com grupos de produtores organizados – formas de cooperação; Projetos alternativos de Extensão Rural; Conhecimento e acompanhamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por instituições regionais que estejam voltadas a promoção do desenvolvimento sustentável | Propiciar aos alunos conhecimentos básicos sobre a origem, evolução, pressupostos, desafios e tendências da Extensão Rural no Brasil, tendo em vista nossa história e estrutura agrícola e agrária, dando condições para que possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio rural e da sociedade como um todo. |

|  |  |  |
|--|--|--|
| Gestão Ambiental (Optativa)                          | Análise dos temas envolvendo desenvolvimento e degradação ambiental e discussão sobre gestão e política ambiental no Brasil. Políticas de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e prática. Base legal e institucional para a gestão ambiental. Licenciamento e avaliação de impacto ambiental: conceitos, etapas, técnicas, aplicações e experiências internacionais e brasileiras | Proporcionar ao estudante conhecimentos de gestão ambiental, das políticas ambientais e sua legislação e os instrumentos para a gestão ambiental no desenvolvimento sustentável. |
| Organização Social e Gestão do Desenvolvimento Rural | organização social, desenvolvimento rural e gestão social: construindo conceitos. A construção territorial como contrato social. Caracterização do conceito sistêmico de desenvolvimento. O desenvolvimento para os economistas clássicos. Co-desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável.  | Refletir sobre a gestão do desenvolvimento rural e o papel da organização social no controle social das políticas públicas.  |

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

Após análise do PPC, constatou-se que das 128 disciplinas componentes curriculares do curso de Licenciatura em Educação do Campo, 4 (quatro) apresentam conteúdo relacionado à sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

#### **4.5.6 Tecnologia em Gestão Pública**

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sumé, abrange o termo sustentabilidade em poucas ocasiões no seu documento. Ao tratar do perfil do curso, o PPC enfatiza que a visão de sustentabilidade

do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o desenvolvimento de um conhecimento técnico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade para com a sociedade em que se vive.

Na apresentação do referencial teórico utilizado na construção do PPC, a sustentabilidade é apresentada como uma ideia que abre caminhos para o desenvolvimento, harmonizando os objetivos sociais com a função econômica num espírito de solidariedade com as futuras gerações. Ademais, o documento menciona que a gestão pública deve adotar novas estratégias para obtenção de uma administração que esteja adequada a realidade dos tempos atuais, assim, o conceito de desenvolvimento serve à ideia de uma sustentabilidade que tenha como base o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, numa política holística de harmonia, responsabilidade e comprometimento.

Ainda, na apresentação das estratégias pedagógicas, no que diz respeito a formação do profissional de gestão pública, é que ele deve estar envolvido com a formação de uma consciência cultural compromissada com a preservação do meio ambiente e com a sustentabilidade, além de uma consciência cultural compromissada com a preservação do meio ambiente e com sua sustentabilidade.

No quadro a seguir são apresentadas as disciplinas que trazem em suas ementas conteúdo relacionado à meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade:

**Quadro 10-** Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Tecnologia em Gestão Pública do CDSA.

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória)        | Ementa   | Objetivos  |
|---|--|--|
| Gestão Pública Sustentável<br>(Obrigatória) | Análise dos temas envolvendo desenvolvimento e degradação ambiental e discussão sobre gestão e política ambiental no Brasil. Políticas de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e prática. Base legal e institucional para a gestão ambiental. Licenciamento e avaliação | Proporcionar ao estudante conhecimentos de gestão ambiental, das políticas ambientais e sua legislação e os instrumentos para a gestão ambiental no desenvolvimento sustentável, |

|                                    |  |  |
|------------------------------------|--|--|
|                                    | de impacto ambiental: conceitos, etapas, técnicas, aplicações e experiências internacionais e brasileira.  |  |
| Contabilidade Ambiental (Optativa) | Bens e Serviços Ambientais e Recursos Naturais. Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Causas da Degradação Ambiental e Exaustão de Recursos Naturais.   | Apresentar ao aluno os principais modelos teóricos sobre a melhor forma de gerenciar a alocação de bens, serviços e recursos naturais e ambientais, de modo que seu uso minimize custos sociais e/ou maximize o bem-estar social, tanto intra como intergeracional.  |
| Direito Ambiental (Optativa)       | Histórico da Legislação Ambiental no Brasil. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Meio Ambiente na Constituição de 1988. Princípios. Tutela ambiental e seus objetos. Espaços ambientais. Licenciamento e Estudo de Impacto Ambiental. Danos ambientais e responsabilidade.  | Dotar o discente noções de Direito Agrário e Ambiental, buscando deixar clara a relação entre essas duas disciplinas, dotando o discente das noções acerca das ferramentas jurídicas, bem como a compreensão jurídica sobre as atividades desenvolvidas pelos graduandos na futura profissão, numa perspectiva do desenvolvimento sustentável. |
| Sociologia Ambiental               | Abordagem das especificidades do estudo sociológico na questão ambiental discutindo a relação homem/sociedade/natureza. Desenvolvimento e a questão ambiental, dando ênfase às questões específicas do desenvolvimento e meio ambiente do Brasil. Conflitos sócio-ambientais. Sociedade de risco, sustentabilidade, justiça e democracia ambiental. Consumo, meio ambiente e sustentabilidade. | Utilizar uma abordagem técnica e prática para que o aluno absorva instrumentais que o habilitem no entendimento das questões sócio-ambientais com competência e capacidade crítica de interpretação da realidade   |

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

A partir da análise do PPC do curso, identificou-se 4 (quatro) disciplinas com referência expressa à temática do meio ambiente. No total, são 43 disciplinas (30 obrigatórias e 13 optativas) que compõem a matriz curricular do curso de Gestão Pública.

#### 4.5.7 Licenciatura em Ciências Sociais

Ao analisar o PPC do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, foram encontradas poucas referências à temática ambiental, sendo encontrado como um dos objetivos específicos do curso formar educadores para atuação na Educação Básica com competências a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

Com relação às disciplinas constantes da matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, foram identificadas aquelas com conteúdo relacionado ao meio ambiente e à sustentabilidade, conforme descritas no Quadro abaixo:

**Quadro 11-** Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do CDSA.

| Disciplina<br>(optativa/obrigatória)        | Ementa   | Objetivos   |
|---|--|---|
| Sociologia do Desenvolvimento (obrigatória) | Conceito de desenvolvimento. Análise das teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Os novos rumos da mudança social: a questão ecológica e a sustentabilidade, desenvolvimento local e globalização. A questão do desenvolvimento no século XXI. A Região Nordeste e os desafios do desenvolvimento. | Analisar teórica e metodologicamente as diversas estratégias de abordagem do desenvolvimento na Sociologia e em algumas correntes teóricas da Economia através das teorias clássicas e contemporâneas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. |
| Sociologia Ambiental (Optativa)             | A sociologia e a questão ambiental: aspectos teóricos.   | Proporcionar aos alunos uma reflexão sobre as questões  |

|                                  |   |   |
|----------------------------------|---|---|
|                                  | Movimentos sociais e lutas ambientais;<br>Desenvolvimento e a questão ambiental no Brasil e no mundo; Sociedade de risco, consumo, sustentabilidade, justiça e democracia ambiental.  | sócio-ambientais clássicas e contemporâneas.  |
| Sociologia do Turismo (Optativa) | Os processos turísticos no contexto da sociedade global. Os processos turísticos e seus efeitos sociais e culturais. O lazer, sistema de valores e ideologia. A humanização do turismo e as mudanças sociais. Turismo e sustentabilidade. | Discutir a problemática do Turismo sob um enfoque sociológico, relacionando-a com uma análise crítica da sociedade. |

**Fonte:** Adaptado de Alves (2019).

Ao analisar o respectivo PPC, foram identificadas 3 (três), das 73 (setenta e três) disciplinas, em que há menção nas suas ementas de componentes referentes a conteúdos relacionados à meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

#### **4.5.8 Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio**

O ProfSocio é um Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio com área de conhecimento na Sociologia e Ciências Sociais. Segundo o Regimento do mestrado, o curso visa a capacitação de professores/as de Sociologia para o exercício da docência no Ensino Médio, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País. O curso é semipresencial e tem como área de concentração “Ensino de sociologia”, com as seguintes linhas de pesquisa: I – Educação, escola e sociedade; II – Juventude e questões contemporâneas; III – Práticas de ensino e conteúdos curriculares.

O ProfSocio, de acordo com o Regimento, alia pesquisa e experiência profissional e visa propiciar aos discentes do programa um espaço de formação continuada para os professores de Sociologia que atuam na Educação Básica, ou àqueles que desejam atuar nesta área, inserindo-os em uma rede nacional de produção de metodologias de ensino e de pesquisa acerca das Ciências Sociais e Educação. O curso se destina: a) aos professores da

rede pública da educação básica que ministram aulas de sociologia; e b) aos portadores de diploma de licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Com relação à busca por componentes relacionados à temática do meio ambiente e sustentabilidade, constante na grade curricular do curso na UFCG, em Sumé, foi encontrada apenas duas menções ao componente meio ambiente. Em pesquisa à Apresentação de Proposta para Curso Novo (APCN) do curso do mestrado profissional, que apresenta documentos e informações, constatou-se que na apresentação das linhas de pesquisa, área de concentração “Ensino de Sociologia”, o termo meio ambiente aparece na descrição da linha de pesquisa, da seguinte forma:

“Esta linha de pesquisa reúne investigações acerca da condição do jovem na sociedade brasileira, em especial nos espaços escolares, relacionada com as questões atuais trabalhadas no âmbito das Ciências Sociais, tais como: sexualidade, trabalho, religião, gênero, cultura, questões étnico-raciais, políticas públicas, direitos humanos, mídias, redes sociais, **meio ambiente**, consumo, urbanidades e ruralidades” (APCN ProfSocio, 2018, grifo nosso)

Ao fazer consulta por componentes relacionados à temática do meio ambiente e sustentabilidade, constante na grade curricular do referido curso, foi encontrada apenas 1 (uma) disciplina com menções ao termo meio ambiente, conforme descrição abaixo:

**Quadro 12-** Disciplina com enfoque Ambiental no Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio- do CDSA.

| Disciplina   | Ementa   |
|--|--|
| Tópicos Especiais em Juventude e questões contemporâneas | A disciplina aborda as investigações acerca da condição do jovem na sociedade brasileira, em especial nos espaços escolares, relacionada a questões atuais trabalhadas no âmbito das Ciências Sociais, tais como sexualidade, trabalho, religião, gênero, cultura, questões étnicoraciais, políticas públicas, direitos humanos, mídias, meio ambiente, consumo, urbanidades, ruralidades. |

**Fonte:** Elaboração própria

#### 4.5.9 Mestrado Profissional Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede Nacional - ProfÁgua.

De acordo com o art.2º da Resolução nº 01/2018, que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA da Universidade Federal de Campina Grande, o Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede Nacional (PROF-ÁGUA) visa proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais, com o intuito de melhor qualificá-los para lidar com os problemas associados às questões mais complexas da gestão e regulação das águas, no País, de acordo com o que dispõem: I – a Legislação Federal de Ensino Superior; II – o Estatuto e o Regimento Geral da UFCG; III – o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFCG; IV – o Regimento e as Normas do PROF-ÁGUA/Rede Nacional; V – o presente Regulamento.

Segundo o Regimento Interno do Prof-Água, o curso tem duas áreas de concentração, cada qual com duas linhas de pesquisa:

##### 1. Instrumentos de Política de Recursos Hídricos

1.1 Ferramentas Aplicadas aos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

1.2 Metodologias para implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

##### 2. Regulação e Governança de Recursos Hídricos

2.1 Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos

2.2 Segurança Hídrica e Usos Múltiplos da Água

Ao fazer consulta por componentes relacionados à temática do meio ambiente e sustentabilidade, constante na grade curricular do curso na UFCG, em Sumé, foram encontradas 5 (cinco) disciplinas com menções aos referidos termos, conforme descrição abaixo:

#### **Quadro 13** - Disciplinas com enfoque Ambiental no Curso de Mestrado Profissional Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede Nacional - ProfÁgua do CDSA.

| Disciplina  | Ementa  |
|---|---|
| Indicadores de sustentabilidade aplicados à Gestão de Recursos Hídricos | 1. O conceito de desenvolvimento sustentável no contexto dos recursos |



|   |   |
|---|---|
|   | <p>hídricos; 2. A necessidade de informações estratégicas - dificuldades e limites; 3. Histórico e marcos conceituais no uso de indicadores e sistemas de informações em sustentabilidade voltados à tomada de decisão em recursos hídricos; 4. Informações em sustentabilidade e recursos hídricos como ferramenta de gestão – monitoramento, disponibilidade e acesso à informação, instituições atuantes; 5. Modelos para construção e aplicação de indicadores de sustentabilidade aplicados aos recursos hídricos nos setores governamental, empresarial e sociedade civil; 6. Desenvolvimento e utilização de indicadores - estudos de casos.</p>   |
| Código florestal e recursos hídricos            | <p>1. As áreas especialmente protegidas: definição e objetivos; 2. As áreas especialmente protegidas no contexto da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional de Recursos Hídricos; 3. Modalidades de áreas especialmente protegidas no Brasil; 4. Elementos de análise de paisagem aplicados à gestão de áreas protegidas; 5. Histórico da legislação brasileira aplicada às áreas protegidas; 6. Áreas de Preservação Permanente (APP): localização, funções, possibilidades de utilização; 7. Reservas Legais (RL): critérios para localização, funções, possibilidades de utilização; 8. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Plano de Recuperação Ambiental (PRA); 9. Instrumentos de incentivo econômico (compensação de RL, certificações, pagamento por serviços ambientais).</p> |
| Gestão das Águas e do Território Urbano e Rural | <p>Território, gestão territorial e ordenamento territorial: o território na interface com a gestão e a regulação dos recursos hídricos. 2. Urbano, rural e região de entorno: Definições e conceitos. 3. Organizações político-administrativas territoriais e competências em gestão: União, estado, município, bacias/regiões hidrográficas, áreas protegidas, etc. 4. Políticas setoriais e gestão territorial integrada. 5. Instrumentos de gestão, mecanismos e estratégias para o aperfeiçoamento das práticas de gestão</p>  |

|   |  |
|---|--|
|   | integrada água – território. • Política de Recursos Hídricos & Municipal Urbana • Política de Recursos Hídricos & Política de Saneamento Básico • Política de Recursos Hídricos & Política Ambiental • Política de Recursos Hídricos & Política Agropecuária • Política de Recursos Hídricos & Política Florestal • Política de Recursos Hídricos & Política Hidroenergética • Política de Recursos Hídricos & Política Industrial • Política de Recursos Hídricos & Gerenciamento Costeiro • Política de Recursos Hídricos & Outras 6. Estudo de casos. |
| Hidrogeologia Ambiental   | 1. Ocorrência das Águas Subterrâneas 2. Propriedades dos Aquíferos 3. Movimento das águas subterrâneas 4. Água da Zona não Saturada 5. Geologia e Ocorrência das Águas Subterrâneas 6. Qualidade da Água, Contaminação e Vulnerabilidade dos Aquíferos 7. Legislação hídrica e ambiental correlata. Instrumentos de gestão 8. Instrumentos de gestão de Aquíferos.   |
| Tópicos Especiais em Juventude e questões contemporâneas (Optativa) | A disciplina aborda as investigações acerca da condição do jovem na sociedade brasileira, em especial nos espaços escolares, relacionada a questões atuais trabalhadas no âmbito das Ciências Sociais, tais como sexualidade, trabalho, religião, gênero, cultura, questões étnico raciais, políticas públicas, direitos humanos, mídias, <b>meio ambiente</b> , consumo, urbanidades, ruralidades.  |

**Fonte:** Elaboração própria com texto extraído da Apresentação de Proposta para Curso Novo (APCN) do curso do mestrado profissional ProfSocio.

Os PPCs analisados no geral apresentam temas relacionados à sustentabilidade, contendo em suas ementas questões ambientais sob várias óticas, abordando assim a interdisciplinaridade, com foco no debate sobre as problemáticas ambientais, conforme entendimento de Bernardi (2011), que diz ser importante essa temática no dia a dia dos alunos.

A abordagem da temática diferencia em alguns PPCs, pelo que em alguns cursos há maior ênfase que outros, assim como se evidenciou no curso de graduação de Agroecologia,

que se apresentou foi o que mais apresentou tópicos sobre abordagens ambientais. Em segundo lugar figurou o curso de Tecnologia em Gestão Pública com abordagens de tópicos relacionados a questões socioambientais nas ementas das disciplinas identificadas. Ato contínuo, os cursos de Engenharia de Biosistemas e Engenharia de Produção apresentaram pouca recorrência em seus PPCs de textos relacionados a temas ambientais. Já os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, Biotecnologia e Licenciatura em Educação do Campo, que, embora com menor incidência de aspectos ambientais, oferecem certa quantidade de disciplinas cujas ementas indicam expressamente a presença de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade. Em todos os três outros cursos, foi verificada baixa incidência de componentes ambientais, pois apresentaram uma estrutura curricular com ementas com poucos aspectos relacionados à temática.

#### **4.6 Percepção dos servidores referente às práticas de sustentabilidade adotadas no CDSA/UFCG**

Neste subtópico discorre a análise dos dados coletados por intermédio dos questionários aplicados, tencionando examinar o grau de percepção pelos servidores do CDSA/UFCG das práticas de sustentabilidade previstas na A3P.

Optou-se por distribuir os resultados obtidos em oito subtópicos, de acordo com o questionário utilizado. No intuito de melhor compreender essas discussões, optou-se, inicialmente, traçar um perfil sociodemográfico dos pesquisados, depois passar para a exploração das questões relacionadas aos documentos de organização institucional, em seguida, os aspectos relativos aos seis eixos da A3P (uso racional dos recursos naturais e bens públicos, da gestão adequada de resíduos gerados, qualidade de vida, sensibilização e capacitação no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis e construções sustentáveis) e, somente após, analisar as respostas sobre adesão e implementação da A3P, além da análise da políticas de boas práticas de sustentabilidade na percepção dos servidores adotadas pelo CDSA/UFCG.

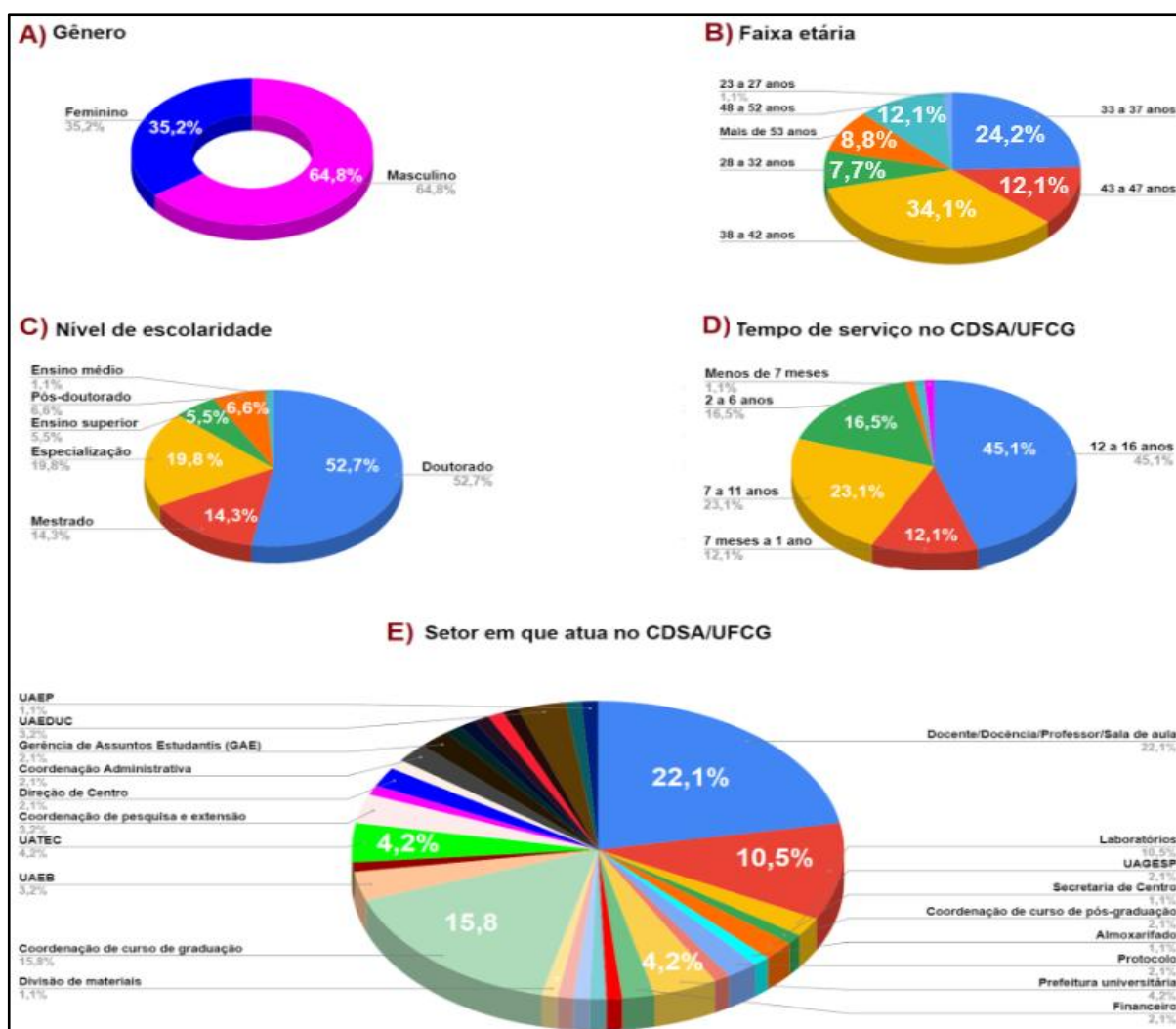
##### **4.6.1 Perfil sociodemográfico dos pesquisados**

Considerando a importância de traçar um perfil sociodemográfico dos servidores do CDSA/UFCG, foram incluídos no questionário aplicado seis quesitos específicos (questões 1, 2, 3, 4, 5 e 6), conforme pode ser observado no Apêndice A.

Quanto ao gênero, observa-se uma proporção maior de respondentes que se reconheceram do gênero masculino (64,8% = 59 servidores) (Figura 3A). A predominância por pessoas que se reconhecem como do sexo masculino em pesquisas dessa natureza já foram observadas, tanto em instituições públicas de ensino (CARNEIRO, 2018), como em outras instituições não relacionadas ao ensino (PINTO, 2022).

**Figura 3** - Respostas referente ao perfil sociodemográfico dos servidores do CDSA/UFCG.

(A) Gênero; (B) Faixa etária; (C) Nível de escolaridade; (D) Tempo de serviço no CDSA/UFCG e (E) Setor em que atua no CDSA/UFCG.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Com relação à faixa etária, destaca-se um corpo funcional de servidores bastante variável, o qual vai desde uma maioria de faixa etária variando de 38 a 42 anos ( $n = 31$ ; 34,1%), até uma minoria de faixa etária de 23 a 27 anos ( $n = 1$ ; 1,1%), sendo possível verificar que pelo menos 33% ( $n = 30$ ) dos servidores já passaram dos quarenta anos de idade (Figura 3B) o que permite inferir que predomina servidores com mais tempo de trabalho.

Para o nível de escolaridade, percebe-se que a maioria dos respondentes possui pós-graduação (93,4%;  $n = 85$ ) (Figura 3C). É possível destacar que, embora ainda tenha concurso público para o Ministério da Educação - MEC, que se exige apenas ensino médio

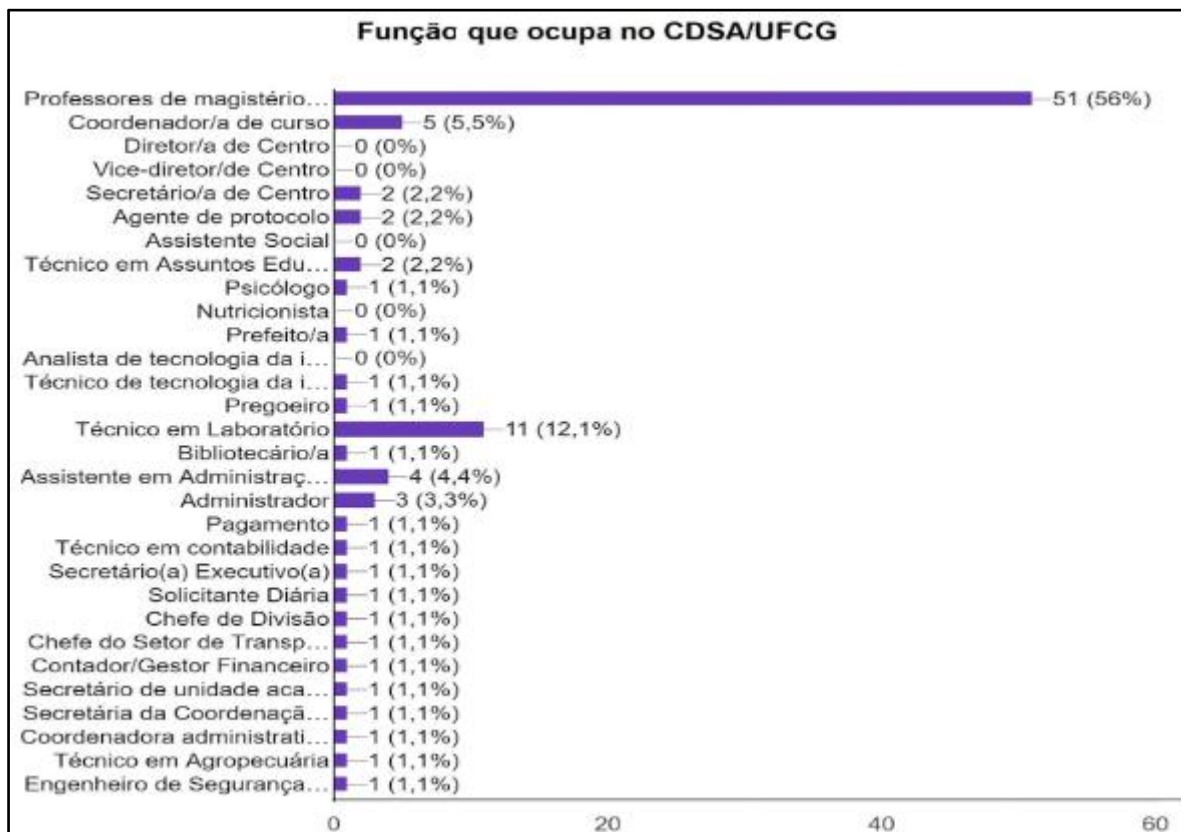
como requisito, é possível inferir que o servidor investe em formação acadêmica, provavelmente pelo incentivo financeiro decorrente do adicional de qualificação concedido, pela estabilidade alcançada ou pela imagem de ser servidor público que, muitas vezes, atrai candidatos com escolaridade maior do que a exigida pelo cargo. Sendo oportuno destacar, inclusive, que o incentivo da instituição à qualificação dos servidores tem relação direta com um dos eixos da A3P, mas precisamente a capacitação. Destaca-se ainda, o fato do CDSA/UFCG ser um campus novo, com apenas 14 anos, apresentando um índice bem superior de servidores com pós-graduação que de outros centros mais antigos, como o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - UFCG que em 2018 apresentou um percentual bem abaixo, em torno de 27% (CARNEIRO, 2018).

Na Figura 3D, é possível verificar que com relação ao tempo de serviço no CDSA/UFCG, os respondentes estão em sua grande maioria a mais de 7 anos (78,2%; n = 62), o que de certa forma, permite inferir de ser um tempo considerável para que tenha tido de alguma forma com questões relacionadas às práticas de sustentabilidade aplicadas na instituição, de uma forma geral.

Quanto ao setor em que atua no CDSA/UFCG, é preciso esclarecer que por ter sido disponibilizado aos respondentes uma opção no questionário “outros”, foi possível verificar mais de 40 setores apresentados, sendo que muitos se referente ao mesmo setor, como por exemplo docência, docente, professor e sala de aula, assim foi necessário um agrupamento para melhor apresentação dos resultados. Entre os setores mais observados estão Docente/Docência/Professor/Sala de aula (22,1%; n = 20), Coordenação de curso de graduação (15,8%; n = 14), Laboratórios (10,5%; n = 10) e Unidade Acadêmica de Desenvolvimento Sustentável - UATEC e Prefeitura universitária, ambas com 4,2%, totalizando 8 respondentes (Figura 3E).

Em conformação com os resultados acima obtidos, para a função em que ocupa no CDSA/UFCG, é possível observar no Gráfico 1 um quantitativo considerável para a função de Professores de magistério superior (56%; n = 51), visto ser a função de maior número no CDSA/UFCG, seguido pela função Técnico de laboratório (12,1%; n = 11), Coordenador(a) de curso (5,5%; n = 5), Assistente em administração (4,4%, n = 4), Administrador (3,3%; n = 3), entre outras funções, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Respostas referentes ao perfil sociodemográfico dos servidores do CDSA/UFCG. Função que ocupa no CDSA/UFCG.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Sendo oportuno evidenciar ainda, que entre as funções observadas, é possível identificar entre os respondentes, os que ocupam função de gestão, como prefeito do campus, Contador/gestor financeiro, chefe de divisão, Chefe do setor de transporte, Coordenador de Administrativo de unidade, entre outras (Gráfico 1).

Compendiado o perfil sociodemográfico, segue-se para análise sobre a percepção dos servidores com relação às questões relacionadas aos documentos de organização institucional, como segue.

#### 4.6.2 Análise da percepção dos servidores com relação aos documentos de organização institucional

Após as questões sobre o perfil sociodemográfico, os respondentes foram provocados assinalar sobre qual ou quais documentos de organização institucional já teve a oportunidade de acessar o conteúdo, de participar da construção, bem como, assinalar sobre quais

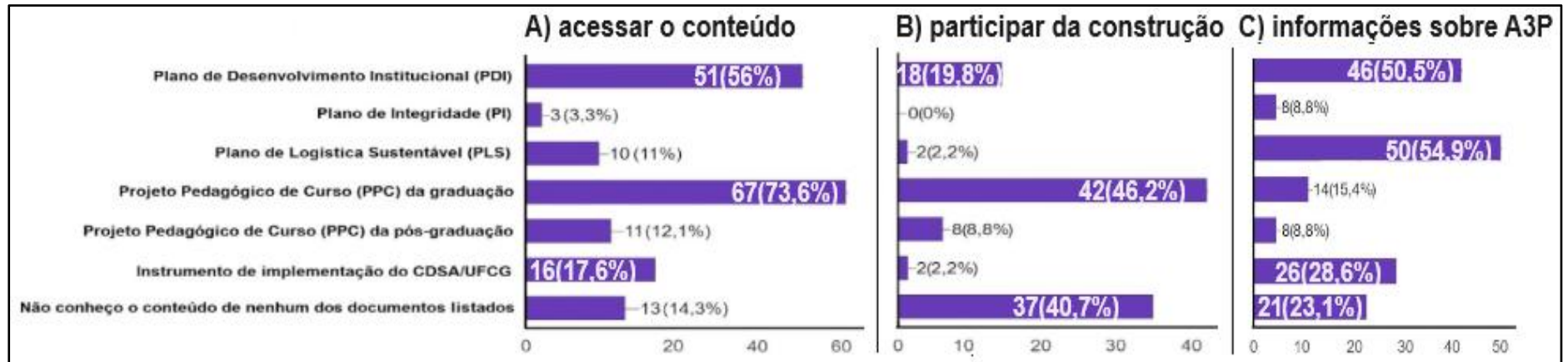
documentos de organização institucional acredita que pode conter informações a respeito da A3P (Figura 4).

Com relação a percepção dos respondentes, no que diz respeito ao acesso de conteúdo dos documentos de organização institucional, destaca-se que 73,6% (n = 67) assinalaram que tiveram acesso ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação, seguido de 56% (n = 51) que tiveram acesso ao conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 17,6% (n = 16) os quais tiveram acesso ao Instrumento de implementação do CDSA/UFCG, além dos demais percepções de acesso aos documentos, os quais podem ser visto na Figura 4A. Merecendo comentário adicional, o fato de 14,3% (n = 13) externar que não conhece o conteúdo de nenhum dos documentos listados e o baixo percentual de respondentes que já tiveram oportunidade de acessar o Plano de Logística Sustentável - PLS (11%; n = 10).

No aspecto voltado para a participação na construção dos documentos listados, percebe-se um aumento considerável dos respondentes que assinalaram não conhecer o conteúdo de nenhum dos documentos listados (40,7%; n = 37) (Figura 4B). Sendo oportuno evidenciar que já foi observado um percentual de 14,3% (n = 13) que assinalaram não terem tido acesso a nenhum dos documentos de organização institucional citados. Demonstrando assim, um possível indicativo de necessidade de maior atenção por parte dos gestores em geral com relação aos aspectos relacionados aos eixos de sensibilização e capacitação previstos na A3P. Em complemento, é possível verificar que os documentos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de curso (46,2%; n = 42) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (19,8%; n = 18) foram aqueles que se observa maior número de participação por parte dos respondente, em sintonia com o que também foi observado com relação ao acesso desses documentos já mencionados.



**Figura 4** - Respostas referentes aos documentos de organização institucional - Qual ou quais documentos de organização institucional os servidores já tiveram oportunidade de: A) Acessar o conteúdo; B) Participar da construção e C) Acredita que pode conter informações a respeito da A3P.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Por fim, neste subtópico, quanto a percepção dos respondentes sobre qual ou quais documentos de organização institucional, dos apresentados no questionário, que os mesmos acreditam que pode conter informação a respeito da A3P, foi possível verificar que entre todos os documentos de organização institucional apresentados para assinalar, houve algum grupo de respondentes que entende que podem conter informações sobre a A3P. Destaque maior para o Plano de Logística Sustentável - PLS (54,9%; n = 50), seguido pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (50,5%; n = 46) e Instrumento de implementação do CDSA/UFCG (28,6%. n = 26) (Figura 4C). Não obstante das duas questões anteriores, já comentadas para esse subtópico, também foi observado um número considerável de servidores que assinalaram não conhecer o conteúdo de nenhum dos documentos listados (23,1%, n = 21). E ainda, é importante comentar, que para essa questão foi dado a possibilidade de assinalar mais de uma opção, assim pode ter acontecido de alguns respondentes, mesmo assinalando para um dos documentos que acreditavam

conter informações a respeito da A3P, mas que por algum motivo ou por já ter assinalado nas questões anteriores do questionário, sentiram no desejo de assinalar pelo não conhecimento, também, reforçando que desconhecia o conteúdo de todos documentos apresentados, conforme já visto tal sinalização nas questões anteriores.

Pinto 2022, comenta que pode-se asseverar, nesse contexto, que a falta de conhecimento principalmente do PLS, é indicativo do quanto a equipe gestora precisa investir em sensibilização e capacitação não só dos servidores, mas também dos próprios gestores. E acrescentam que, como esses documentos são balizadores de toda a atuação institucional sob o aspecto da sustentabilidade, o desconhecimento deles ou o conhecimento superficial, certamente, não conduzirá ao êxito esperado.

Sintetizado essa parte sobre a análise da percepção dos servidores com relação aos documentos de organização institucional, passa-se, a partir da subtópico seguinte, à exploração dos dados obtidos referentes aos eixos temáticos da A3P. A análise destes foi organizada tomando como parâmetro os seis eixos temáticos prioritários da A3P, separados enquanto categorias, como segue.

#### **4.6.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos**

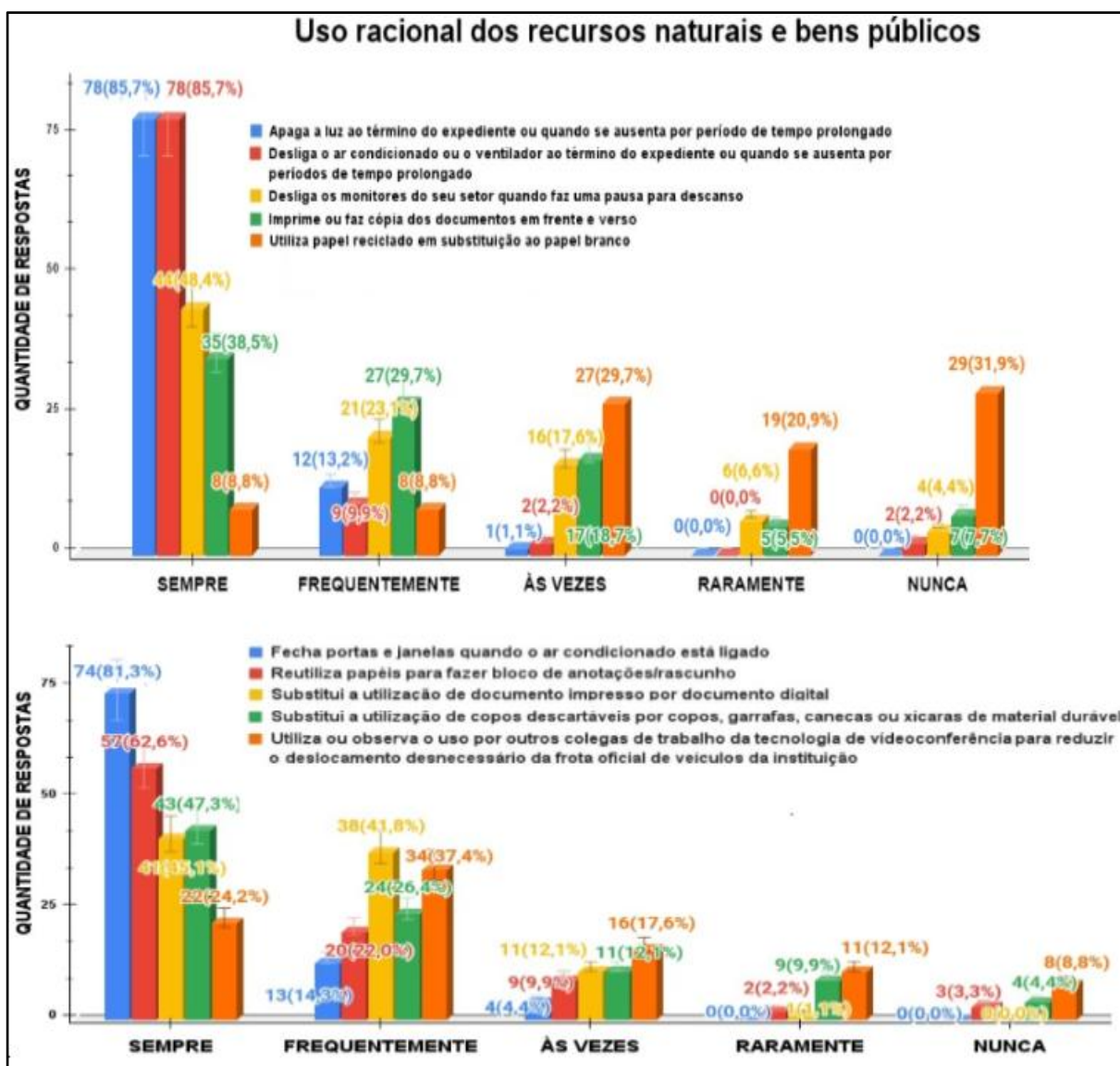
Segundo o Brasil (2021), a utilização racional dos recursos naturais e bens públicos consiste em usá-los de maneira econômica e cuidadosa, reduzindo o desperdício. Assim, almeja-se neste subtópico, detectar as práticas sustentáveis associadas ao eixo da A3P relacionado ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

No Plano de Logística Sustentável (PLS), aprovado mediante a Resolução nº 09/2020, no âmbito da UFCG, é possível identificar previsão com relação aos indicadores de acompanhamento para os seguintes elementos ligados ao eixo da A3P em tela: papel, copos descartáveis, água envasada, impressão, energia elétrica, água e esgoto, telefonia, veículos, combustível. Em consonância com esse direcionamento, o questionário empregado durante a fase de coleta de dados abordou, mediante a aplicação da Escala Likert de cinco pontos (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente; e 5 = sempre), práticas referentes aos tema do uso racional dos recursos naturais e bens públicos, os quais resumidamente podem ser apresentados: energia elétrica, impressão, papel, copos descartáveis, veículos e combustível (*Questão 10 - Aponte com que frequência você utiliza ou percebe as seguintes práticas sustentáveis no seu ambiente de trabalho; Apêndice A*).

Desta forma, procede-se para a análise do uso racional da **energia elétrica**, onde no gráfico 2, é possível observar a indagação de quatro práticas cotidianas, sendo elas: apaga a

luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado; desliga o ar condicionado ou ventilador ao término do expediente ou quando se ausenta por períodos de tempo prolongado; fecha a porta e janelas quando o ar condicionado está ligado; e desliga os monitores do ser setor quando faz uma pausa para descanso. Sendo possível inferir que para as três primeiras, onde se observou uma aderência de 85,7% (n = 78), 85,7% (n = 78) e 81,3% ((n = 74), respectivamente, foram as que os servidores sinalizaram que *sempre* atentam para essas questões (Gráfico 2), em acréscimo, se considerar as indicações dos respondentes que indicaram pelo *frequentemente*, estes indicativos para os três primeiros quesitos devem ultrapassar os 90%.

**Gráfico 2 - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”.**



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Demonstrando desta forma, os maiores percentuais de aderência quando comparados às demais práticas do eixo foco desse subtópico, e ainda, evidenciando um resultado de conduta muito positivo, pois há concordância de que essas medidas podem trazer consideravelmente uma grande economia (SOUZA, 2017).

Quanto à quarta prática relacionada à energia elétrica, aquela que pode precisar de uma maior atenção é a que diz respeito ao desligamento dos monitores do seu setor quando faz uma pausa para o descanso. Pois embora se for considerado em conjunto os respondentes

que indicaram *sempre* (48,4%) + *frequentemente* (23,1%), o qual superaria os 70%, ainda pode ser considerado um comportamento que deixa a desejar quando comparado com as três primeiras práticas, que apresentaram inexpressivos percentuais para as respostas *raramente* (6,6%) e *nunca* (4,4%) como pode ser observado para esse quesito (Gráfico 2). Estes resultados apresentam sintonia com os observados por Pinto, 2022, onde estes, comentam que trata-se de uma prática simples que pode, inclusive, ser conjugada a outras medidas de segurança adotadas quando do afastamento da estação de trabalho. E acrescentam, que pelo grau de conscientização demonstrado nos outros pontos anteriormente expostos, uma campanha de sensibilização certamente contribuiria para melhorar este aspecto.

Quanto ao uso racional do **papel**, foram abordadas quatro práticas, sendo elas: imprime ou faz cópia dos documentos em frente e verso; utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco; reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunhos e substitui a utilização de documentos impresso por documento digital.

No gráfico 2, nota-se que 38,5% dos pesquisados declararam *sempre* imprimir ou fazer cópias em frente e verso e 29,7% *frequentemente*. A soma desses dois percentuais se aproxima de 70%, o que pode direcionar o quanto a prática está consolidada na cultura organizacional do CDSA/UFCG. Em correlação com o comportamento desta variável, 62,6% dos respondentes afirmam que *sempre* reutilizam papéis para fazer bloco de anotações e rascunho, enquanto que 22,0% assinalam que fazem uso *frequentemente*. E ainda, em convergência com as duas práticas anteriormente citadas, 45,1% e 41,8% afirmam, respectivamente, com *frequência* e *sempre* substituir a utilização de documento impresso por documento digital.

Entretanto, em direção oposta ao comportamento apresentado pelos três questionamentos formulados anteriormente, constatou-se que 31,9% dos respondentes dizem que *nunca*, 20,9% *raramente* e 29,7% *às vezes* utilizam papel reciclado em substituição ao papel branco. Neste aspecto, seria importante detectar qual ou quais os motivos que explicariam essa possível incoerência. Em divergência a esses resultados, Alves (2019), apresenta como justificativa para a redução do consumo de papel, justamente a utilização de papel reciclado, mas no aspecto voltado para rascunho e blocos de anotações no CDSA/UFCG. Uma possibilidade apresentada por Pinto (2022) como justificativa apresentada pelos gestores para essa determinada ocasião, foi o fato que os usuários tinham apresentado dificuldade com o uso do papel reciclado nas impressoras de que se dispunha à época. Contudo, o avanço mais significativo nesse quesito é a implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações –, instituído pela Portaria SEI nº 001, de 07 de junho de 2018, a

qual o determina como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da UFCG, e tem como um de seus objetivos a substituição de documentos em papel para o formato nato-digital, contribuindo para a sustentabilidade ambiental com uso de tecnologia da informação e comunicação (ALVES, 2019).

Para a indagação referente a **copos descartáveis** (*Substitui a utilização de copos descartáveis por copos, garrafas, canecas ou xícaras de material durável*) é possível inferir que se trata de uma prática já bastante sedimentada na cultura organizacional, por parte dos respondentes, uma vez que, apenas 4,4% (n = 4) reconhecem *nunca* realizar essa substituição, diferentemente dos 47,3% (n = 43) e dos 26,4% (n = 24) que afirmaram *sempre* e *frequentemente* realizar a substituição, respectivamente (Gráfico 2).

Neste ponto, uma forma do CDSA/UFCG avançar na aderência do que se é estabelecido na A3P, além de ser pedagógico, seria por parte da gestão, uma ação de retirada de todos pontos de copos descartáveis, os quais ainda são bem presentes em diversos locais no campus, como por exemplo, na cozinha da direção de centro. Desta forma, ainda estimula cada servidor do setor a ser portador de seu copo de uso diário e aos convidados se disponibilizaria, sempre que necessário copo de material durável que após o uso possam ser lavados e guardados. Em sintonia, Guaragni, Barros, Knoerr (2019) comentam que se o copo descartável precisa ser disponibilizado que a escolha recaia sobre aqueles feitos a partir de material não poluente como amido de milho e/ou papelão.

No aspecto ao uso racional de **veículos e combustível**, foi indagado: utiliza ou observa o uso por outros colegas de trabalho da tecnologia de videoconferência para reduzir o deslocamento desnecessário da frota de veículos da instituição. Os respondentes para esta indagação, apontaram que 24,2% (n = 22) e 37,4% (n = 34) *sempre* e *frequentemente*, respectivamente, utilizam da videoconferência ou observam o uso pelos colegas de trabalho (Gráfico 2).

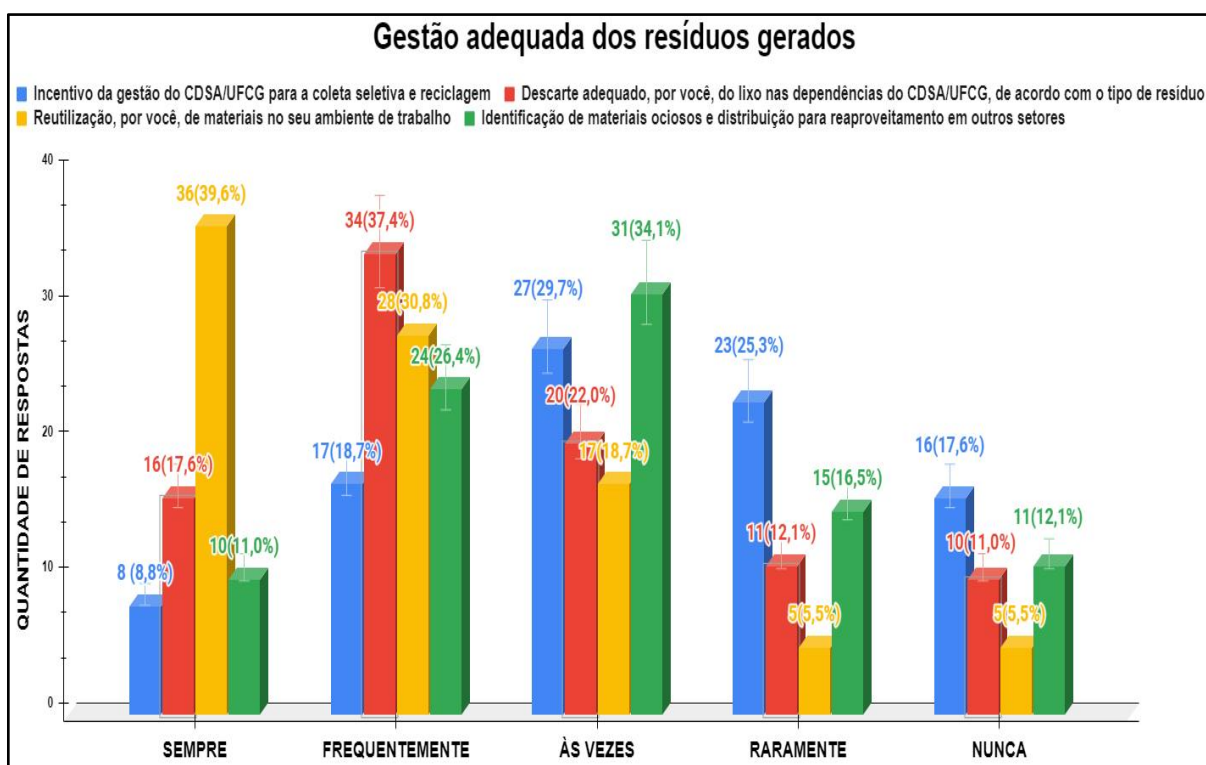
Pelo apresentado neste subtópico, pode-se inferir que o CDSA/UFCG adota ações relativas ao eixo de uso racional de recursos naturais e bens públicos, embora seja bem verdade, que não se caracteriza um alinhamento bem ajustado ao que é estabelecido pela A3P, pois apesar de possível atenção dada pela instituição, ainda há muito a ser feito para uma melhor sintonia com o que também já é previsto no PLS da UFCG, principalmente com relação ao uso racional de copos descartáveis e uso de papel.

#### 4.6.4 Gestão adequada de resíduos gerados

O resíduo produzido deve ser destinado corretamente, após diminuído o consumo e atacado o desperdício, é o que se objetiva o eixo da A3P no aspecto relacionado à gestão dos resíduos gerados (BRASIL, 2021). Nesta linha de entendimento, Pinto (2022) entende que o gerenciamento de resíduos, portanto, não se restringe apenas à destinação e o tratamento adequado daqueles que são produzidos, mas implica revisar todo o ciclo de vida dos bens consumidos, visando não só reduzir a geração de resíduos, mas também repensar a necessidade de aquisição, reutilização dos materiais ociosos e promoção da coleta seletiva e reciclagem.

Para este subtópico, o questionário que serviu de norte, aponta quatro abordagens, sendo elas: descarte adequado, por você, do lixo nas dependências do CDSA/UFCG, de acordo com o tipo de resíduo; reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho; identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores; e Incentivo da gestão do CDSA/UFCG para a coleta seletiva e reciclagem (Gráfico 3).

**Gráfico 3** - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Gestão adequada dos resíduos gerados no CDSA/UFCG”.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Quanto a abordagem sobre descartar adequadamente o lixo nas dependências do CDSA/UFCG, de acordo com o tipo de resíduo, 11% (n = 10), 12,1% (n = 11) e 22,0% (n =

20) responderam que *nunca*, *raramente* e *às vezes* realizam essa prática, respectivamente (Gráfico 3). Esses percentuais permitem evidenciar a necessidade de maior incentivo em campanhas de conscientização para o descarte adequado do lixo nas dependências do CDSA/UFCG, além de outras ações, como a apresentada por Souto Neto (2017) que observou a necessidade de incremento na taxa de mais de 50% de lixeiras seletivas (pelo menos oito novos pontos), pois no campus todo, o número de apenas 6 (seis) era insuficiente, o que até certo momento permanece. Alves (2019) evidencia que há lixeiras seletivas no CDSA/UFCG, mas a coleta seletiva não é realizada de forma efetiva, uma vez que não há a destinação para associações de catadores, conforme determina o Decreto 5.940 (2006) e o que existe são apenas algumas ações isoladas em que os descartes são enviados para o campus sede.

Sobre o reaproveitamento de materiais ociosos por outros setores, 34,1% (n = 31), 16,5% (n = 15) e 12,1% (n = 11) afirmaram que *às vezes*, *raramente* e *nunca*, respectivamente, identificaram a relação dessa prática. Resultados semelhantes foram observados por Pinto (2022), onde os mesmos acrescentam que percentuais dessa magnitude sinalizam que o incremento dessa prática precisa ser incentivado o que, com certeza, permitiria alongar o ciclo de vida útil de materiais dentro da instituição e influiria para que gastos com mobiliário e material de expediente fossem reduzidos.

Em sentido contrário, 39,6% (n = 36) e 30,8% (n = 28) dos servidores que responderam o questionário afirmam, nesta ordem, que *sempre* e *frequentemente* efetuam a reutilização de materiais dentro do ambiente de trabalho. Neste ponto, destaca-se a reutilização observada em alguns itens específicos, como a realizada em pneus (ALVES, 2019).

Quando foram questionados sobre o incentivo da gestão do CDSA/UFCG para coleta seletiva e reciclagem, 29,7% (n = 27), 25,3% (n = 23) e 17,6% (n = 16) dos respondentes, respectivamente, indicaram *às vezes*, *raramente* e *nunca* observar incentivo por parte da gestão do CDSA/UFCG. Nesta perspectiva, Alves (2019) acrescenta que a gestão adequada dos resíduos gerados busca, em um primeiro momento, o combate ao desperdício e, posteriormente, a destinação correta dos resíduos e que tais atividades estão diretamente ligadas à política dos 5Rs proposta na A3P: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. Assim, as instituições governamentais devem buscar a mudança de hábitos internos, promovendo uma nova cultura institucional de combate ao desperdício (MMA, 2009).

Pelo exposto, fortalecido pela percepção negativa observada pelos respondente, em relação ao inexpressivo incentivo por parte da gestão do CDSA/UFCG, é possível inferir que com relação ao eixo de gerenciamento de resíduos gerados previsto na A3P, há a necessidade



de iniciativas mais fortes, além de incremento em práticas que atendam as previsões do PLS da UFCG com relação a esse eixo.

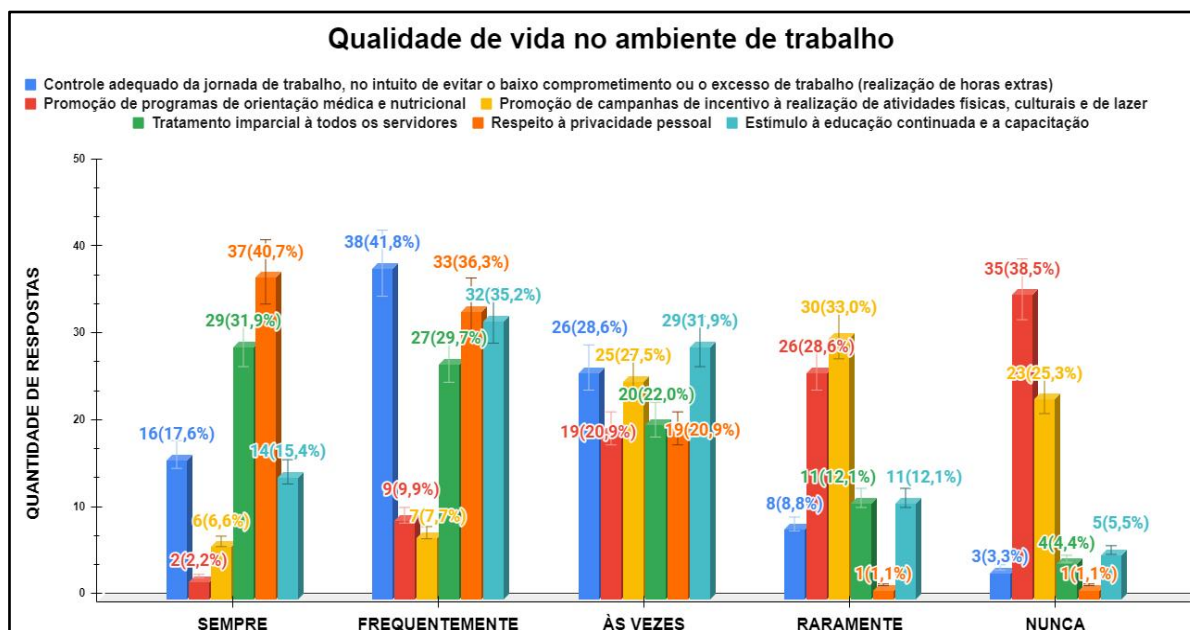
#### **4.6.5 Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

Segundo Pinto (2022), os aspectos relacionados à qualidade de vida no ambiente de trabalho abrangem tanto aspectos físicos e ambientais do local de trabalho, quanto aspectos psicológicos dos servidores decorrentes das atividades laborais. Razões pela qual é observado um número maior de indagações presentes no questionário, os quais procuram abordar vários fatores. Sendo oportuno esclarecer que, embora no questionário tenha sido aplicado questões abordando conjuntamente itens do que se apresenta neste subtópico, com a parte de sensibilização e capacitação, optou-se por separar a abordagem neste subtópico apenas aquelas relacionadas ao eixo 3 (três) da A3P.

Desta forma, o eixo da A3P concernente à qualidade de vida no ambiente de trabalho busca facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desempenhar suas atribuições na organização, por intermédio de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, 2021).

No que diz respeito à promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer, bem como à promoção de campanhas de orientação médica e nutricional, uma maioria considerável dos respondentes, entenderam que pouco vem sendo realizado nestes quesitos, por parte da instituição: em ambas indagações, considerando aqueles que responderam *nunca* (25,3% e 38,5%) ou *raramente* (33,0% e 28,6%) ultrapassam os 55% (Gráfico 4). Sendo este percentual muito elevado, evidenciando sustentação para entendimento que nestes quesitos é preciso ação imediata para alinhamento com o que é estabelecido na A3P.

**Gráfico 4** - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Qualidade de vida no ambiente de trabalho do CDSA/UFCG”.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

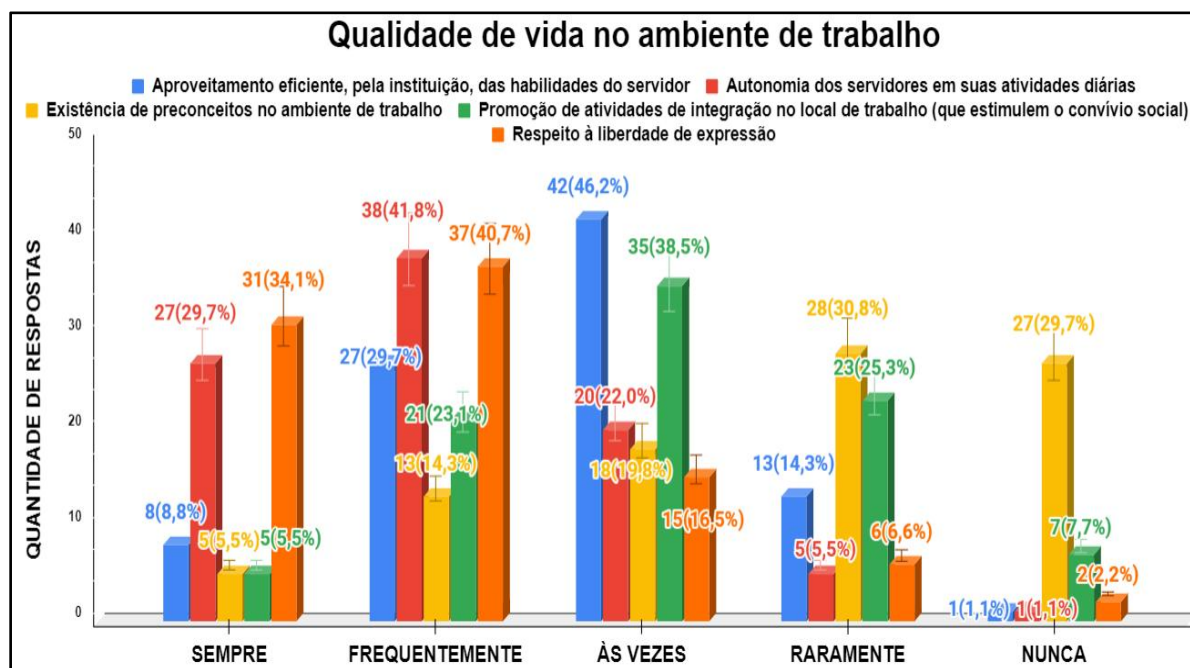
O estímulo à educação continuada e à capacitação, pode ser considerada uma ação que atende, a certo modo, ao almejado por parte dos respondentes, onde 35,2% ( $n = 32$ ), 15,4% ( $n = 14$ ) e 31,9% ( $n = 29$ ) identificam como sendo uma prática sempre, frequentemente e às vezes atendida (Gráfico 4). Nesta perspectiva, Kruglianskas, Aligleri, (2009) acrescentam que com certeza a oportunidade para participação em treinamentos ou programas de capacitação não pode sofrer nenhuma descontinuidade, pois além de proporcionar o aperfeiçoamento pessoal por possibilitar novos conhecimentos, experiências e desenvolvimento de competências, pode aumentar o grau de satisfação do colaborador e contribuir para a redução de equívocos e a melhoria do desempenho organizacional.

Quanto ao controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras), quase 60% dos respondentes afirmaram que *frequentemente* (41,8%;  $n = 38$ ) ou *sempre* (17,6%;  $n = 16$ ) observa tal controle, mas 28,6% ( $n = 26$ ) atestam que só *às vezes* (Gráfico 4), o que pode ser entendido como sinal de certo grau de descontentamento de uma parcela considerável dos servidores.

Em relação às disposições referentes ao tratamento imparcial à todos servidores e ao respeito à privacidade pessoal, mais de 60% dos respondentes entenderam que *frequentemente*

(29,7% e 36,3%) ou *sempre* (31,9% e 40,7%) foram atendidos (Gráfico 4), indicando que, no geral, a instituição está bem posicionada nessas questões. De maneira similar, para a indagação sobre respeito à liberdade de expressão, 34,1% (n=31) e 40,7% (n = 37) dos respondentes, afirmaram *sempre* e *frequentemente*, respectivamente, observar respeito à liberdade de expressão (Gráfico 5).

**Gráfico 5** - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Qualidade de vida no ambiente de trabalho do CDSA/UFCG”.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

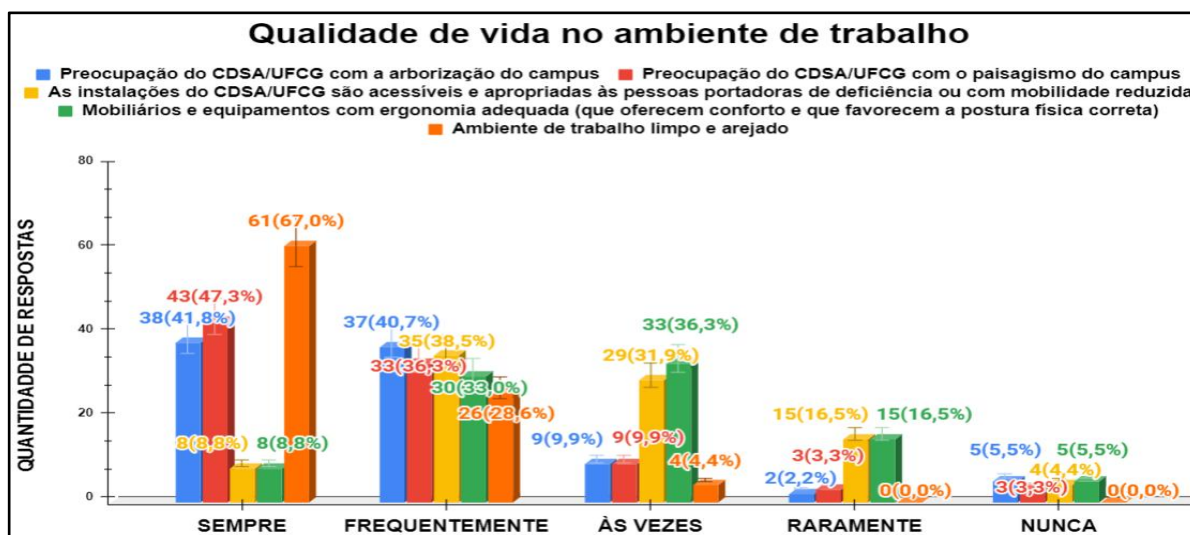
No tocante da promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social), 38,5% (n = 35), 25,3% (n = 23) e 7,7% (n = 7) afirmam que *às vezes*, *raramente* e *nunca*, respectivamente, observam a realização de atividades com essa finalidade (Gráfico 5). Tais percentuais direcionam ao entendimento de descontentamento com o que foi oferecido até o momento. Embora Alves (2019) ao entrevistar alguns gestores do CDSA/UFCG no ano de 2019, apresenta em seus resultados que não há oferta de atividades de ginástica laboral nem qualquer outra atividade semelhante aos seus servidores, mas as ações que o CDSA realiza para a satisfação dos servidores se resumem a encontros em comemoração ao dia do servidor, confraternizações, entre outras.

Na perspectiva de análise do grau de satisfação dos servidores no ambiente de trabalho, temos ainda, a autonomia dos servidores em suas atividades diárias, onde 29,7% (n = 27) e 41,8% (n = 38) dos respondentes assinalam que *sempre* e *frequentemente*, respectivamente, reconhecem a autonomia (Gráfico 5). Neste quesito, há de se admitir que é dado maior peso à atuação da chefia imediata do que a instituição em si (PINTO, 2022). Desse modo, no que se relaciona ao aproveitamento eficiente das habilidades de servidores, 29,7% (n = 27) e 46,2% (n = 42) dos respondentes, assinalaram, nessa ordem, que, *frequentemente* e apenas *às vezes* a reconhecem (Gráfico 5).

Quando se aborda a existência de preconceitos no ambiente de trabalho, 29,7% (n = 27) *nunca* os percebe e 30,8% (n = 28) *raramente* enxergam, mas 19,8% (n = 18), 14,3% (n = 13) e 5,5% (n = 5) *às vezes*, *frequentemente* e *sempre*, respectivamente, observam a existência de preconceitos no ambiente de trabalho (Gráfico 5). Estes últimos três percentuais evidenciam que esse ponto precisa, com urgência, ser melhor investigado. Em deparo com resultados semelhantes, Pinto (2022) destaca a necessidade célere de intervenção, haja vista o comprometimento da qualidade de vida a que está submetido o servidor que passa por qualquer tipo de intolerância no ambiente de trabalho.

Não obstante da importância com os aspectos abordados anteriormente neste subtópico, é importante, também, a atenção aos aspectos físicos e ambientais relacionados às condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho. Portanto, no que se verifica da percepção dos respondentes do questionário, é que há um entendimento semelhante em relação a percepção com a preocupação do CDSA/UFCG tanto com a arborização quanto com o paisagismo do campus, onde mais de 80% apontaram que *sempre* ou *frequentemente* observam tal preocupação por parte do CDSA/UFCG (Gráfico 6). É bem verdade, que neste quesito se observa um campus contemplado com espécies arbóreas bem espalhadas em todo campus, inclusive nos estacionamentos, visando uso da sombra para estacionarem os carros e em todo campus é possível verificar diversos jardins e gramados sendo irrigados. Sendo oportuno destacar, ainda, que há um viveiro de produção de mudas no campus, bem como projetos de extensão específicos de professores que visam multiplicar e distribuir mudas de espécies adaptadas e nativas do bioma caatinga.

**Gráfico 6** - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Qualidade de vida no ambiente de trabalho do CDSA/UFCG”.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Acerca das instalações do CDSA/UFCG, quanto aos aspectos relacionados à acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mais de 20% (16,5 % + 4,4%) indicaram que *raramente* ou *nunca* observam tal atendimento, e ainda, 31,9% (n = 29) sinalizaram que somente *às vezes* observam (Gráfico 6). Isso de certa forma é preocupante, pois muitas instalações são desde a implementação de um Centro que já nasce temático, ou seja, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, assim era de acreditar que teria-se uma preocupação em construir prédios que permitissem acessibilidade. Sendo possível destacar alguns prédios como o ambiente dos professores, as centrais de aula 1 (um) e 2 (dois), bem como, todas as centrais de laboratórios, que tem primeiro andar e o único meio de chegar até ele é via escadas.

Já com relação ao ambiente limpo e arejado, este talvez tenha sido o quesito de maior identificação ao atendimento por parte dos respondentes, uma vez que, mais de 95% (67% + 28,6%) visualizam que *sempre* ou *frequentemente* há uma ambiente favorável nesse quesito (Gráfico 6), podendo dessa forma entender que o CDSA/UFCG está cumprido seu papel para esta questão.

E por fim, quanto à mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta), os respondentes apresentaram-se bastante divididos, não havendo uma tendência muito clara, pois aos analisar o comportamento gráfico, é possível verificar uma distribuição normal dos dados com o destaque maior para o ponto médio como sendo “*às vezes*” a maior percepção dos respondentes (36,3%; n = 33), com leve tendência para equidade tanto para direita, quanto

para esquerda da escala sugerida (sempre, frequentemente, às vezes, raramente e nunca) (Gráfico 6). Em consonância com esses resultados, Pinto (2022) afirma que essas situações devem ser encaradas como mais um desafio a ser enfrentado pela instituição. Assim, é sempre bom reforçar que as peças mobiliárias devem estar de acordo com as Normas Brasileiras para garantir a segurança, ergonomia e a devida utilização (GUARAGNI; BARROS; KNOERR, 2019).

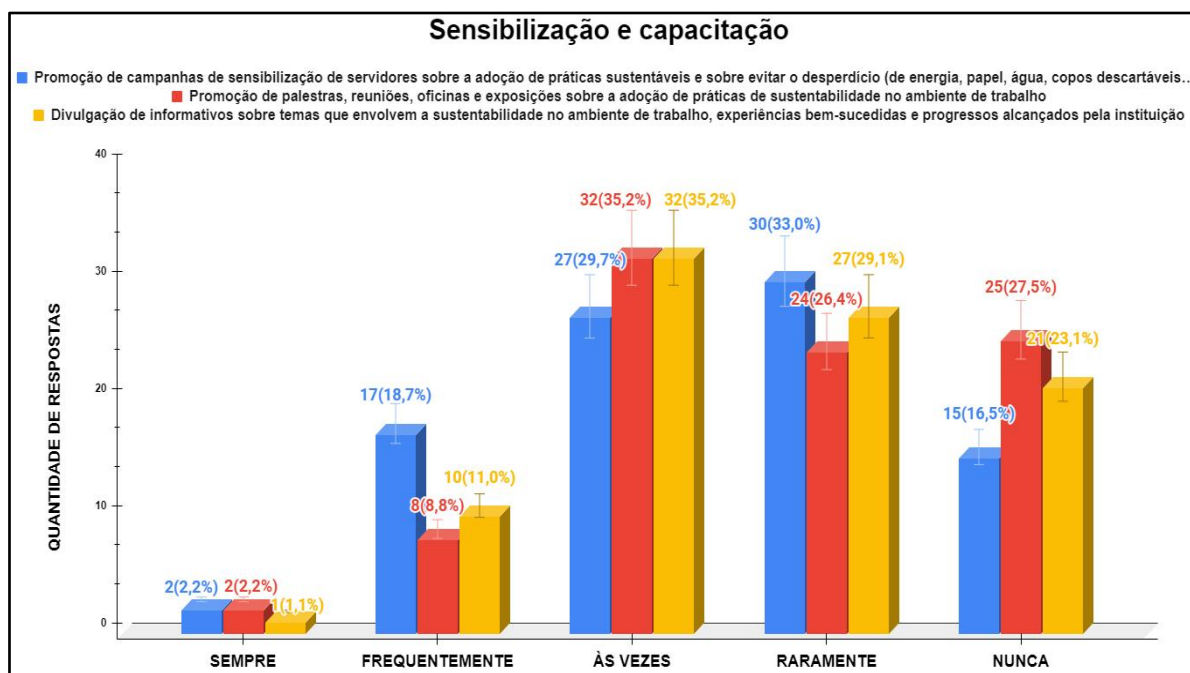
Em síntese ao apresentado neste subtópico, verifica-se com relação ao eixo 3 da A3P (qualidade de vida no ambiente de trabalho), há necessidade de um conjunto de ações visando a implementação de uma série de melhorias em pelo menos 7 (sete) dos 16 (dezesesseis) itens abordados, sendo eles: a) promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer; b) promoção de programa de orientação médica e nutricional; c) controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras); d) promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social); e) existência de preconceitos no ambiente de trabalho; f) acessibilidade apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas instalações do CDSA/UFCG; e g) mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta).

#### **4.6.6 Sensibilização e capacitação**

Rocha *et al.* (2017) comentam que urge a necessidade das instituições se fortalecerem para cumprir seu papel de modo efetivo, o que exige ações de mobilização para a internalização das questões ambientais nas atividades diárias e nos processos de tomada de decisão. Nesta linha de entendimento, o eixo 4 (quatro) da A3P relativo à sensibilização e capacitação pretende criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores (BRASIL, 2021).

Assim, com a finalidade de avaliar a forma de atuação do CDSA/UFCG quanto a sensibilização e capacitação, foram abordados no questionário alguns aspectos: promoção de campanha de sensibilização sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre evitar o desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros; promoção de palestras, reuniões oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho; e divulgação de informativos sobre temas que envolvem a sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem sucedidas e progressos alcançados pela instituição (Gráfico 7).

**Gráfico 7 -** Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Sensibilização e capacitação no CDSA/UFMG”.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

De maneira geral, as três questões abordadas apresentam um comportamento semelhante. Com relação a promoção de campanha de sensibilização sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre evitar o desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros, quase 50% (16,5% + 33,0%) responderam que *nunca* ou *raramente* tais eventos são realizados, ao passo que 29,7% (n = 27) somente *às vezes* que observam (Gráfico 7). Semelhantemente, mais de 50% (27,5% + 26,4%) atestam que *nunca* ou *raramente* verificam a realização de promoção de palestras, reuniões oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, e ainda, em torno de 35% (n = 32) *às vezes* que observam a realização (Gráfico 7).

Com relação a divulgação de informativos sobre temas que envolvem a sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem sucedidas e progressos alcançados pelo CDSA/UFMG, 23,1% (n = 21) dos respondentes asseguram que *nunca* tais informativos são difundidos, ao mesmo tempo em que 29,1% (n = 27) e 35,2% (n = 32) daqueles admitem que somente *raramente* e *às vezes* identificam os informativos em questão, respectivamente



(Gráfico 7).

Resultados semelhantes foram observados em uma instituição de ensino superior, onde ao investigar as ações de sensibilização e capacitação foi verificado que a instituição deixou a desejar nos três aspectos aqui abordados (PEIXOTO, 2019). Nesta mesma direção, Pinto (2022), ao analisar a situação em estabelecimentos da justiça no estado de pernambuco, comenta que a consistência nas respostas apresentadas relativas a sensibilização e capacitação, permite inferir que também há necessidade de uma política de sensibilização duradoura por parte da instituição, e acrescenta, que situações dessas natureza, evidencia que as iniciativas perfilhadas ainda são muito embrionárias frente às exigências do contexto atual, além de sugerir em que direção a instituição pode caminhar para intensificar os planos de sensibilização e capacitação no tocante à sustentabilidade. Assim, é possível entender que tudo apresentado pelo referido pesquisador, pode ser extrapolado para a situação constatada no CDSA/UFCG.

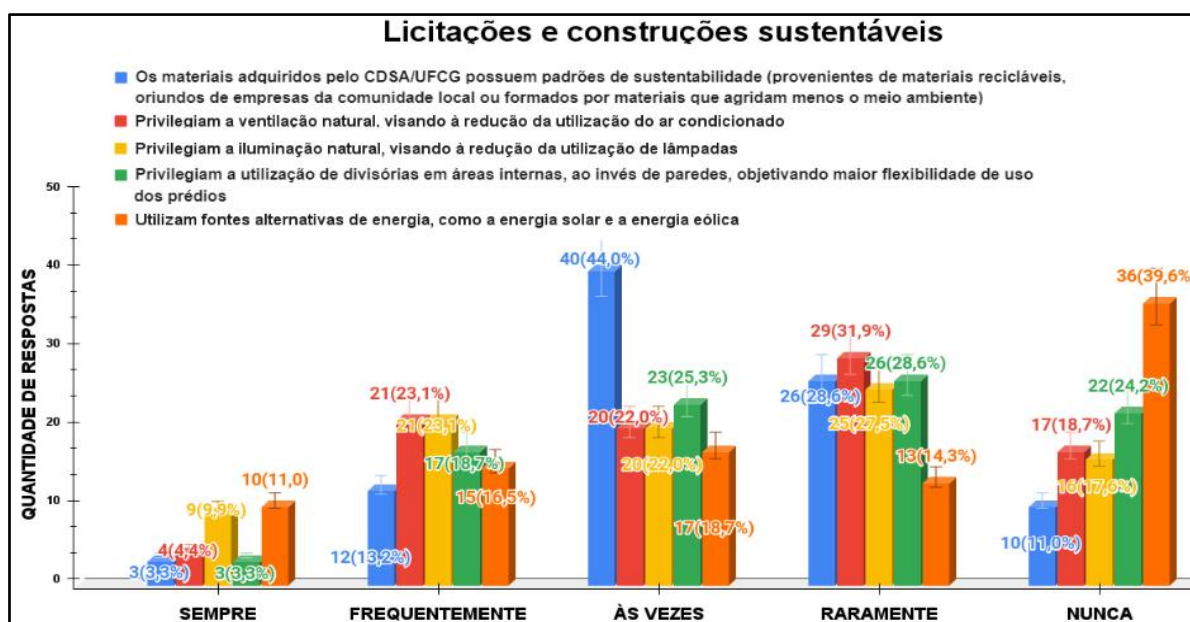
#### **4.6.7 Licitações e construções sustentáveis**

Neste subtópico, optou-se por discutir os resultados observados para dois eixos da A3P conjuntamente. Deste modo, iniciaremos abordando aspectos relacionados ao eixo 5 (cinco) da A3P. Eixo este, alusivo a licitações sustentáveis, buscando a Administração Pública promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras (BRASIL, 2021).

Após a entrada em vigor da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, fica estabelecido o atendimento de critérios sustentáveis, podendo adicionar cláusulas nos contratos licitatórios objetivando eleger fornecedores de produtos ou serviços que atendam aos princípios básicos de sustentabilidade por parte da administração pública.

Desta forma, tentando avaliar a percepção dos servidores do CDSA/UFCG sobre esse eixo, no questionário, percebe-se a seguinte indagação: Os materiais adquiridos pelo CDSA/UFCG possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agridam menos o meio ambiente) (Gráfico 8).

**Gráfico 8 - Respostas referentes a adesão e implementação da A3P: “Licitações e Construções Sustentáveis no CDSA/UFCG”.**



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Para a maioria dos respondentes (44,0%; n = 40), *às vezes* observam que os materiais adquiridos atendem a questão apresentada, ao passo que 28,6% (n = 26) e 11% (n = 10) entende que *raramente* e *nunca*, respectivamente, atende ao que se preconiza sobre licitações sustentáveis. É importante frisar que embora essa percepção dos servidores tendendo mais para não atendimento ao que se é estabelecido na A3P para esse eixo, é importante destacar que também se verificou posicionamentos no sentido contrário, onde 3,3% (n = 3) e 13,2% (n = 12) sinalizaram que *sempre* e *frequentemente*, nesta ordem, verificam atendimento ao que se prevê de alinhamento com as questões de licitações sustentáveis.

Talvez seja necessário evidenciar que essa questão pode ser entendida como sendo de natureza bem específica e provavelmente dos respondentes, tenha servidores do setor de compras e licitações, conforme pode ser observado a diversidade de funções entre os respondentes do questionário (Figura 4). Em complemento, Alves (2019) ao aplicar checklist no ano 2019 entre alguns gestores do CDSA/UFCG, observou em seus resultados que houve aderência total da instituição, uma vez que, de acordo com o setor de compras e licitações, são estabelecidas nos editais, de modo geral, cláusulas que tratam sobre sustentabilidade para todas as contratações da administração públicas, e cláusulas mais específicas, de acordo com o tipo de bem ou serviço a ser adquirido.

De todo modo, é compreensível que as ações no âmbito das licitações pelo CDSA/UFCG não se afastem das diretrizes estabelecidas pelo respectivo eixo da A3P. Inclusive há instrumentos normativos, conforme já comentado, que impõe certas condições, como no caso da Lei 14.133/21 e pela própria UFCG. Assim, acredita-se que sejam fortalecidos os critérios relativos à sustentabilidade ambiental, social e econômica para a aquisição de bens e a contratação de serviços, objeto dos processos licitatórios, principalmente porque essa escolha denota o compromisso institucional com a sustentabilidade e traz consigo um condão de sensibilização e engajamento de todo o corpo funcional (Pinto, 2022).

No segundo momento, conforme já mencionado, pretende-se apresentar questões relacionadas ao eixo 6 (seis) da A3P. O eixo da A3P relativo a construções sustentáveis destaca que a administração pública deve atentar para as diretrizes socioambientais em suas construções, reformas e ampliações (BRASIL, 2021). Nesta perspectiva, Guaragni, Barros e Knoerr (2019) apontam que o desenvolvimento sustentável inicia-se pelos projetos de engenharia, passam pelas instalações hidrossanitárias (torneiras com temporizador), projetos elétricos e de iluminação (sensor de presença), climatização (número razoável de janelas) e urbanização, alcançando as reais condições de trabalho (ambientes saudáveis, sem insalubridade e periculosidade).

No intuito de inferir sobre o discernimento dos servidores com relação às práticas relativas às construções sustentáveis, foram elaborados 4 (quatro) questionamentos, sendo eles: privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar condicionado; privilegiam a iluminação natural, visando a redução da utilização de lâmpadas; privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso; e utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e energia eólica.

No quesito ventilação natural, 18,7% (n = 17), 31,9% (n = 29) e 22,0% (n = 20) dos respondentes entendem que a instituição, respectivamente, *nunca*, *raramente* e *às vezes*, privilegia. Similarmente, 17,6% (n = 16), 27,5% (n = 25) e 22,0% (n = 20) dos servidores que responderam o questionário apontaram *nunca*, *raramente* e *às vezes* observar que o CDSA/UFCG privilegia a iluminação natural, respectivamente (Gráfico 8).

Quanto à utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, 24,2% (n = 22) entendem que *nunca*, 28,6% (n = 26) sinalizam que *raramente* e 25,3% (n = 23) indica que *às vezes* o CDSA/UFCG privilegia o uso (Gráfico 8).

Em relação à utilização de fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica, destaca-se o percentual de 39,6% (n = 36) de respondentes que têm a

percepção que não se faz uso dessas alternativas no ambiente de trabalho (Gráfico 8). Embora já seja de conhecimento que encontra-se no campus várias placas solares instaladas no topo de alguns prédios, aguardando a finalização de instalações por parte da empresa de fornecimento de energia (Energisa).

Diante do apresentado, constatou-se que pouco ainda foi feito pela CDSA/UFCG quanto às construções sustentáveis. Claramente, excluindo apenas o projeto de instalação de placas solares, não se tem conhecimento até o momento de um outro projeto concretizado que se destaque por apresentar alguma solução sustentável como captação de água da chuva, implantação de telhado verde, reuso de águas cinzas ou água proveniente de condicionador de ar, instalação de fontes alternativas de energia, utilização de torneiras com temporizadores, sensores de presença, etc (Pinto, 2022).

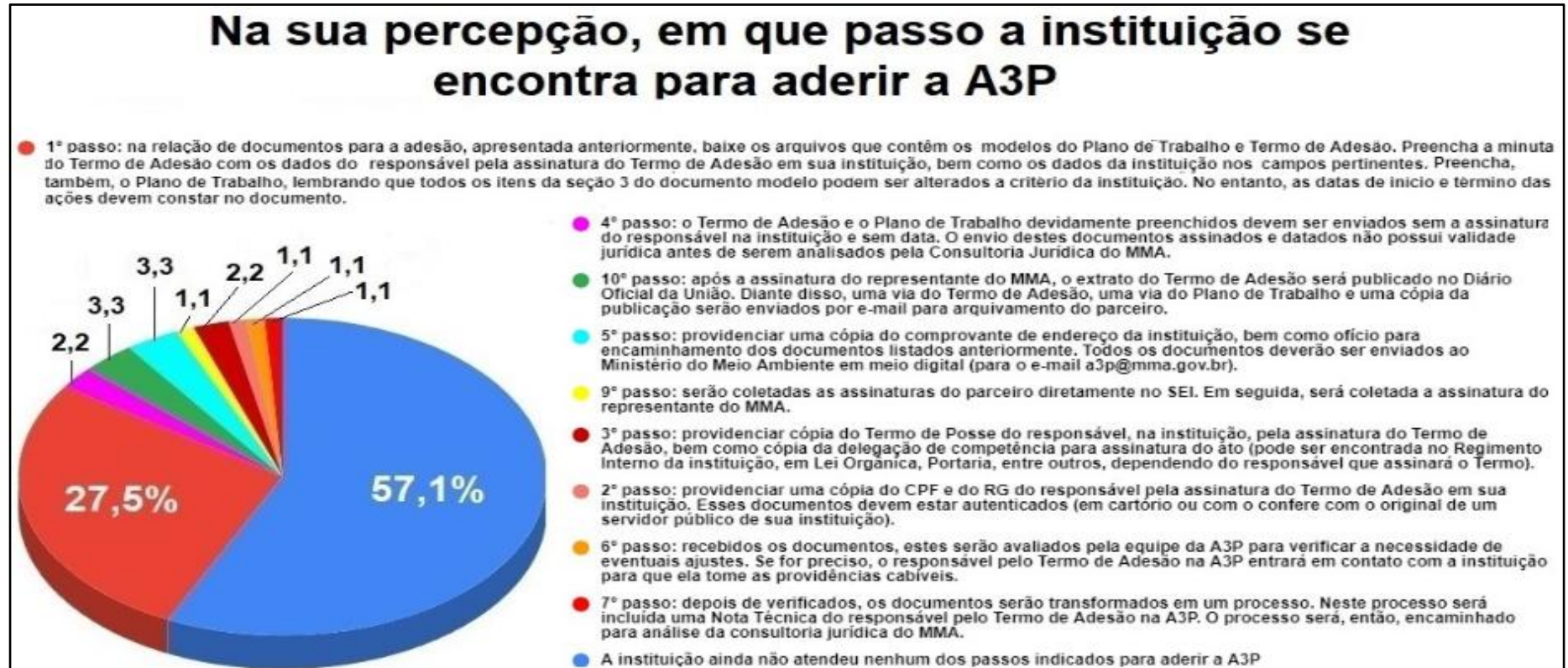
#### **4.6.8 Questões relacionadas à adesão e implementação da A3P e sobre política de boas práticas de sustentabilidade**

Após os servidores responderem as questões relacionadas a cada eixo temático da A3P, foram direcionados a 2 duas questões referentes à adesão e implantação da A3P, sendo as questões 15 e 16 de assinalar apenas uma entre as disponíveis, e por fim, a questão 17 com a possibilidade de assinalar quantas tivesse interesse, dentro das possibilidades pré estabelecidas de respostas, além da opção de “outro”, a qual permitia que o respondente tivesse o poder de apresentar a resposta que melhor entendesse sobre a política de boas práticas de sustentabilidade adotadas pelo CDSA/UFCG (Apêndice A).

No gráfico 9 seguinte, verifica o percentual relativo aos números obtidos com as respostas do questionário, referente ao item 15: na sua percepção, em que passo a instituição se encontra para aderir a A3P.

Para essa questão foi possível observar que 57,1% (n = 52) responderam que a instituição ainda não atendeu nenhum dos passos para aderir a A3P. Por outro lado, 27,5% (n = 25) apontam que tem a percepção que o CDSA/UFCG encontra-se no 1º passo, conforme observado no gráfico 9.

**Gráfico 9** - Respostas referentes à adesão à A3P: Percepção dos servidores com relação ao passo em que se encontra o CDSA/UFCG para aderir a A3P.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

É possível destacar que sendo a amostra dos servidores com considerável diversidade, tanto nos aspectos relacionados aos setores de atuação (Figura 3E), como também em relação às funções desempenhadas (Gráfico 1), fica claro que não se pode descartar nenhuma questão assinalada no sentido de direcionar a um diagnóstico condizente com a realidade do CDSA/UFCG.

Desta forma, considerando que para todas opções apresentadas, ou seja, para todos os diversos passos sugeridos, apenas para o passo 8 (oito) não houve pelo menos um servidor respondente o qual tenha a percepção de que o CDSA/UFCG se encontre em tal passo para a adesão da A3P. Assim, essa diversidade de diferentes visões dos respondentes permite o entendimento de que não é prudente apenas por questão de uma maioria, apontar para a percepção correta de que o CDSA/UFCG se encontra em determinado passo para adesão da A3P. Portanto, nenhum percentual observado para os diferentes passos poderia, a priori, ser descartado antes de afrontá-lo ao que de fato a análise documental pudesse revelar sobre a atual situação do CDSA/UFCG com relação à adesão à A3P.

Outro ponto importante de análise, é que não foi dado a opção aos respondentes de apontarem por um possível desconhecimento com relação em que passo a instituição se encontra, o que poderia mudar consideravelmente o percentual observado de 57,1% (n = 52) daqueles que, por não ter outra opção, decidiram apontar que a instituição ainda não atendeu a nenhum dos passos indicados para aderir a A3P, uma vez que, para ser permitido a conclusão do questionário, era obrigatório que todas as questões fossem respondidas.

De todo modo, não descartando a possibilidade anteriormente apresentada, uma grande contribuição dos dados observados nessa questão, pode ser no sentido da possibilidade de inferir, que a universidade deveria melhorar o seu canal de comunicação com seus servidores e até mesmo com a categoria discente, pois é de grande importância que informações dessa natureza sejam disponibilizadas nos diferentes canais de comunicação, ou se for o caso, de uma melhor visibilidade, pois em uma busca no site da UFCG, não é possível encontrar nada sobre adesão à A3P, nem mesmo sobre a A3P de uma forma geral.

Fato é que um percentual considerável de servidores respondentes (27,5%; n = 25) (Gráfico 9), conseguem ter uma percepção realista de qual passo o CDSA/UFCG se encontra concretamente no que se atine a adesão à A3P. Desta forma, se destacamos que é no 1º passo onde se observa a necessidade de baixar os arquivos e posterior preenchimento e envio ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. E considerando ainda, a observação dos modelos desses documentos disponibilizados: modelo de termo de adesão (ANEXO B) e modelo de plano de trabalho (ANEXO C). A constatação de que passo o CDSA/UFCG se encontra no aspecto da adesão à A3P, pode ser observada ao analisar o ANEXO D, onde neste, é possível ver a foto da tela principal do processo SEI nº 23096.040914/2023-91, no qual, também, pode ser verificado uma série de documentos anexados.

O referido processo foi aberto com a finalidade de elaboração do diagnóstico socioambiental por parte do CDSA, como exigência das etapas de implementação da A3P,

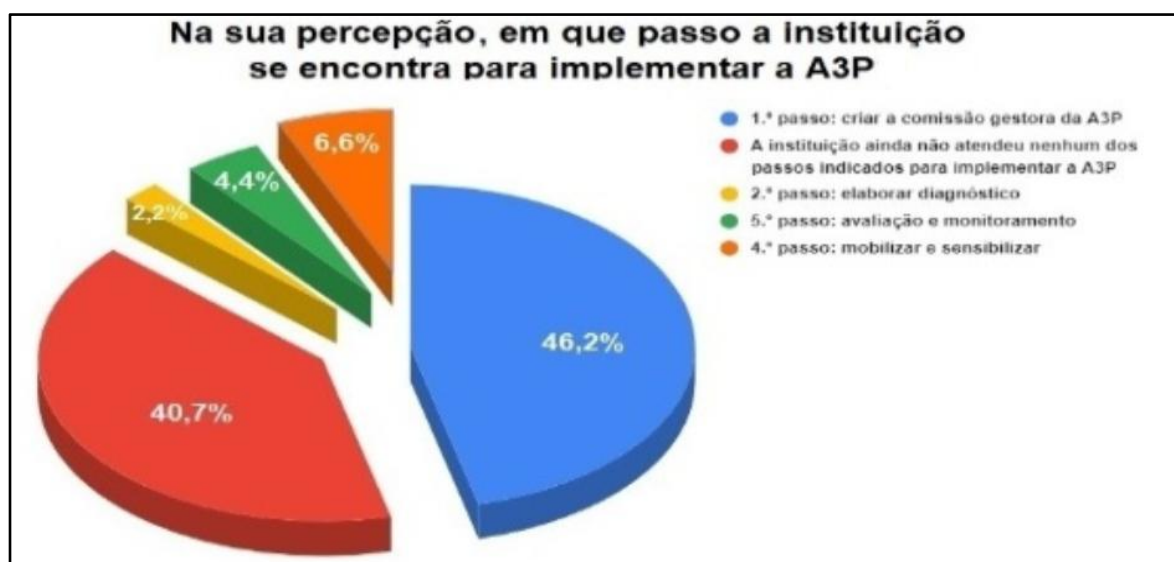
conforme é observado em destaque no modelo de plano de trabalho disponibilizado pelo MMA (ANEXO C). Desta maneira, é possível perceber que a Secretária de planejamento - SEPLAN da UFCG encontra-se dependente do retorno de cada campus, com relação a elaboração do diagnóstico para implementação da A3P (ANEXO E).

É importante destacar que quando se refere aos passos de adesão, não é uma situação de análise separada dos passos de implementação, pois na verdade são passos que se complementam e ocorrem de forma concomitantemente. Por isso que é possível no despacho encaminhado ao diretor do CDSA (ANEXO F), verificar que eles se referem ao assunto como sendo o “1º passo: *Elaborar diagnóstico da A3P*”, quando na verdade é uma referência ao 1º passo da adesão e que dentro deste passo encontra-se a elaboração do plano de trabalho, onde neste que vai ser estabelecido os 5 (cinco) passos para a implementação da A3P.

Disto isto, percebe-se que é necessário para entender, que com relação ao próximo item do questionário (*Na sua percepção em que passo a instituição se encontra para implementar a A3P*), a instituição encontra-se no 2º passo da implementação, o qual se refere a realização do diagnóstico socioambiental, estando dessa forma, vencido o 1º passo da implementação que se refere a criação da comissão gestora da agenda. Aqui é evidente inferir que tal comissão já tenha sido formada pelo setor competente da UFCG.

Portanto, pelo Gráfico 10, observa-se que apenas 2,2% (n = 2) dos respondentes apontam de fato ter conhecimento de qual passo da implementação da A3P se encontra. Em continuação, 46,2% (n = 42) entende que o CDSA/UFCG encontra-se no 1º passo, ou seja, na criação da comissão gestora e 40,7% (n = 37) assinalam que tem a percepção que a instituição ainda não atendeu nenhum dos passos para implementação. Portanto, é grande o percentual de servidores os quais desconhecem sobre qualquer passo, seja da adesão, conforme já comentado, ou com relação aos passos para implementação da A3P. Ficando evidente a necessidade de reforçar o que já foi mencionado quando se analisou a percepção dos servidores ao analisar o item 15 do questionário, com relação a necessidade de melhorar o canal de comunicação entre a gestão da CDSA/UFCG com os servidores, principalmente em aspectos relacionados à adesão e implementação da A3P, uma vez que o CDSA/UFCG ao ser criado já nasce com a necessidade do fortalecimento temático da preocupação com o desenvolvimento sustentável do semiárido.

**Gráfico 10** - Respostas referentes à implementação à A3P: Percepção dos servidores com relação ao passo em que se encontra o CDSA/UFCG para implementar a A3P.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Ao analisar a situação atual do CDSA/UFCG com relação a que passo se encontra, tanto no que diz respeito à adesão, como para implementação da A3P, evidenciou a possibilidade de entendimento que o caminho, talvez adotado pela UFCG não tenha sido o melhor, pois no exato momento, para que seja possível dar continuidade ao 1º passo da adesão, só falta a contrapartida do Centro de Saúde e Tecnologia Rural - CSTR, localizado na cidade de Patos - PB. Deste modo, segundo informações disponibilizadas pela SEPLAN, é o único campus que precisa apresentar a resposta com relação ao atendimento referente ao 2º passo da implementação da A3P (realização do diagnóstico socioambiental). Neste quesito é possível verificar no destaque realizado no ANEXO D, que o CDSA já realizou o despacho para SEPLAN, ou seja, encaminhando o diagnóstico solicitado.

De toda forma, no intuito de analisar como se encontra no estado da Paraíba a adesão de fato à A3P, foi realizado uma busca no dia 24 de outubro de 2023, no site oficial do MMA, com relação às instituições parceiras que se encontram com adesão formalmente realizado, onde foi possível verificar apenas 5 instituições (ANEXO G), sendo elas: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - superintendência de João Pessoa, Município de São Bento, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba (campus/cidade de Campina Grande - PB) e Universidade Federal da Paraíba - UFPB (campus/cidade de Bananeiras - PB).



A percepção da baixa adesão formal à A3P pelas instituições no estado da Paraíba pode ser uma evidência de dificuldade para tal feito. Assim, para que o CDSA provavelmente tenha chances de obter a adesão desejável em tempo mais célere, uma alternativa para tal feito, seria não esperar pela finalização da adesão pela UFCG como um todo, e sim tentar a via da adesão unilateral. Fato este que parece ser possível, onde a constatação é obtida pela simples observação, no qual entre as instituições de ensino superior do estado da Paraíba, se verifica que na UEPB, apenas o campus localizado na Cidade de Campina Grande e o Campus da UFPB localizado na cidade de Bananeiras, encontram-se até, pelo menos o dia 24 de outubro de 2023 (dia da verificação), como instituições parceiras com toda documentação formalizada com o MMA.

Em consonância, para fortalecimento dessa possibilidade, é possível verificar ainda, no ANEXO H, onde no estado de Pernambuco apenas o campus do agreste, localizado na cidade de Caruaru, pertencente a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e o campus de Palmares, o qual pertence ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, também encontram-se com a adesão à A3P sem a necessidade da UFPE ou do IFPE em suas totalidades estarem com a adesão formalizada.

Portanto, o CDSA por toda sua história, desde o nascimento até os dias atuais, após se passado 14 anos, não deve medir esforços para atendimento de tamanha adesão, uma vez, conforme já comentado, ser um campo temática, ou seja, um Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, o qual deve tentar de forma mais célere a adesão, pois essa adoção a A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Sendo sempre oportuno lembrar que é uma agenda voluntária, conforme é apresentado no site oficial da A3P, ou seja, não existe norma impondo e tampouco sanção para quem não segue as suas diretrizes. Mas a adesão ao programa é cada vez maior por dois motivos: 1º, adotar uma agenda ambiental no órgão é uma exigência dos tempos modernos, quando a população do planeta se vê diante de uma crise provocada pelas mudanças climáticas e o aquecimento global. O que fazer para evitar que a catástrofe anunciada seja maior ainda? Usar de forma racional os recursos naturais; e 2º, a sociedade exige da administração pública a implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta, que são as diretrizes da A3P (BRASIL, 2023).

Para concluir sobre os aspectos de sustentabilidade, foi demandado aos respondentes que apontassem, entre os temas disponibilizados, sobre qual deles o servidor tinha a percepção que o CDSA/UFCG adotava como política de boas práticas de sustentabilidade, e

ainda foi dado a possibilidade de inclusão de outro tema qualquer o qual fosse sua percepção a adoção (Gráfico 11).

**Gráfico 11** - Respostas referente a percepção dos servidores quanto às boas práticas de sustentabilidade adotadas pelo CDSA/UFCG.



**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaboração própria (2023).

Entre os temas observados com maior percentual de identificação pelos respondentes estão o uso racional da água (47,3%; n = 43), o uso racional de energia e eficiência energética (46,2%; n = 42), qualidade de vida dos servidores (35,2%; n = 32), compras/licitações sustentáveis (27,5%; n = 25), entre outros temas (Gráfico 11).

Frente aos dados observados por essa última questão é preciso perceber que alguns temas despertam mais a percepção, como o uso racional da água, por exemplo. Neste sentido Alves (2019) ao realizar estudo sobre práticas de sustentabilidade no CDSA/UFCG, destacou que a Biblioteca do Campus, a partir de uma ação isolada, reaproveita a água do ar condicionado para limpeza local e jardinagem, evento desperta muita atenção daqueles que frequentam a biblioteca. Já com relação ao uso racional de energia e eficiência energética, é bem provável que pela recente chegada das placas solares que serão instaladas na cobertura de alguns prédios, também podem ter proporcionado um percepção por um maior número de servidores respondentes do questionário.

Em contrapartida, é possível observar percepções dos respondentes que merecem uma análise de maior atenção, pois verifica-se percepções como: não conhecimento de temas adotados como políticas de boas práticas de sustentabilidade; não se ter percepção de empenho da gestão do CDSA com relação a essa temática, e ainda, só for na teoria, pois na prática se tem a percepção que não ocorre; não se ver ações de sustentabilidade como política pelo CDSA, o que se ver são ações pontuais de alguns setores.

Fato é que, essas percepções apresentadas pelos respondentes no último item, reforçam que após 14 anos de iniciar as atividades na região, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, precisa urgentemente, passar por muitas mudanças concretas, em diversos aspectos estabelecidos pelos eixos da A3P, além de ampliações do que se tem de adoção de política de boas práticas de sustentabilidade.

## **5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Neste tópico, visando o atendimento da exigência dos programas de mestrados profissionais, como bem apresentado por Negret (2008), onde diz que a identidade dos mestrados profissionais apresenta determinada, fundamentalmente, pelo enorme desafio de integrar com rigor a pesquisa no processo de desenvolvimento e conseguir a aplicabilidade dos resultados para transformar a realidade estudada. Assim, considerando o CDSA/UFCG um campus temático, conforme bastante já enfatizado, no aspecto de desenvolvimento sustentável do semiárido, esta pesquisa pretende contribuir, em primeiro momento, na obtenção do diagnóstico de atendimento ao que se é estabelecido nos diferentes eixos da A3P, e posteriormente, apresentação de sugestões e recomendações viáveis, que possam vim a contribuir na melhoria contínua de práticas de sustentabilidade necessárias que encontram-se adotadas ou não pelo CDSA/UFCG.

Desta forma, frente aos resultados da pesquisa, foi perceptível pelos servidores respondentes, algumas fragilidades no que se refere ao atendimento das práticas de sustentabilidade nos diferentes eixos da A3P, e que através da análise dos resultados foi possível identificar pontos necessários de melhoria, além da possibilidade da elaboração de uma proposta de intervenção, visando contribuir com o CDSA/UFCG. Neste aspecto, é preciso destacar que partir do conhecimento e da percepção ambiental, as ações podem ser modificadas, e ainda, que é sabido que as pessoas se diferem em sua percepção, pois a compreensão da experiência perceptiva é diferente de indivíduo por indivíduo, mas que os estudos aplicados visando avaliar o conhecimento dos indivíduos sobre o meio ambiente se

mostram muito importantes para identificar a compreensão das inter-relações entre o ser humano e o meio ambiente (BRANDALISE *et al.*, 2009).

Considerando a necessidade de abordar *aspectos gerais de ações*, propõe-se que o CDSA, pressupondo que o PLS da UFCG, aprovado em 14 de dezembro de 2020, no Conselho Universitário do Colegiado Pleno, por intermédio da Resolução nº 09/2020, tem vigência para o quinquênio 2020-2024, e tendo este, ligação direta com o PDI da universidade. E ainda, que as metas e indicadores foram elaborados para cada eixo temático do Plano, respeitando-se os diagnósticos e o nível institucional de atuação – **autonomia dos campi e suas capacidades de execução (grifo nosso)**. Desta forma, recomenda-se:

1- Reforçar, via instâncias deliberativas, tanto na UFCG, como em nível de CDSA, compromissos institucionais com a sustentabilidade nos documentos institucionais e nos projetos pedagógicos dos cursos, conforme já alertada a necessidade por Alves (2019), e ainda precisando avançar;

2- Iniciar os trâmites necessários, por parte da direção de centro do CDSA, para viabilizar a adesão à A3P, de forma unilateral, sem a necessidade de prosseguir com a tramitação a qual ocorre via a reitoria para tal adesão, uma vez, que não há impedimento algum que um campus de forma isolada viabilize a adesão em função dos demais o qual compõe toda a UFCG;

3- Definir, via direção do CDSA, a comissão gestora local do PLS, podendo ser essa mesmo definida, também, como a comissão gestora da A3P;

4- Autorização, via direção do CDSA, para a criação no site oficial, de um canal de acesso às questões referente às práticas de sustentabilidade adotadas ou com previsão de adoção pelo CDSA, além de informações e compartilhamento com toda a comunidade sobre principais tramitações e documentações referente a temática de sustentabilidade.

Sob o ponto de vista de propostas de intervenções pontuais, referente a cada eixo da A3P, iniciaremos com relação ao *uso racional dos recursos naturais e bens públicos* (eixo 1), sendo as seguintes intervenções propostas:

1- Franqueamento o quanto antes, via direção de centro, os detalhes finais para ativação da micro usina geradora de energia solar, onde já encontra-se devidamente instaladas as placas fotovoltaicas em diferentes edificações do CDSA, precisando apenas de detalhes referentes ao funcionamento com a empresa energética;

2- Viabilizar campanha de incentivo, tanto por parte da direção de centro, como também das coordenações de unidades, de desligamento de monitores ao fazer pausa para o descanso. Essa campanha pode, também, viabilizar a confecção de adesivos informativos, os

quais deverão ser colados nos monitores ou próximos a eles, nos diferentes setores em todo CDSA;

3- Realizar ação, por ordem da direção de centro, voltada para aquisição de equipamentos que visem o reaproveitamento das águas pluviais, bem como, aquisições de torneiras com fechamento automático e vasos sanitários com descarga com dois tipos de acionamentos ( um para dejetos líquidos, os quais utilizam até 3 litros de água e outro para dejetos sólidos, os quais consomem o limite de seis a mais litros);

4- Viabilizar aquisição, por recomendação da direção de centro, de sistemas de medição individualizado de consumo de energia, permitindo assim, ações da gestão mais pontuais de acordo com as necessidades que venham a se apresentar no futuro;

5- Promoção, da parte da direção e coordenadores em geral, de campanhas que visem a utilização racional de papéis de impressão, visando a impressão frente e verso, além de aproveitamento daqueles que foram impressos só frente, para serem utilizados como blocos de rascunhos. E ainda, que essas campanhas tenham ações que viabilizem a sensibilização para a redução de consumo de papel e estímulo de uso de documentos digitais;

6- Propaganda, por parte da direção de centro e demais coordenações, sobre a necessidade de banimento do uso de copos descartáveis em todo campus, realizando a retirada de pontos de copos descartáveis. Paralelamente, incentivar o uso de canecas individuais de plásticos, inclusive vendo a possibilidade de aquisição para posterior doação de brinde no início de cada semestre letivo, aos estudantes os quais ingressam E para setores que tenham a possibilidade de visitas externas, estimular e viabilizar o uso de copos reutilizáveis, sempre que necessário.

Para o eixo 2, *gestão adequada dos resíduos gerados*, é possível a apresentação de algumas propostas de intervenções, como:

1- Realizar levantamento e identificar materiais ociosos, por parte das chefias e todos servidores do CDSA, que possam ser distribuídos para reaproveitamento em outros setores. Para isso seria importante viabilizar um canal de comunicação no site oficial que pudessem melhorar o conhecimento por parte da comunidade no geral para o que se tem de disponível que possam ser aproveitados;

2- Incentivar, por parte da direção e demais chefias de setores, a coleta seletiva e a reciclagem. Neste quesito, tentar viabilizar o aumento em mais de 100% dos conjuntos de coletores de cores e tamanhos apropriados em todo campus, conforme já apresentada a necessidade por Souto Neto (2017) desde os anos de 2017 e ainda não verificado nenhum acréscimo;

3- Estabelecimento de parcerias, por parte da direção de centro, com associações e cooperativas de recicladores na cidade de Sumé ou cidades vizinhas, conforme também já era apresentada a necessidade desde de 2017 (SOUTO NETO, 2017) e ainda não se verifica tal ajustamento.

Em relação a *qualidade de vida no ambiente de trabalho* (eixo 3) como proposta de intervenção, temos:

1- Estender ações de qualidade de vida, por parte da direção e demais setores de atribuição, em todos os diferentes setores do CDSA;

2- Viabilizar, por parte do setor competente e da direção do CDSA, programas de orientação médica e nutricional;

3- Promover, por ordem dos setores competentes e direção de centro, campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer. Neste sentido, poderia se pensar no dia prefixado de uma caminhada e corrida do CDSA voltada para os diferentes segmentos da comunidade, desde servidores, estudantes e público externo;

4- Planejar, em nome dos setores competentes e direção de centro, atividades de integração no local de trabalho, de forma a proporcionar um calendário anual dessas atividades.

Possíveis propostas de intervenção que podem contribuir para sanar algumas fragilidades observadas no eixo 4 da A3P (*sensibilização e capacitação dos servidores*) são:

1- Promoção, por parte da direção de centro e demais setores de chefias, de campanhas de sensibilização dos servidores sobre práticas sustentáveis;

2- Criação, por recomendação dos setores competentes, de espaço temático no site oficial do centro sobre sustentabilidade, além de articular a divulgação de informativos sobre sustentabilidade, neste espaço, como em outros, se for o caso;

3- Realização, por parte da direção de centro e demais setores, de eventos sobre adoção de práticas de sustentabilidade.

Com relação às *licitações sustentáveis* (eixo 5) é possível sugerir algumas propostas de intervenções, as quais sendo elas:

1- Fomentar, por ordem dos setores competentes, licitações compartilhadas;

2- Viabilizar, por parte da direção de centro, capacitação de servidores em tema relacionado a sustentabilidade;

3- Exigência, por ordem do setor responsável, de apresentação de selos ou certificações ambientais, ISO, atendimentos da ABNT e/ou INMETRO. Sempre buscando estabelecer uma cultura de que os materiais adquiridos seguem padrões de sustentabilidade;

4- Priorização, por parte do setor competente, de aquisição de materiais, tecnologias, matérias-primas e mão-de-obra de origem local;

Para os aspectos referentes às *construções sustentáveis* (eixo 6), é preciso destacar que diversos estudos mostram a importância de se preocupar com que as edificações sejam concebidas, desde o projeto, de forma a levar em consideração a minimização de impactos socioambientais durante a sua fase de utilização.

Neste sentido, é preocupante verificar que algumas edificações do CDSA são de difícil acesso para aqueles que têm algum tipo de deficiência, exemplos conforme já apresentados, são o caso do ambiente dos professores onde o único acesso para o primeiro andar é uma escada, fato que ocorre nas centrais de aula e nas centrais de laboratório. Assim, é preciso que após 14 anos ainda não se verificou nenhuma intervenção neste sentido por parte das diferentes gestões as quais já se passaram à frente do CDSA. Desta maneira, como alguma ação de intervenção é possível recomendar para esse eixo:

1- Avaliação e plano de ajustamento, por profissionais competentes no âmbito da UFCG, para as alterações necessárias nas diversas edificações do centro que não atendem ao mínimo de acessibilidade;

2- Promoção, por parte dos setores competentes, do uso de iluminação e ventilação natural nas edificações do centro, além de uso de sensores de iluminação nos corredores e sensores de acionamento de liberação de água nos banheiros e demais instalações possíveis.

Por fim, é importante ressaltar que a efetiva implementação das ações propostas não poderá ser efetuada em apenas uma única etapa e de forma imediata, sendo necessário um procedimento contínuo, o qual requer, de fato, a formação de uma comissão local para acompanhamento e constantes provocações devidas, aos gestores sobre as diferentes necessidades de atendimento ao que ser é estabelecido pelos eixos da A3P sobre as práticas de sustentabilidade no âmbito da administração pública.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo foi motivado em decorrência da vontade de querer contribuir para os estudos quanto à inserção da UFCG no Cariri Paraibano, que teve como objetivo inicial contribuir para a construção de um “novo paradigma científico-tecnológico” para o desenvolvimento sustentável do semiárido. Nesse sentido, buscou-se responder se o CDSA/UFCG promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P.

Desse modo, a pesquisa começou com a revisão da literatura, oportunidade em que se procurou reforçar o conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável, práticas sustentáveis, gestão ambiental e a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), de modo que foi possível analisar o cenário atual em que está imerso o tema da sustentabilidade e, a partir daí, investigar a presente conjuntura em que o CDSA se encontra.

Em sintonia com a demanda inicial, este estudo teve como objetivo principal analisar se o CDSA/UFCG promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P. Para isso, pretendeu-se optar por uma pesquisa quanti-qualitativa aplicada, descritiva, com estudo de caso, da qual participaram servidores públicos efetivos do CDSA, quais sejam professores e técnicos-administrativos.

A partir do objetivo geral, também foram estabelecidos mais quatro objetivos específicos. O primeiro deles consistiu em verificar se na implementação do CDSA/UFCG já havia alguma diretriz institucional capaz de promover a implementação de práticas de sustentabilidade previstas na A3P. Para tanto, foram analisadas diretrizes organizacionais referentes à temática da sustentabilidade adotadas pela instituição. Pela investigação realizada, verificou-se que está evidenciado o propósito inicial da criação do campus, sendo apresentado no projeto de criação o compromisso primordial de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a intenção em se promover atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas do conhecimento científico voltadas para a sustentabilidade. Entretanto, doravante foi estudado, verificou-se o alinhamento parcial entre a política de sustentabilidade do CDSA, revelando-se o pouco engajamento da instituição com as causas da sustentabilidade.

O segundo objetivo específico buscou avaliar os documentos institucionais quanto a adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P. Para a consecução desse propósito, recorreu-se à análise dos seguintes documentos de organização institucional: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Logística Sustentável (PLS), PI (Plano de Integridade), além de análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de graduação e pós-graduação CDSA e pesquisa a normativos que pudessem subsidiar na elaboração desta pesquisa. Assim sendo, observou-se a pouca inserção de práticas sustentáveis no Centro, com algumas ações isoladas que atendem de forma parcial as diretrizes propostas pela A3P, depreendendo-se o fato de que deve-se investir na conscientização e na cultura organizacional de toda a comunidade acadêmica, aspecto muito importante para que se intensifique as práticas sustentáveis na instituição. Também foi



possível observar, através das metas e ações recomendadas enumeradas no PDI 2020-2024, bem como nos relatórios de monitoramento do cumprimento dessas ações, a existência de itens que tratam da sustentabilidade. Todavia, observa-se que a maioria de fato não se concretiza, e que grande parte das ações e metas prioriza apenas o *Campus* sede. À vista disso, é premente que haja um maior empenho da gestão superior da universidade - haja vista que há muito a ser feito quanto à sustentabilidade na instituição - bem como um envolvimento mais intenso do gestor do campus, que seja capaz de estimular a participação e interação de toda a comunidade acadêmica em direção à prática de ações sustentáveis no campus. Observou-se também a abordagem de componentes ligados à temática ambiental/sustentabilidade nas ementas das disciplinas dos cursos do CDSA, porém esperava-se mais evidências pelo fato de o campus trazer a temática da sustentabilidade como propósito regente na oferta da educação à comunidade.

Para atendimento ao terceiro objetivo específico, considerando a análise feita segundo os dados coletados via questionário aplicado, é possível inferir que, de uma forma geral, a percepção dos servidores do CDSA/UFCG quanto a adesão e implantação de práticas de sustentabilidade alinhadas às diretrizes da A3P, coadunam com aquela observada nas análises documentais, ou seja, uma adesão e implementação parcial e lenta.

No que atine a adesão e implementação das práticas de sustentabilidade alinhadas a cada eixo específico da A3P, é compreensível o entendimento de uma percepção variada para cada eixo, conforme pode ser visto a seguir:

**Uso racional dos recursos naturais e bens públicos** - Pode-se inferir que o CDSA/UFCG adota ações relativas ao eixo em questão, embora seja bem verdade que não se caracteriza um alinhamento bem ajustado ao que é estabelecido pela A3P, pois apesar de possível atenção dada pela instituição, ainda há muito a ser feito para uma melhor sintonia com o que também já é previsto no PLS da UFCG, principalmente com relação ao uso racional de copos descartáveis e uso de papel;

**Gestão adequada de resíduos gerados** - Existe uma percepção que pode ser considerada negativa pelos respondentes, uma vez que, ocorre um entendimento de inexpressivo incentivo por parte da gestão do CDSA/UFCG, permitindo inferir que com relação ao eixo de gerenciamento de resíduos gerados previsto na A3P, ocorre a necessidade de iniciativas mais fortes, além de incremento em práticas que atendam as previsões do PLS da UFCG com relação a esse eixo;

**Qualidade de vida no ambiente de trabalho** - Há necessidade de um conjunto de ações visando a implementação de uma série de melhorias em pelo menos 7 (sete) dos 16

(dezesseis) itens abordados neste eixo, sendo eles: a) promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer; b) promoção de programa de orientação médica e nutricional; c) controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras); d) promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social); e) existência de preconceitos no ambiente de trabalho; f) acessibilidade apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas instalações do CDSA/UFCG; e g) mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta);

**Sensibilização e capacitação** - Foi verificado que a instituição deixa a desejar nos três aspectos abordados para esse eixo, permitindo inferir assim, que também há necessidade de uma política de sensibilização duradoura por parte da instituição, e ainda, fica evidente que as iniciativas perfilhadas são muito embrionárias frente às exigências do contexto atual, além indicar em que direção a instituição pode caminhar para intensificar os planos de sensibilização e capacitação no tocante à sustentabilidade;

**Licitações sustentáveis** - Pode ser compreensível que as ações no âmbito das licitações pelo CDSA/UFCG não se afastem das diretrizes estabelecidas pelo respectivo eixo da A3P. Inclusive há instrumentos normativos, que impõem certas condições, como no caso da Lei 14.133/21, entre outros no âmbito da própria UFCG. Mas, é possível acreditar que seja necessário mecanismos que fortaleçam os critérios relativos à sustentabilidade ambiental, social e econômica para a aquisição de bens e a contratação de serviços, objeto dos processos licitatórios;

**Construções sustentáveis** - Constatou-se que pouco ainda foi feito pela CDSA/UFCG quanto às construções sustentáveis. Claramente, excluindo apenas o projeto de instalação de placas solares, não se tem conhecimento até o momento de um outro projeto concretizado que se destaque por apresentar alguma solução sustentável como captação de água da chuva, implantação de telhado verde, reuso de águas cinzas ou água proveniente de condicionador de ar, instalação de fontes alternativas de energia, utilização de torneiras com temporizadores, sensores de presença.

Por fim, com relação ao quarto objetivo específico, evidencia o atendimento com elaboração da proposta de intervenção apresentada no tópico anterior, onde, tanto no âmbito geral, como com relação a cada eixo específico da A3P, foram sugeridas propostas de ações que visem o ajustamento ou implementação ao que se é previsto nas diretrizes da A3P.

Portanto, a partir do estudo de caso realizado e com subsídio da teoria estudada, foi possível propor ações que viabilizem a adesão e implementação do Programa A3P no CDSA, campus que tem potencial para impulsionar a sustentabilidade nas suas atividades diárias, servindo de modelo não apenas no âmbito do campus de Sumé, mas também nos demais campi da UFCG e em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Neste sentido, é premente que a gestão do campus, bem como os sujeitos que estão à frente dos setores estratégicos, assumam o compromisso de incentivo, conscientização e engajamento de toda comunidade universitária visando incorporar a sustentabilidade ao cotidiano da universidade, a partir das práticas recomendadas pela A3P, de modo a contribuir para uma gestão sustentável, e conseqüentemente para a redução de impactos socioambientais negativos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. F. **Ambientalização das Instituições de Ensino Superior**: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2020.
- ALVES, Maria Juliana de Oliveira. **Práticas Sustentáveis no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - Campus de Sumé - PB**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Sousa - PB, 2019. Disponível em:  
<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/11473/1/MARIA%20JULIANA%20DE%20OLIVEIRA%20ALVES%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PROFIAP.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2023.
- ARAÚJO, Selma Maria de. **Análise das questões socioambientais na UFCG com base na agenda ambiental na administração pública - A3P**. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2018.
- ARAÚJO, S. M.; FREITAS, L. S.; ROCHA, V. S. G. Gestão Ambiental: práticas sustentáveis nos Campi de uma IFES. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 36-50, 2017.

AZEVEDO, L. P.; TEIXEIRA, M. G. C. A agenda achv: Barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, ed. 74, v.1, p. 139-164, 2013.

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C; GOMEZ, C. M. Gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.12, n.1, p. 165 -170, 2007.

BARROS, Ana Caroline de Sousa *et al.* **Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): Uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs)**. 21º USP International Conference in Accounting. **São Paulo**, v. 28, 2021.

BATISTA, Agleilson Souto; MORAES, Ionete Cavalcante de; ALBUQUERQUE, José de Lima; CORREIA-NETO, Jorge da Silva. Gestão Ambiental nas Universidades Públicas Federais: A Apropriação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável a Partir da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, vol.13, n.44, p. 276-292, 2019.

BERNARDI, R. S. Políticas públicas, ensino superior e a cultura da sustentabilidade: uma análise a partir do estudo de caso dos campi da Unioeste. 2011. 148p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Mestrado Interinstitucional PUCPR/UNIOESTE. Disponível em: <>. Acesso em 03 ago. 2018.

BIZERRIL, MARCELO XIMENES AGUIAR, ROSA, MARIA JOÃO E CARVALHO, TERESA. Construindo uma universidade sustentável: uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 2, 2018.

BONIFÁCIO, W. da S. **Sustentabilidade no Campus**: análise da relevância dos eixos temáticos da A3P – método brasileiro de práticas mais sustentáveis em instituições de ensino superior, 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia, Bauru-SP, 2016.

BOFF, L. M; ORO, I. M; BEUREN, I. M. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior na visão de seus dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Salvador, v.2, n.1, p. 4-13, 2008.

BOLZAN, L. M; WEBER, J. I; LÖBLER, M. L. Alinhamento ambiental em uma Instituição Pública de Ensino Superior. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

BRANDALISE, L. et al. A percepção e comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. **Gestão da Produção**. São Carlos, v. 16, n. 2, p. 273-285, abr.-jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n. 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. **Diário Oficial da União**: Seção, 141, p. 43: Brasília, DF, 23 jul. 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm). Acesso em 02 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A3P - O que é?**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRUNDTLAND, Gro Harlem *et al.* **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARNEIRO, Alessandro Vieira. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Estudo Aplicado na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - CCJS**. 2018. 79f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Sousa - PB, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufcpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8136>. Acesso em: 20 fev. 2021. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/17192/1/ALESSANDRO%20VIEIRA%20CARNEIRO%20TCC%20PROFIAP%202018.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2023.

CHAVES, R. A. M. *et al.* Gestão socioambiental no Centro de Educação e Saúde da UFCG: uma análise à luz da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **HOLOS**, Ano 36, v. 6, p. 1-17, e9764, dez. 2020.

DAMBRÓS, M. M. G.; SENNA, A. J. T.; ALVES, R. R. Gestão ambiental no setor público: percepção dos servidores da Prefeitura Municipal de São Gabriel (RS). **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 2, p. 674-689, maio-ago. 2014.

DE SÁ PEIXOTO, Carol Soares Bezerra et al. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 12, n. 2, p. 230-252, 2019.

DIAS, A. L. Gestão ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P. 210 p. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DIAS, R. **Gestão ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017.

FERNANDES, V.; MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C. Metodologia de avaliação estratégica de processo de gestão ambiental municipal. *Saúde. Soc.* São Paulo, v. 21, supl. 3, p.128-143, 2012.

FERREIRA, R. A. **A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos**. Recife, PE: UFPE, 1998.

FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública: Uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P**. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América Latina & II Congresso Internacional IGLU, 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Instituto de Pesquisa em Administração Universitária - UFSC, 2011.

GARLET, V. et al. As perspectivas da sustentabilidade aplicada em diferentes faculdades de uma universidade brasileira. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 33, n. 4, p. 20-36, out./dez. 2018.

GARLET, V. et al. Correlação entre comportamentos e competências: a busca de uma universidade verde. **Revista Gest@o.Org**, v. 17, n. 1, p. 73-87, 2019.

GARLET, V. A sustentabilidade em uma Instituição Federal de Ensino Superior na perspectiva dos servidores. **Revista eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 14, n. 37, p. 3283-3305, jan./abr. 2020.

GAUDIANO E. J. G.; MEIRA-CARTEA, P. Á.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ C. N. Sustentabilidad y Universidad: retos, ritos y posibles rutas. **Revista de la Educación Superior - RESU**, v. 44 (3), n. 175, jul.-set.2015. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2022.

GAZZONI, F. et al. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gual**, v. 11, n. 1, p. 48-70, jan. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-etc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GUARAGNI, Fábio André; BARROS, Ellen Galliano; KNOERR, Fernando Gustavo. Poder judiciário e meio ambiente: uma gestão judiciária sustentável. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 76-86, 16 set. 2019. Disponível em: <<https://revistas.fmp.edu.br/index.php/FMP-Revista/article/view/120>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

GUTIERRES, H. E. P.; CABRAL, I. A.; SILVA, R. R. A implementação de ações sustentáveis baseadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma experiência extensionista no ambiente universitário. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 12, n. 5, p. 1913-1933, 2019.

KRUGER, S. D. *et al.* Gestão ambiental em instituição de ensino superior - uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Revista GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44-62, set.-dez. 2011.

LARA, P. T. R. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Monografia Ambientais. REMOA/UFSM**, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, mar.-jun. 2012.

LANZARIN, Jovani et al. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 1020-1044, 2018.

LIMA, Juliane. **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**. Univasf. 2021. Disponível em <https://portais.univasf.edu.br/sustentabilidade/programa-univasf-sustentavel/a3p>. Acesso em 09 jul. 2022.

LOCATELLI, R. L. et al. Geração de valor econômico e sustentabilidade financeira em Instituições de Ensino Superior brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 21, p. 1-26, 2022.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 114-134, abr./jun. 2013.

MARINHO, M. B. **Universidades e sustentabilidade. Uma pesquisa em Instituições de Educação Superior Brasileiras**. 2014. 181 f. Tese (Doutorado do Programa de Engenharia Industrial) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, Salvador, 2014.

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas.

MONTEIRO, J. H. P. *et al.* **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: [http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual\\_girs.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_girs.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

NEGRET, F. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 5, n. 10, p. 217-225, dezembro de 2008.

OLIVEIRA, Maria da Conceição. **Licitações sustentáveis : análise sob a perspectiva legal e prática nas contratações públicas**, 2021.

OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. A. Gestão socioambiental: adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 15, n. 41, p. 3984-4012, jan./abr. 2021.

OTERO, G. G. P. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior**: práticas dos campi da Universidade de São Paulo. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2010.

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

PAULA, L. S; MENDONÇA, J. R.C. A Gestão socioambiental no setor educacional, o papel social das Instituições de Ensino Superior-IES: Um estudo de múltiplos casos em instituições de Pernambuco. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

PINTO, Aparecida Gonçalves Bandeira. **Aderência às Práticas Organizacionais de Sustentabilidade trazidas pela A3P na Justiça Federal de Pernambuco**. 2022. 224f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal do Vale São Francisco, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Juazeiro - BA, 2022. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/profiap/aderencia-as-praticas-organizacionais-de-sustentabilidade-trazidas-pela-a3p-na-justica-federal-de-pernambuco-final.pdf>>. Acesso em 27 out. 2023.

PEIXOTO, Carol Soares Bezerra de Sá. **Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior**. 2019. 165f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Recife - PE, 2019. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8136>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RIBEIRO, M. M. C. *et al.* Práticas de Divulgação, Conscientização e Capacitação para a Sustentabilidade uma Proposta para as Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 146-168, jan./jun. 2018.

ROCHA, Suyene Monteiro da *et al.* Sustentabilidade na administração pública. **Revista ESMAT**, Palmas, v. 8, n. 11, p. 105-120, fev. 2017. Disponível em: <[http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista\\_esmat/article/view/125](http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/125)>. Acesso em: 27 mar 21.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



SANTANA, W. A.; MOURA, G. J. B. Aplicação das diretrizes propostas pela agenda ambiental da administração pública. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 1, p. 307-315, 2014.

SOUZA, Marcelo Volpato de. **O paradigma da sustentabilidade como mecanismo de participação social e de gestão socioambiental no Poder Judiciário**. 2017. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí - SC, 2017. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-ciencia-juridica/bancas-de-mestrado-com-dupla-titulacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SILVA, G. S.; ALMEIDA, L. A. Recomendações para a promoção de práticas sustentáveis na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. **Revista Querubim**, v. 3, p. 67-125, 2019b.

SOUTO NETO, Theodoro Povoas. **Logística Reversa de Resíduos Sólidos: Um Estudo de Caso no CDSA Sob a Ótica da Sustentabilidade**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Univeridade Federal de Campina Grande, Sumé - PB, 2017. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4799/3/THEODORO%20POVOAS%20SOUTO%20NETO%20-%20TCC%20ENG.%20DE%20PRODU%20C%87%20C%83O%20CDSA%202017..pdf>>. Acesso em: 27 out. 2023.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implementação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 -2024 (PDI)**. Campina Grande (PB), 2020. Disponível em: <https://seplan.ufcg.edu.br/acoes-e-programas/pdi.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. **Plano de Logística Sustentável – PLS**. Campina Grande (PB), 2020. Disponível em: <https://seplan.ufcg.edu.br/acoes-eprogramas/pls.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. Projeto de criação do campus de Sumé. Secretaria de Projetos estratégicos. Campina Grande, 2008.

VALLE, C. E. **Como se preparar para as normas ISO 14000**: qualidade ambiental. São Paulo: Pioneira, 2000.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, E. R. Adesão de uma universidade pública à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. In: Colóquio Organizações, Desenvolvimento e

Sustentabilidade “InovAções e Debate”, 5, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: CODS, 2014.

VIEGAS, S. F. S. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma universidade pública. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade – AOS**, v. 4, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 2015.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, E. R. Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236-259, jan. 2015.

VIEIRA, Julianne Priscyla Bittencourt. Diagnóstico de necessidades de treinamento e desenvolvimento de competências gerenciais para a sustentabilidade. 2021. 148 f., il. **Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade de Brasília**, Brasília, 2021.

WCED. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum: o Brundtland relatório**. 2 ed. FGV: Rio de Janeiro/RJ, 1991. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf). Acesso em: 28 set. 2021.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DO CDSA/UFCG.**

| <b>PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PESQUISADOS</b>  |
|---|
| <b>1- Gênero:</b> <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino  |
| <b>2- Faixa etária:</b> <input type="checkbox"/> 18 a 22 anos <input type="checkbox"/> 23 e 27 anos <input type="checkbox"/> 28 a 32 anos <input type="checkbox"/> 33 a 37 anos <input type="checkbox"/> 38 a 42 anos <input type="checkbox"/> 43 a 47 anos <input type="checkbox"/> 48 a 52 anos <input type="checkbox"/> Mais de 53 anos  |
| <b>3- Nível de escolaridade:</b> <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Superior <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado   |
| <b>4- Tempo de serviço no CDSA/UFCG:</b> <input type="checkbox"/> Menos de 7 meses <input type="checkbox"/> 7 meses a 1 ano <input type="checkbox"/> 2 a 6 anos <input type="checkbox"/> 7 a 11 anos <input type="checkbox"/> 12 a 16 anos <input type="checkbox"/> 17 a 21 anos <input type="checkbox"/> 22 a 26 anos <input type="checkbox"/> 27 a 31 anos <input type="checkbox"/> Mais de 31 anos <input type="checkbox"/>  |
| <b>5- Setor em que atua no CDSA/UFCG:</b> <input type="checkbox"/> Coordenação de curso de graduação <input type="checkbox"/> Coordenação de curso de pós-graduação <input type="checkbox"/> Coordenação de pesquisa e extensão <input type="checkbox"/> Direção de Centro <input type="checkbox"/> Secretaria de Centro <input type="checkbox"/> Protocolo <input type="checkbox"/> Gerência de Assuntos Estudantis - GAE <input type="checkbox"/> Restaurante universitário <input type="checkbox"/> Prefeitura universitária <input type="checkbox"/> Núcleo de tecnologia da informação <input type="checkbox"/> Divisão de materiais <input type="checkbox"/> Patrimônio <input type="checkbox"/> Licitação <input type="checkbox"/> Gestão de contratos <input type="checkbox"/> SCDP <input type="checkbox"/> Financeiro <input type="checkbox"/> Almoxarifado <input type="checkbox"/> Setor de transporte <input type="checkbox"/> Biblioteca Setorial <input type="checkbox"/> Outros |
| <b>6- Função que ocupa no CDSA/UFCG:</b> <input type="checkbox"/> Professores de magistério superior <input type="checkbox"/> Coordenador(a) de curso <input type="checkbox"/> Diretor/a de Centro <input type="checkbox"/> Vice-diretor de Centro <input type="checkbox"/> Secretário/a de Centro <input type="checkbox"/> Agente de protocolo <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Técnico em Assuntos Educacionais <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Prefeito/a <input type="checkbox"/> Analista de tecnologia da informação <input type="checkbox"/> Técnico de tecnologia da informação <input type="checkbox"/> Pregoeiro <input type="checkbox"/> Técnico em Laboratório <input type="checkbox"/> Bibliotecário/a <input type="checkbox"/> Outros   |

| <b>DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>   |
|--|
| <b>7 -Assinale qual ou quais dos documentos de organização institucional já teve a oportunidade de acessar o conteúdo:</b> <input type="checkbox"/> Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI <input type="checkbox"/> Plano de Integridade – PI <input type="checkbox"/> Plano de Logística Sustentável – PLS <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da pós-graduação <input type="checkbox"/> Instrumento de implementação do CDSA/UFCG <input type="checkbox"/> Não conheço o conteúdo de nenhum dos documentos listados           |
| <b>8- Assinale qual ou quais dos documentos de organização institucional já teve a oportunidade de participar da construção:</b> <input type="checkbox"/> Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI <input type="checkbox"/> Plano de Integridade – PI <input type="checkbox"/> Plano de Logística Sustentável – PLS <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da pós-graduação <input type="checkbox"/> Instrumento de implementação do CDSA/UFCG <input type="checkbox"/> Não conheço o conteúdo de nenhum dos documentos listados     |
| <b>9- Assinale qual ou quais dos documentos de organização institucional acredita que pode conter informações a respeito da A3P:</b> <input type="checkbox"/> Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI <input type="checkbox"/> Plano de Integridade – PI <input type="checkbox"/> Plano de Logística Sustentável – PLS <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da pós-graduação <input type="checkbox"/> Instrumento de implementação do CDSA/UFCG <input type="checkbox"/> Não conheço o conteúdo de nenhum dos documentos listados |

| <b>EIXOS TEMÁTICOS DA A3P: USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS</b>  |              |                  |                 |                       |               |
|--|--------------|------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| <b>10- Aponte com que frequência você utiliza ou percebe as seguintes práticas sustentáveis no seu ambiente de trabalho:</b> |              |                  |                 |                       |               |
| <b>FREQUÊNCIA</b>  | <b>Nunca</b> | <b>Raramente</b> | <b>As vezes</b> | <b>Frequentemente</b> | <b>Sempre</b> |
|  | <b>1</b>     | <b>2</b>         | <b>3</b>        | <b>4</b>              | <b>5</b>      |
| Apagar a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.                                  | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Desligar o ar-condicionado ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.                    | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Fechar portas e janelas quando o ar-condicionado está ligado.  | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Desligar os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso.   | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Imprimir ou fazer  | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Utilizar papel reciclado   | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Reutilizar papéis para fazer bloco de anotações/rascunho.  | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Substituir a utilização de documento impresso por documento digital.   | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Substituir a utilização de copos descartáveis por copos, garrafas, canas ou xícaras de material durável.                     | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |
| Utilizar ou observar a utilização, por outros colegas de trabalho, da tecnologia de videoconferência                         | ( )          | ( )              | ( )             | ( )                   | ( )           |

|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
| para reduzir o deslocamento desnecessário da frota oficial de veículos da instituição. |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|

**EIXOS TEMÁTICOS DA A3P: GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS GERADOS**

**11- Aponte com que frequência você percebe ou adota as seguintes condutas:**

| FREQUÊNCIA   | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|--|-------|-----------|----------|----------------|--------|
|  | 1     | 2         | 3        | 4              | 5      |
| Incentivo da gestão do CDSA/UFCG para a coleta seletiva e reciclagem.                                | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |
| Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências do CDSA/UFCG, de acordo com o tipo de resíduo. | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |
| Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho.                                    | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |
| Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores.           | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |

**EIXOS TEMÁTICOS DA A3P: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO E SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

**12- Na sua percepção, informe a frequência de preocupação do CDSA/UFCG com a arborização e paisagismo do campus.**

| FREQUÊNCIA  | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|-------------|-------|-----------|----------|----------------|--------|
|             | 1     | 2         | 3        | 4              | 5      |
| Arborização | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |
| Paisagismo  | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |

**13- Em relação à qualidade de vida em seu ambiente de trabalho, informe a frequência com que você percebe as seguintes condutas.**

| FREQUÊNCIA   | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|--|-------|-----------|----------|----------------|--------|
|  | 1     | 2         | 3        | 4              | 5      |
| Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor. | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |

|   |     |     |     |     |     |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|
| Autonomia dos servidores em suas atividades diárias.  | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Existência de preceitos no ambiente de trabalho.  | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Promoção de atividades de integração no local de trabalho.  | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Respeito à privacidade pessoal.   | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Tratamento imparcial a todos os servidores.   | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer.                              | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Promoção de programas de orientação médica e nutricional.   | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada.  | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho.          | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Ambiente de trabalho limpo e arejado.   | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| As instalações do CDSA/UFCG são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Estímulo à  | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |

|  |     |     |     |     |     |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|
| educação continuada e à capacitação.   |     |     |     |     |     |
| Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por <i>e-mail</i> e outros. | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho.   | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |
| Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.   | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |

**EIXOS TEMÁTICOS DA A3P: LICITAÇÕES E CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS**

**14- Informe a frequência com que você percebe que o CDSA/UFCG adota os seguintes critérios.**

| FREQUÊNCIA  | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|---|-------|-----------|----------|----------------|--------|
|   | 1     | 2         | 3        | 4              | 5      |
| Os materiais adquiridos pelo CDSA/UFCG possuem padrões de sustentabilidade (próvenientes de | ( )   | ( )       | ( )      | ( )            | ( )    |

|  |                          |                          |                          |                          |                          |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agredam menos o meio ambiente).    |                          |                          |                          |                          |                          |
| Privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar-condicionado.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização e lâmpadas.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, em vez de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



**15- Na sua percepção, em que passo a instituição se encontra para aderir a A3P**

( ) 1º passo: na relação de documentos para a adesão, apresentada anteriormente, baixe os arquivos que contêm os modelos do Plano de Trabalho e Termo de Adesão. Preencha a minuta do Termo de Adesão com os dados do responsável pela assinatura do Termo de Adesão em sua instituição, bem como os dados da instituição nos campos pertinentes. Preencha, também, o Plano de Trabalho, lembrando que todos os itens da seção 3 do documento modelo podem ser alterados a critério da instituição. No entanto, as datas de início e término das ações devem constar no documento.

( ) 2º passo: providenciar uma cópia do CPF e do RG do responsável pela assinatura do Termo de Adesão em sua instituição. Esses documentos devem estar autenticados (em cartório ou com o confere com o original de um servidor público de sua instituição).

( ) 3º passo: providenciar cópia do Termo de Posse do responsável, na instituição, pela assinatura do Termo de Adesão, bem como cópia da delegação de competência para assinatura do ato (pode ser encontrada no Regimento Interno da instituição, em Lei Orgânica, Portaria, entre outros, dependendo do responsável que assinará o Termo).

( ) 4º passo: o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho devidamente preenchidos devem ser enviados sem a assinatura do responsável na instituição e sem data. O envio destes documentos assinados e datados não possui validade jurídica antes de serem analisados pela Consultoria Jurídica do MMA.

( ) 5º passo: providenciar uma cópia do comprovante de endereço da instituição, bem como ofício para encaminhamento dos documentos listados anteriormente. Todos os documentos deverão ser enviados ao Ministério do Meio Ambiente em meio digital (para o e-mail [a3p@mma.gov.br](mailto:a3p@mma.gov.br)).

( ) 6º passo: recebidos os documentos, estes serão avaliados pela equipe da A3P para verificar a necessidade de eventuais ajustes. Se for preciso, o responsável pelo Termo de Adesão na A3P entrará em contato com a instituição para que ela tome as providências cabíveis.

( ) 7º passo: depois de verificados, os documentos serão transformados em um processo. Neste processo será incluída uma Nota Técnica do responsável pelo Termo de Adesão na A3P. O processo será, então, encaminhado para análise da consultoria jurídica do MMA.

( ) 8º passo: após a análise, o jurídico emitirá um parecer sobre o processo que será encaminhado de volta à A3P. Após este retorno, com toda a documentação em ordem, duas vias do Termo de Adesão são chanceladas pela Consultoria Jurídica do MMA a fim de formalizar a adesão (caso haja alguma inconsistência no processo, o parecer do jurídico indicará as providências a serem tomadas para formalizar a adesão).

( ) 9º passo: serão coletadas as assinaturas do parceiro diretamente no SEI. Em seguida, será coletada a assinatura do representante do MMA.

( ) 10º passo: após a assinatura do representante do MMA, o extrato do Termo de Adesão será publicado no Diário Oficial da União. Diante disso, uma via do Termo de Adesão, uma via do Plano de Trabalho e uma cópia da publicação serão enviados por e-mail para arquivamento do parceiro.

( ) A instituição ainda não atendeu nenhum dos passos indicados para aderir a A3P

**16- Na sua percepção, em que passo a instituição se encontra para implementar a A3P**

( ) 1.º passo: criar a comissão gestora da A3P

( ) 2.º passo: elaborar diagnóstico

( ) 3.º passo: elaborar o Plano de Gestão Socioambiental (PGS)

( ) 4.º passo: mobilizar e sensibilizar

( ) 5.º passo: avaliação e monitoramento

A instituição ainda não atendeu nenhum dos passos indicados para implementar a A3P

**17- Na sua percepção, qual ou quais dos temas listados abaixo a instituição adota como política de boas práticas de sustentabilidade**

- Uso racional da água
- Uso racional da energia e eficiência energética
- Tecnologia da informação aplicada à sustentabilidade
- Tecnologia de equipamentos
- Uso racional da madeira
- Uso do papel
- Qualidade de vida dos servidores
- Mobilidade/ transporte
- Compras/ licitações sustentáveis
- Construções sustentáveis
- Outro



**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**APRESENTADO COM O QUESTIONÁRIO ON LINE.**

Prezado(a),

Este é um convite para você participar da pesquisa “Agenda ambiental na administração pública (A3P): um estudo no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG)”, coordenada pelas pesquisadoras responsáveis, que são a Profa. Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo e a mestranda Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira, e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, o senhor (a) será submetido ao seguinte procedimento: responder a um questionário on-line, cuja responsabilidade de aplicação é de Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira, mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Campus de Sousa/PB.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: Analisar se o CDSA/UFCG promove ações ou atividades capazes de viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade alinhadas as diretrizes da A3P. E como objetivos específicos: Verificar se na implementação do CDSA/UFCG já havia alguma diretriz institucional capaz de promover a implementação de práticas de sustentabilidade previstas na A3P; Avaliar os documentos institucionais quanto a adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas as diretrizes da A3P; Identificar qual a percepção dos servidores do CDSA/UFCG quanto a adesão e implementação de práticas de sustentabilidade alinhadas as diretrizes da A3P; Propor um plano de ação capaz de promover a adesão e implementação da A3P no CDSA/UFCG.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de contribuição acadêmica para a literatura a respeito da temática da A3P nas Instituições de Ensino Superior (IES), em prol da promoção da sustentabilidade.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de identificação, constrangimento, cansaço ou desconforto. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a pesquisadora responsável Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira realizará a entrevista e somente ela e sua orientadora Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo poderão manusear e guardar os dados; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta à vontade para responder as perguntas, como também solicitar a interrupção da entrevista no momento e remarcar posteriormente, se assim o desejar e Anuência da Instituição de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em HD externo, e guardado por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável: Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira. Portanto, todos os registros serão apagados, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a

divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira, da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I Sousa, no endereço Rua Sinfrônio Nazaré. 38, Centro, 58800-240 – Sousa/PB. Tel. (83) 99919-3964.

Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CEP-CCJS-UFCG) – Rua Sinfrônio Nazaré. 38, Centro, 58800-240 – Sousa/PB . Home page: <http://portal.ccjs.ufcg.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa> - e-mail: cep.ccjs@ufcg.edu.br. Tel: (83) 3521-3226.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar danos – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira.

Caso o participante sinta-se constrangido diante das questões contidas nesta pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: rafaellemari06@gmail.com, informando o que houve e será marcado um horário para esclarecimentos (mediante plataforma virtual), tal procedimento tem como finalidade reduzir e/ou reparar possíveis danos, mesmo que mínimos causados pela pesquisa.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Peço a gentileza de assinalar uma das alternativas abaixo, concordando ou discordando em participar desta pesquisa.

Concordo em participar da pesquisa

Concordo em participar da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO

### TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, **Hugo Morais de Alcântara**, RG 1.472.812 e CPF 910.322.104-00, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), declaro a anuência institucional para realização da pesquisa intitulada "**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO NO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO (CDSA-UFCG)**". A pesquisa será realizada entre março e junho de 2023, tendo como pesquisadora a discente, **Rafaelle Mariana de Medeiros Oliveira**, e orientadora, **Dra. Thaiseany de Freitas Rêgo**, professora do mestrado PROFIAP.

Sumé, 14 de março de 2023.

  
**Hugo Morais de Alcântara**  
Diretor do CDSA  
Matrícula SIAPE 2115731

*Hugo Morais de Alcântara*  
Diretor - CDSA  
MAT. SIAPE: 2115731

**ANEXO B - MODELO DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
REFERENTE AO TERMO DE ADESÃO À A3P.**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

**TERMO DE ADESÃO MMA-A3P/2023,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO  
CLIMA, E (INSTITUIÇÃO), PARA OS  
FINS QUE SE ESPECIFICA.**

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e do Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 385, de 12 de agosto de 2021, publicada em 13 de agosto de 2021, e o (a) (instituição), inscrito no CNPJ/MF com o nº \_\_\_\_\_, com sede em (cidade/UF), neste ato representado por (nome), matrícula (caso haja), no uso de suas atribuições conforme (ato de nomeação e/ou delegação), doravante denominado INSTITUIÇÃO, firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, no âmbito da INSTITUIÇÃO, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

Durante a execução do objeto do presente Termo de Adesão fica estabelecido que os participantes adotarão a metodologia constante da cartilha "Como Implantar a A3P", assim como as orientações do Programa A3P.

**Parágrafo Primeiro.** Poderão ser acrescentadas outras ações, sugeridas pelos próprios agentes implementadores do Programa A3P, de comum acordo entre as partes.



**Parágrafo Segundo.** Na implementação do presente Termo de Adesão deverão ser obrigatoriamente observados, pelos partícipes, os seguintes objetivos:

I - Promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da **INSTITUIÇÃO**;

II - Estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;

III - Garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; e

IV - Melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

**Parágrafo Terceiro.** Para a consecução do objeto traçado no presente Termo, o **MMA/A3P** e a **INSTITUIÇÃO** poderão, em conjunto ou separadamente gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com agência e órgãos públicos e privados, particularmente junto a universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão social e ambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES**

I - Caberá à **INSTITUIÇÃO**:

a) criar comissão que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental da **INSTITUIÇÃO**;

b) realizar, com participação dos servidores, diagnóstico socioambiental (avaliação inicial), identificando os aspectos socioambientais, mais relevantes para a **INSTITUIÇÃO**;

c) elaborar, com base no diagnóstico, o plano de ações estratégicas, incluindo aspectos socioambientais como: a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados; redução de consumo e reaproveitamento de materiais; combate ao desperdício de energia e de água, cidadania, ética, equidade, segurança e qualidade de vida no trabalho, entre outras medidas necessárias para a implementação, detectadas nos diagnósticos;

d) estabelecer cronograma para implementação das ações;

e) promover metodologia para mensuração do desempenho da **INSTITUIÇÃO**;

f) estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que provoquem danos ou riscos à saúde do servidor ou da população e ao meio ambiente;

g) estabelecer avaliação periódica da implementação das ações previstas divulgando os resultados alcançados na própria **INSTITUIÇÃO** para redirecionamento das ações de acordo com os resultados;

h) desenvolver subprograma de formação do "servidor educador socioambiental" comprometido com os princípios da responsabilidade socioambiental e efetiva implantação da A3P.



i) elaborar Relatório Técnico explicitando as ações implementadas, os resultados qualitativos alcançados e as metas futuras para a continuidade do projeto, com periodicidade anual contada a partir da data de assinatura do Termo de Adesão.

#### II - Caberá ao MMA/A3P:

a) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na realização do seu diagnóstico socioambiental, bem como na elaboração de sua agenda socioambiental, incluindo ações de implementação;

b) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de implantação e capacitação para a coleta seletiva solidária;

c) compartilhar experiências e conhecimentos sobre aspectos socioambientais;

d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a **INSTITUIÇÃO** nas fases do processo de implementação da Agenda Socioambiental;

e) viabilizar a distribuição do material de divulgação, quando houver;

f) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de avaliação da A3P por meio de indicadores de desempenho;

g) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação da Agenda Socioambiental;

h) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na promoção de ações educativas visando: melhorar a qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho, conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de se conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública;

i) incentivar a excelência da gestão social e ambiental visando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho da **INSTITUIÇÃO**.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Adesão vigorará pelo **prazo de cinco anos**, não prorrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

O presente Termo de Adesão não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE**

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

**Parágrafo Único.** Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES**

Este Termo de Adesão poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

#### **CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a divulgação deste Termo de Adesão em extrato, no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico próprio, no prazo de dez dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos do inciso II, do artigo 94, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA**

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES**

O presente Termo de Adesão será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Termo de Adesão não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Compete ao Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania acompanhar a fiel execução do presente Termo de Adesão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

Os Partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Parágrafo Primeiro.** O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.



**Parágrafo Segundo.** Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente e, em última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento, para que produza, entre si, os efeitos legais.

Brasília/DF, dia de mês de ano.

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

**SIGNATÁRIO DA INSTITUIÇÃO**

Cargo

**ANEXO C - MODELO DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
REFERENTE AO PLANO DE TRABALHO O QUAL DEVE SER PREENCHIDO E  
ENVIADO AO  
MMA.**

| PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P  |    |                               |               |
|--|----|-------------------------------|---------------|
| <b>1. DADOS CADASTRAIS</b>   |    |                               |               |
| Órgão  |    | CNPJ/MF                       |               |
| Endereço   |    |                               |               |
| Cidade   | UF | CEP                           | DDD/Telefone  |
| Nome do Responsável  |    | CPF                           | CI/Órgão Exp. |
| Endereço   |    | Email                         |               |
| Cidade   | UF | CEP                           | DDD/Telefone  |
| <b>2. DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>   |    |                               |               |
| Título do Projeto:   |    | Período de Execução (05 anos) |               |
| Identificação do Objeto:   |    |                               |               |
| Etapas para implementação da adesão:   |    |                               |               |
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar a Comissão Gestora da Agenda;</li> <li style="border: 2px solid red; padding: 2px;">2. Realizar o Diagnóstico Socioambiental;</li> <li>3. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental;</li> <li>4. Realizar a Capacitação e a Sensibilização;</li> <li>5. Realizar a Avaliação e o Monitoramento.</li> </ol> |    |                               |               |

## 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| ETAPAS                            | AÇÕES   | Início  | Término |
|-----------------------------------|---|---|---------|
|                                   |   | x dias/semanas/meses após a assinatura do termo de adesão |         |
| 1. Comissão Gestora da A3P        | 1.1. Definir os membros da Comissão Gestora;  |   |         |
|                                   | 1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal);  |   |         |
|                                   | 1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora.   |   |         |
| 2. Diagnóstico Socioambiental     | 2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais;  |   |         |
|                                   | 2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;   |   |         |
|                                   | 2.3. Fazer levantamento de obras realizadas;  |   |         |
|                                   | 2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;  |   |         |
|                                   | 2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos;  |   |         |
|                                   | 2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação.   |   |         |
| 3. Plano de Gestão Socioambiental | 3.1. Definir os objetivos do plano;   |   |         |
|                                   | 3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda;   |   |         |
|                                   | 3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico;  |   |         |
|                                   | 3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores;  |   |         |
|                                   | 3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento;  |   |         |
|                                   | 3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações.  |   |         |
| 4. Sensibilização e Capacitação   | 4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA;   |   |         |
|                                   | 4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores;   |   |         |
|                                   | 4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc;   |   |         |
|                                   | 4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; |   |         |
|                                   | 4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e   |   |         |



|                                       |  |  |  |
|---------------------------------------|--|--|--|
|                                       | sensibilização dos servidores;   |  |  |
|                                       | 4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;  |  |  |
|                                       | 4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. |  |  |
| <b>5. Avaliação e o Monitoramento</b> | 5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P;   |  |  |
|                                       | 5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);  |  |  |
|                                       | 5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;  |  |  |
|                                       | 5.4. Reprogramar as ações se necessário;   |  |  |
|                                       | 5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa.   |  |  |

E, para a validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**SIGNATÁRIO DA INSTITUIÇÃO**  
Cargo

**ANEXO D - FOTO DA TELA PRINCIPAL DO PROCESSO SEI ABERTO COM A FINALIDADE DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO COMO EXIGÊNCIA PARA ADESÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NA UFCG.**

***PROCESSO SEI Nº 23096.040914/2023-91.***

The screenshot displays the SEI interface for the process **23096.040914/2023-91**. The left sidebar contains a navigation menu with options such as "Controlar Processos", "Iniciar Processo", "Retorno Programado", "Pesquisa", "Base de Conhecimento", "Textos Padrão", "Modelos Favoritos", "Blocos de Assinatura", "Blocos de Reunião", "Blocos Internos", "Contatos", "Processos Tramitados Externamente", "Processos Sobrestados", "Acompanhamento Especial", "Marcadores", "Pontos de Controle", "Estatísticas", "Grupos", and "Relatórios".

The central area shows a list of documents associated with the process, including:

- Documento (3461294)
- Despacho SEPLAN 3461295
- Despacho GAB-DC-CDSA 3625642
- Despacho GAB-DC-CDSA 3625857
- Despacho PU-CDSA 3639606
- Despacho PU-CDSA 3639633
- Relação de Saída de Copos 2023 (3639930)
- Relação de Saída de Papel 2023 (3639932)
- Relação de Saída de Papel 2022 (3639947)
- Despacho ALMOX-CDSA 3639950
- Anexo Levantamento de bens inservíveis (3639950)
- Despacho GEAF-CDSA 3643449
- Despacho DC-CDSA 3656134
- Inventário 2022 (3678721)
- Inventário 2023 (3678726)
- Diagnóstico para Implementação da A3P do C...** (highlighted with a red box)
- Despacho SEPLAN 3770074
- Despacho UAEP-CDSA 3781634

The right-hand panel features a toolbar with various icons and a section titled "Processo aberto nas unidades:" with the following information:

- PU-CDSA (atribuído para 04713762482)
- UAEP-CDSA (atribuído para 06001913463)

At the bottom left, there is a QR code and text encouraging users to download the SEI mobile app from the App Store or Google Play.

**ANEXO E - DOCUMENTO ENCAMINHADO A UFCG PARA NORTEAR A  
ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NA UFCG.**

*PROCESSO SEI Nº 23096.040914/2023-*

91.

| <p><b>Ministério do Meio Ambiente</b><br/>Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental<br/>Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental</p> <p><b>Elaboração do diagnóstico para implementação da A3P</b></p> <p>Realizar o diagnóstico é uma etapa fundamental para a implantação da A3P. A partir dos dados levantamentos no diagnóstico é que o órgão poderá definir de forma mais precisa que ações deverão ser implementadas.</p> <p>Sugere-se que o diagnóstico seja realizado em 6 etapas:</p> <p>Etapa 1 - Levantamento do Consumo de Recursos Naturais;<br/>Etapa 2 - Levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;<br/>Etapa 3 - Levantamento de obras realizadas;<br/>Etapa 4 - Levantamento de práticas de desfazimento adotadas pela instituição;<br/>Etapa 5 - Levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente descarte;<br/>Etapa 6 - Levantamento de necessidade de capacitação.</p> <p><b>Etapa 1 – Consumo de Recursos Naturais</b><br/>Essa etapa consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar os principais recursos consumidos – sugere-se iniciar com o levantamento do consumo de energia elétrica, água, papel e copos descartáveis;</li> <li>2. Identificar a quantidade de recurso que é consumida;</li> <li>3. Identificar os gastos relacionados ao consumo.</li> </ol> <p>Exemplo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Quantidade consumida</th> <th>unidade</th> <th>Gasto (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Energia elétrica</td> <td></td> <td>kwh</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Água</td> <td></td> <td>m<sup>3</sup></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Papel</td> <td></td> <td>folha</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Copos descartáveis</td> <td></td> <td>unidades</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>**Para energia elétrica e água deve-se utilizar como referência as faturas pagas.<br/>**Os dados coletados nos levantamentos poderão ser utilizados para a definição de uma linha base. Se possível, a linha base deve ser definida a partir de uma série histórica de consumo.</p> <p><b>Etapa 2 - Levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição</b><br/>Essa etapa consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar os principais bens adquiridos;</li> <li>2. Identificar a quantidade de bens que é adquirida;</li> <li>3. Identificar os gastos relacionados a aquisição de bens;</li> <li>4. Analisar se a instituição utiliza critérios de sustentabilidade nos serviços contratados.</li> </ol> | Item                 | Quantidade consumida | unidade     | Gasto (R\$) | Energia elétrica |  | kwh |  | Água |  | m <sup>3</sup> |  | Papel |  | folha |  | Copos descartáveis |  | unidades |  |
|--|----------------------|----------------------|-------------|-------------|------------------|--|-----|--|------|--|----------------|--|-------|--|-------|--|--------------------|--|----------|--|
| Item   | Quantidade consumida | unidade              | Gasto (R\$) |             |                  |  |     |  |      |  |                |  |       |  |       |  |                    |  |          |  |
| Energia elétrica   |                      | kwh                  |             |             |                  |  |     |  |      |  |                |  |       |  |       |  |                    |  |          |  |
| Água   |                      | m <sup>3</sup>       |             |             |                  |  |     |  |      |  |                |  |       |  |       |  |                    |  |          |  |
| Papel  |                      | folha                |             |             |                  |  |     |  |      |  |                |  |       |  |       |  |                    |  |          |  |
| Copos descartáveis   |                      | unidades             |             |             |                  |  |     |  |      |  |                |  |       |  |       |  |                    |  |          |  |



Exemplo:

| Item                     | Quantidade adquirida | unidade  | Gasto (R\$) | Utilizou critério de sustentabilidade? |
|--------------------------|----------------------|----------|-------------|--|
| Papel                    |                      | folhas   |             | Sim ou não                             |
| Copos descartáveis       |                      | unidades |             | Sim ou não                             |
| Impressoras              |                      | unidades |             | Sim ou não                             |
| Computadores             |                      | unidades |             | Sim ou não                             |
| Ar condicionado          |                      | unidades |             | Sim ou não                             |
| Equipamentos hidráulicos |                      | unidades |             | Sim ou não                             |

Exemplo:

| Serviço contratado | Valor (R\$) | Utilizou critério de sustentabilidade? |
|--------------------|-------------|--|
| Limpeza            |             | Sim ou não                             |
| Copa               |             | Sim ou não                             |

### Etapa 3 - Levantamento de obras realizadas

Essa etapa consiste em:

1. Identificar as obras que já foram realizadas;
2. Verificar se as obras foram realizadas a partir de critérios de sustentabilidade;
3. Identificar necessidades de realização de obras.

Exemplo:

| Item                  | Utilizou critérios de sustentabilidade | Que critérios forma utilizados? |
|-----------------------|--|---------------------------------|
| Reforma dos banheiros |  |                                 |
| Reforma de salas      |  |                                 |

### Etapa 4 - Levantamento de práticas de desfazimento adotadas pela instituição

Essa etapa consiste em:

1. Identificar os bens inutilizados/obsoletos que já foram destinados bem como as instituições receptoras;
2. Identificar se há bens sem destinação.

Exemplo

| Item                  | Quantidade | Já foi destinado? | Instituição |
|-----------------------|------------|-------------------|-------------|
| Computadores          |            | Sim ou não        |             |
| Impressoras           |            | Sim ou não        |             |
| Aparelhos telefônicos |            | Sim ou não        |             |

### Etapa 5 - Levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente descarte

Essa etapa consiste em:


1. Identificar as práticas já implementadas como por exemplo:

| Prática  | Já adota?  |
|--|------------|
| Utiliza papel reciclado ou não-clorado                   | Sim ou não |
| Imprime frente-verso como padrão                         | Sim ou não |
| Promove campanhas de conscientização                     | Sim ou não |
| Desliga luzes na hora do almoço                          | Sim ou não |
| Utiliza equipamentos hidráulicos eficientes              | Sim ou não |
| Disponibiliza copos permanentes para todos os servidores | Sim ou não |
| Realiza a Coleta Seletiva Solidária                      | Sim ou não |
| Realiza descarte correto de resíduos perigosos           | Sim ou não |
| Implanta programas de prevenção de riscos ambientais     | Sim ou não |

**ANEXO F - DESPACHO AO DIRETOR DO CDSA/UFCG PARA ELABORAR DIAGNÓSTICO PARA IMPLEMENTAR A A3P.**

*PROCESSO SEI Nº 23096.040914/2023-*

*91.*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
 Rua Aprígio Veloso, 882, Bloco AA - 1º Andar - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900  
 Telefone: (83) 2101.1688 - E-mail: seplan@setor.ufcg.edu.br - Site: <https://seplan.ufcg.edu.br/>

**DESPACHO**

Processo nº 23096.040914/2023-91

O senhor Diretor de Centro,  
 Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA

**Assunto: 1º Passo: Elaborar diagnóstico da A3P**

Senhor Diretor,

Ao tempo em que cumprimentamos, e considerando que a UFCG deve realizar a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), conforme consta no Plano de Logística Sustentável (PLS) desta Ifes.

Levando em consideração que o diagnóstico, conforme modelo (SEI [3461294](#)) da A3P necessita de informações de vários setores desse Centro, solicitamos à esta Direção do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, que efetue o levantamento de tais informações e nos forneça os dados da **situação socioambiental do centro**.


Certos de contarmos com vossa compreensão também solicitamos a indicação de **2 (dois) servidores (titular/suplente)** que serão os interlocutores para os próximos passos da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas ou esclarecimentos.

---



Documento assinado eletronicamente por **ALYNE VICENTE DINIZ, ADMINISTRADOR (A)**, em 07/06/2023, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3461295** e o código CRC **D4F58264**.

---

Referência: Processo nº 23096.040914/2023-91 SEI nº 3461295

Criado por **04228054404**, versão 2 por **04228054404** em 07/06/2023 10:14:02.

**ANEXO G - FOTO DA TELA PRINCIPAL DO SITE DO MMA - REFERENTE ÀS INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NO ESTADO DA PARAÍBA QUE SÃO PARCEIRAS ATÉ, PELO MENOS, O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023.**

← → ↻ Inseguro | a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/

PÁGINA INICIAL > INSTITUIÇÕES PARCEIRAS Pesquisar 🔍

## Instituições parceiras

Os órgãos que formalizam a parceria com o MMA por meio do Termo de Adesão recebem apoio técnico para implementação e operação da agenda. O MMA oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo didático gratuito, além de disponibilizar o sistema [Ressoa](#), que facilita o processo de diagnóstico e monitoramento institucionais.

Confira abaixo a lista completa de parceiros formais da A3P com adesão vigente:

10 resultados por página Pesquisar

| Nome ▲   | Poder ▼     | Nível ▼   | Cidade ▼       | PB ▼ |
|--|-------------|-----------|----------------|------|
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – Superintendência de João Pessoa | EXECUTIVO   | FEDERAL   | João Pessoa    | PB   |
| Município de São Bento   | EXECUTIVO   | MUNICIPAL | São Bento      | PB   |
| Tribunal de Contas do Estado da Paraíba  | LEGISLATIVO | ESTADUAL  | João Pessoa    | PB   |
| Universidade Estadual da Paraíba   | EXECUTIVO   | ESTADUAL  | Campina Grande | PB   |
| Universidade Federal da Paraíba – UFPB   | EXECUTIVO   | FEDERAL   | Bananeiras     | PB   |

Mostrando de 1 até 5 de 5 registros (Filtrados de 230 registros) Anterior 1 Próximo

**ANEXO H - FOTO DE TELA DO SITE DO MMA - EXEMPLO DE ADESÃO UNILATERAL À A3P DE CAMPUS DO AGRESTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE E DO CAMPUS PALMARES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE. PARCEIRAS ATÉ, PELO MENOS, O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023.**

Inseguro | a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/

## Instituições parceiras

Os órgãos que formalizam a parceria com o MMA por meio do Termo de Adesão recebem apoio técnico para implementação e operação da agenda. O MMA oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo didático gratuito, além de disponibilizar o sistema [Ressoa](#), que facilita o processo de diagnóstico e monitoramento institucionais.

Confira abaixo a lista completa de parceiros formais da A3P com adesão vigente:

10 resultados por página Pesquisar

| Nome   | Poder     | Nível     | Cidade               | PE |
|--|-----------|-----------|----------------------|----|
| Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco                                    | EXECUTIVO | FEDERAL   | Caruaru              | PE |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – Superintendência de Recife                  | EXECUTIVO | FEDERAL   | Recife               | PE |
| Conselho Regional de Química da 1ª Região  | EXECUTIVO | FEDERAL   | Recife               | PE |
| Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS                             | EXECUTIVO | FEDERAL   | Goiana               | PE |
| Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF                           | EXECUTIVO | FEDERAL   | Petrolina            | PE |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – Campus Palmares | EXECUTIVO | FEDERAL   | Palmares             | PE |
| Município de Gravatá   | EXECUTIVO | MUNICIPAL | Gravatá              | PE |
| Município de Recife  | EXECUTIVO | MUNICIPAL | Recife               | PE |
| Município de São Lourenço da Mata  | EXECUTIVO | MUNICIPAL | São Lourenço da Mata | PE |
| Município de Triunfo   | EXECUTIVO | MUNICIPAL | Triunfo              | PE |

Mostrando de 1 até 10 de 11 registros (Filtrados de 230 registros) Anterior 1 2 Próximo